

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS BENEDITO BENTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA

GERÔNIMO VICENTE DOS SANTOS

CAMPI CENTENÁRIOS DO IFAL COMO LUGARES DE MEMÓRIA E DE  
IDENTIDADE: DOCUMENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO  
INSTITUCIONAL

Maceió  
julho/2023

GERÔNIMO VICENTE DOS SANTOS

CAMPI CENTENÁRIOS DO IFAL COMO LUGARES DE MEMÓRIA E DE  
IDENTIDADE: DOCUMENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO  
INSTITUCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, linha 2 – Organização e Memórias de Espaços Educativos em EPT, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof.dr.Nelson Vieira da Silva Meirelles

Maceió  
junho/2023



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
**Campus Avançado Benedito Bentes**  
**Biblioteca**

---

S237c

Santos, Gerônimo Vicente dos.

Campi centenários do Ifal como lugares de memória e de identidade: documentário como instrumento de preservação institucional / Gerônimo Vicente dos Santos. – 2023.

150 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles.

Dissertação - (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2023.

1. Educação. 2. Acervo Histórico. 3. Memória - Ifal. 4. Documentação. I. Título.

CDD: 370

---

**Fernanda Isis Correia da Silva**  
**Bibliotecária - CRB-4/1796**

---


GERÔNIMO VICENTE DOS SANTOS

CAMPI CENTENÁRIOS DO IFAL COMO LUGARES DE MEMÓRIA E DE  
IDENTIDADE: A PRODUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO COMO INSTRUMENTO  
DE PRESERVAÇÃO INSTITUCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, linha 2 – Organização e Memórias de Espaços Educativos em EPT, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 28 de julho de 2023

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 NELSON VEIRA DA SILVA MEIRELLES  
Data: 16/08/2023 21:35:55-0300  
Verifique em <https://validar.if.gov.br>

Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles


Instituto Federal de Alagoas

Orientador

Documento assinado digitalmente  
 FÁBIO FRANCISCO DE ALMEIDA CASTILHO  
Data: 16/08/2023 14:48:37-0300  
Verifique em <https://validar.if.gov.br>

Prof. Dr. Fábio Castilho

Instituto Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente  
 LUCIANA UCHOA BARBOSA  
Data: 16/08/2023 21:00:32-0300  
Verifique em <https://validar.if.gov.br>

Profa. Dra. Luciana Uchôa

Instituto Federal de Pernambuco



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**  
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



**GERÔNIMO VICENTE DOS SANTOS**

**CAMPI CENTENÁRIOS DO IFAL COMO LUGARES DE MEMÓRIA E DE  
IDENTIDADE: A PRODUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO COMO INSTRUMENTO  
DE PRESERVAÇÃO INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, linha 2 – Organização e Memórias de Espaços Educativos em EPT, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** NELSON VEIRA DA SILVA MEIRELLES  
Data: 16/08/2023 21:38:04-0300  
Verifique em <https://validar.if.gov.br>

Validado em 28 de julho de 2023  
**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles**  
Instituto Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** FABIO FRANCISCO DE ALMEIDA CASTILHO  
Data: 16/08/2023 13:52:59-0300  
Verifique em <https://validar.if.gov.br>

**Prof. Dr. Fabio Castilho**  
Instituto Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUCIANA UCHOA BARBOSA  
Data: 16/08/2023 21:25:59-0300  
Verifique em <https://validar.if.gov.br>

**Profa. Dra. Luciana Uchôa**  
Instituto Federal de Pernambuco



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS  
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



## DEDICATÓRIA

Este trabalho de dissertação é dedicado a todos aqueles (as) que participaram da construção de uma memória coletiva da educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade em Alagoas, especialmente aos (às) que se dispuseram a nos contar, na condição de aluno (a), servidor (a), egresso (a), docente e servidor (a)-aposentados (as), as suas lembranças, suas alegrias, suas angústias e seus ensinamentos transmitidos às várias gerações beneficiadas com uma formação que os (as) tornaram cidadãos e cidadãs emancipados (as), a partir construção de uma consciência crítica e aptos(as) a superar o desafio da dicotomia imposta pela ideologia capitalista e sua ânsia de promover o solapamento da educação pública, gratuita brasileira.

Dedico este trabalho, ainda, à minha família, formada pelos meus irmãos, pela esposa, Ana Adélia, pelos meus filhos, Gerônimo Júnior, Iago Vinícius e Hugo Gabriel. Pela minha netinha Melina Torres Santos e minha nora Kenya Torres.

## AGRADECIMENTOS

Não cheguei até aqui sozinho. Ao contrário, sempre boto fé na conjunção de fatores que proporcionam um debate sadio de ideias, principalmente quando estes se visam se transformarem em avanços sociais. E, em todo processo de vida, sempre houve alguém ou grupos de pessoas que me incentivaram a marcar cada passo para frente, fossem eles no seio familiar, na vida acadêmica ou no âmbito profissional. E, neste aspecto, torna-se quase impossível relacionar parceiros (as) que merecem um agradecimento por essa minha nova conquista e, principalmente, quando se chega à fase sexagenária, como é o meu caso. São seis décadas passadas e, nesta trajetória de bem-estar social, estão a família, os amigos mais próximos e os professores, desde a Dona Vanira, do ABC, aos mais recentes docentes do Programa de Mestrado de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas (PROFEPT-IFAL).

No entanto, não há como deixar de fazer um agradecimento especial àquelas pessoas que estiveram *pari passu* na construção deste trabalho como, por exemplo, o professor-orientador, o doutor Nelson Vieira da Silva Meirelles, pelo voto de confiança ao aceitar a me orientar nesses dois anos, a maior parte a distância e sem nos conhecermos pessoalmente por um longo período, devido à pandemia. Um jovem pesquisador que me reinseriu na leitura sobre cultura popular e me fez entender melhor os costumes populares, tão presentes na minha fase infantil. Aos colegas de todas as turmas de 2018, 2019 e, especialmente à minha turma 2021 pelos inesquecíveis encontros online que não nos distanciaram de dar as mãos, mas que não impediram de sermos solidários nas horas mais difíceis, deste percurso acadêmico. Agradeço à banca examinadora formada pelo professor-doutor Nelson Vieira da Silva Meirelles (Ifal), pela professora-doutora Luciana Uchôa (IFPE) e pelo professor-doutor Fábio Castilho pelas contribuições que aperfeiçoaram toda esta investigação e também aos demais docentes do PROFEPT/Ifal que me ajudaram a “desparafusar” a mente e a buscar, na teoria, a solução para os problemas práticos do cotidiano. Passei a compreender e interpretar melhor o que, há 30 anos,

observava, apenas como mero discurso filosófico. Nesse período (2021-2023), absorvi embasamentos teóricos que somente reforçaram os meus argumentos discursivos.

Aos coordenadores do programa, durante minha etapa discente, os professores-doutores, Ricardo Cavalcanti e Beatriz Medeiros, meu muito obrigado pelo acolhimento e atenção prestada durante o período.

Meus agradecimentos também às pessoas que se envolveram na implantação deste mestrado profissional nos idos de 2015, quando houve a percepção sobre a diferença abismal entre os servidores dos institutos federais e das universidades federais no âmbito do *stricto sensu*. A iniciativa aguçou-me a perseguir toda a trajetória do PROFEPT, desde o primeiro concurso, em 2017, até a conquista obtida em 2021.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Duas publicações, que tiveram circulação em todo o Estado de Alagoas, foram as referências para a idealização da presente pesquisa que tem como suporte um material educativo em formato de documentário sobre os campi centenários do Instituto Federal de Alagoas, produto educacional do mestrado do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal), cuja Instituição Associada (IA) é o Campus Avançado Benedito Bentes. Essas produções gráficas foram coordenadas pela professora-mestra, Irene Bonan, atualmente aposentada do Campus Maceió do Ifal e uma das fontes de investigação bastante referenciada ao longo desta dissertação.

A primeira iniciativa foi uma série de fascículos intitulada “História do Meu Bairro” que circulou em 2003 e foi encartada no então jornal diário *Gazeta de Alagoas*. O conteúdo das revistas abordou o histórico de quatro bairros de Maceió (Centro, Jaraguá, Ponta Verde e Jatiúca); a outra produção foi um encarte de 16 páginas também no mesmo periódico diário, no dia 23 de setembro de 2004, em edição comemorativa aos 95 anos do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet-AL).

Ao atuar como coordenador de Comunicação Social e Marketing da Reitoria do Ifal que, no início dos anos 2000, funcionou como um anexo do Campus Maceió, o autor deste trabalho se viu cercado por impressões de catálogos, recortes de jornais, álbuns fotográficos, slides e fitas cassetes com eventos comemorativos, a maioria deste material referente aos acontecimentos passados na instituição e, assim, percebeu a necessidade de preservar todo aquele acervo documental. Tanto que, ao se transferir para o prédio próprio da Reitoria, no bairro Jatiúca, em Maceió, houve uma preocupação pessoal, de conduzir, para a nova sede, todos os objetos, por ele considerados como históricos.

O ingresso no ProfEPT/Ifal, em abril de 2021, somente reforçou a ideia de colocar a pesquisa em prática, a partir dos campi centenários do Ifal em Maceió e de Satuba, município da região metropolitana da capital alagoana, como espaços formais a serem investigados no que tange à preservação de seus memoriais para que, como resultado, fosse produzido, além deste conteúdo textual, um documentário.

Este trabalho de pesquisa está dividido em 3 (três) capítulos que se inicia com o Referencial Teórico que contextualiza a memória desde a mitologia grega até sua inserção como corrente das Ciências Sociais nos anos de 1920. Autores como Jacques Le Goff, Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Michel Pollak e Paul Thompson são algumas dessas referências bibliográficas. Enfatiza-se ainda, a importância da memória institucional definida por Barbosa (2010. p.11) como sendo a “reconstrução de fatos e acontecimentos significativos da trajetória e das experiências da organização, selecionados e reorganizados com o objetivo de estimular o processo de reconstrução de uma identidade comum entre esta e seus públicos de interesses”.

O trabalho recorre, ainda no primeiro capítulo, aos autores vinculados à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e sua integração com a história da EPT e a memória institucional. A abordagem histórica nacional e local da EPT também é foco temático desta etapa inicial deste conteúdo textual, incluindo a estreita relação da educação com os segmentos políticos e econômicos que representam a classe dominante, a partir da formação da mão de obra para atender ao mercado de trabalho e estabelecer a dicotomia entre o opressor e oprimido e atividades intelectual e manual nesses espaços formais. O histórico dos campi Maceió e Satuba também é descrito no primeiro capítulo, ocasião em que o leitor se depara com os momentos iniciais da educação profissional e tecnológica em Alagoas.

O Capítulo 2, com manuscritos em formato de artigo e que serão submetidos como produção científica, é composto pela Introdução e Justificativa, no qual são expostas as razões que motivaram a realização da investigação científica, além das inquietações quanto ao tema da pesquisa apresentada pelo autor e que desencadearam o processo investigatório. Nessa fase estão assentados os procedimentos Metodológicos, onde são descritos os métodos e os instrumentos de coleta utilizados para a realização da pesquisa diagnóstica.

No item, Resultado e Discussão, no Capítulo 2, são analisados os dados coletados durante a pesquisa, destacando-se as inferências sobre as problematizações apresentadas, na fase preparatória da pesquisa e identificando se as respostas dos questionamentos foram atendidas. As Referências Bibliográficas consultadas para a concretização da pesquisa finalizam segundo capítulo desta dissertação.

O Capítulo 3 é composto pela descrição sobre o Produto Educacional com a exposição das características do material educativo em formato de documentário quanto ao cronograma, à pesquisa de campo, à escolha dos entrevistados, ao roteiro de edição e à apresentação aos atores sociais para avaliação do conteúdo audiovisual. Nesta etapa, os gestores dos campi pesquisados apresentam as perspectivas da gestão quanto à organização da memória institucional.

As Considerações Finais encerram o conteúdo textual na seção 6 e, nesta etapa, o trabalho destaca as inferências sobre a preservação histórica nos dois campi centenários e apresenta as sugestões de ações que podem contribuir para o resgate e a conservação do passado destas instituições. Como citado no início destas considerações iniciais, a pesquisa tem como suporte um material educativo em formato de documentário intitulado “Campi Centenários do Ifal: lugares de memórias e de identidade” e para um melhor entendimento do (a) leitor(a) sobre

este produto educacional, o trabalho apresenta como Anexo, um Roteiro Ilustrado com explicações sobre as temáticas abordadas, o tempo de duração de cada uma delas e os atores sociais participantes do objeto audiovisual. Boa leitura!

## EPÍGRAFE

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”

Le Goff (1990. p. 477)

## RESUMO

A pesquisa teve como objeto de estudo os campi do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) de Maceió e Satuba, ambos com mais de 100 anos de existência. Esse período secular ensejou a prática do esquecimento de um passado construído e entrelaçado por variadas gerações de servidores, estudantes e integrantes da comunidade externa. O objetivo geral da pesquisa foi produzir, como material educativo, um documentário sobre os campi centenários do Instituto Federal de Alagoas como lugares de memória e de identidade. Entre os objetivos específicos foram focalizados, a intenção de despertar em servidores (as), alunos (as) e nos demais públicos de interesses, lembranças e sentimento de pertencimento institucional e propor sugestões de serviços de estímulo à memória e à preservação institucional que poderão ser agregadas à estrutura de salvaguarda documental e material do Ifal. O trabalho apresenta, como produto educacional, um documentário, com 35 minutos de duração, cujo conteúdo tem enfoque na história da educação profissional e tecnológica integrante da rede pública federal em Alagoas com depoimentos de atores sociais envolvidos nas reminiscências das unidades de ensino do Ifal em Maceió e Satuba. Com a pesquisa buscou-se resultados acerca da preservação e do resgate de elementos que configuram a memória institucional dos campi pioneiros da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Estado. O estudo investigativo, do tipo pesquisa ação colaborativa apresentou a abordagem qualitativa, cujos instrumentos metodológicos incluíram na coleta de dados, a observação, as referências teóricas, a entrevista oral, a aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas e rodas de conversas, atividades essas aplicadas junto à comunidade acadêmica, egressos(as) e ex-servidores (as). A pesquisa diagnóstica teve a participação de 63 entrevistados, sendo 43 deles responderam por meio de questionários digitais e 20, por intermédio de entrevistas orais. Como resultado, constatou-se uma indefinição sobre o armazenamento da memória institucional nos campi Maceió e Satuba. Verificou-se a ausência da preservação institucional como objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifal e se registrou relaxamento quanto à organização e ao controle da salvaguarda da memória institucional em ambas as gestões das unidades de ensino pesquisadas.

Palavras-Chave: acervo histórico; documentação; formação técnica.

## **ABSTRACT**

The research had as object of study the campuses of the Federal Institute of Alagoas (Ifal) of Maceió and Satuba, both with more than 100 years of existence. This secular period gave rise to the practice of forgetting a past built and intertwined by different generations of civil servants, students and members of the external community. The general objective of the research was to produce, as educational material, a documentary about the centenary campuses of the Federal Institute of Alagoas as places of memory and identity. Among the specific objectives were focused, the intention to awaken in public servants, students and in other publics of interests, memories and institutional belonging feeling and to propose suggestions of services of stimulus to the memory and the institutional preservation that can be added to Ifal's documentary and material safeguard structure. The work presents, as an educational product, a 35-minute documentary, whose content focuses on the history of professional and technological education that is part of the federal public network in Alagoas, with testimonials from social actors involved in the reminiscences of the Ifal teaching units in Maceio and Satuba. With the research, results were sought about the preservation and rescue of elements that configure the institutional memory of the pioneering campuses of Professional and Technological Education (EPT) in the State. The investigative study, of the collaborative action research type, presented a qualitative approach, whose methodological instruments included in the data collection, observation, theoretical references, oral interview, application of questionnaires, semi-structured interviews and conversation circles, activities that were applied together to the academic community, graduates and former public servants. The diagnostic research had the participation of 63 interviewees, 43 of whom answered through digital questionnaires and 20 through oral interviews. As a result, there was a lack of definition about the storage of institutional memory on the Maceió and Satuba campuses. The absence of institutional preservation was verified as strategic objectives of the Institutional Development Plan (PDI) of Ifal and there was relaxation in terms of organization and control of safeguarding institutional memory in both administrations of the researched teaching units.

**Keywords:** historical collection; documentation; technical training.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Inauguração das Escolas de Aprendizizes e Artífices. ....	35
Figura 2- Primeiro prédio da Escola de Aprendizizes e Artífices.....	42
Figura 3 - Segundo prédio da Escola de Aprendizizes e Artífices -Praça Sinimbú Centro de Maceió.....	43
Figura 4 - Primeira Lição de ginástica militar.....	43
Figura 5-Remuneração dos primeiros funcionários .....	46
Figura 6 - Lição de pesponto nas aulas do curso de Sapataria.....	48
Figura 7 - Primeiras noções de desenho linear.....	49
Figura 8 - Aprendizizes durante a ginástica sueca .....	50
Figura 9 - Espaço de preparação da merenda escolar.....	55
Figura 10 -Abel do Espírito Santo – um dos primeiros alunos Liceu de Artes e Ofícios .....	58
Figura 11 Retrato de Benevides Monte, exposto na Biblioteca do Campus Maceió. ....	60
Figura 12 Imagem atribuída ao arquiteto Oscar Niemeyer com o suposto projeto da Escola Industrial de Maceió .....	63
Figura 13- Escola Estadual Central, em Belo Horizonte, projeto de Oscar Niemeyer a que se refere à figura 12 .....	64
Figura 14 - Escola Industrial de Maceió na década de 1960.....	66
Figura 15 - Posse do diretor Breno Lins de Oliveira.....	69
Figura 16 -Ésio Melo (à esquerda) com a diretora do CEFET-AL, Maria Lúcia Coutinho .....	74
Figura 17- Protesto dos estudantes do Ifal por eleição para diretor-geral. Ocupação do Gabinete do diretor pró-tempore Hércules Procópio .....	77
Figura 18 - Prédio do Patronato Agrícola de Satuba.....	83
Figura 19 - Patronato Agrícola de Alagoas na década de 1920.....	85
Figura 20 - Uniforme do colégio Agrícola Floriano Peixoto nas décadas de 1970 e 1980.....	86

Figura.21 - Enxoval do aluno Etevaldo Amorim em 1975 .....	86
Figura 22 -Capa do livro de Manuel Luiz da Silva .....	90
Figura 23.- Alunos da década de 1960 transferidos para Bananeiras-PB .....	94
Figura 24.- ônibus do Colégio Agrícola Floriano Peixoto usado em visitas técnicas .....	96
Figura 25 -: Turma 1973-1975 .....	97
Figura 26 - Nomenclaturas dos campi centenários.....	99
Figura 27 - Banda de música regida pelo mestre Manuca .....	101
Figura 28 -Maestrina Maria Augusta Monteiro com o coral da ETFAL criado em 1975.....	102
Figura 29 - Apresentação do documentário no campus Satuba.....	135
Figura 30 - Apresentação do documentário no campus Maceió .....	136

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Primeiras oficinas da Escola de Aprendizes e Artífices.....	45
Quadro 2 - Primeiros servidores em 1909.....	45
Quadro 3 - Matrícula da primeira turma por ofício.....	47
Quadro 4 – Relação dos mestres contratados.....	51
Quadro 5 – Concluintes do curso técnico em Agropecuária no Colégio Agrícola Vidal Negreiros.....	93
Quadro 6 – Respostas dos docentes.....	122
Quadro 7 - Opinião dos participantes da pesquisa sobre o documentário.....	133

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Dados dos questionários de avaliação dos participantes da pesquisa.....	132
Tabela 2 - Dados dos questionários de avaliação dos discentes dos campi Maceió e Satuba.....	134

## **GRÁFICO**

Gráfico 1 – Gráfico 1: Número de matrículas nos cursos primário e de desenho de 1910 a 1930 .....	54
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASSETFAL- Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal de Alagoas.

CBAI - Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial.

CBAR - Comissão Brasileira-Americana de Educação de Populações Rurais.

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.

CEFET -AL - Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas.

CNE - Conselho Nacional da Educação.

CONDITEC - Conselho dos Diretores das Instituições Federais de Ensino Industrial.

CORUFAL - Coral da Universidade Federal de Alagoas.

CORETFAL - Coral da Escola Técnica Federal de Alagoas.

CTA - Centro Técnico da Aeronáutica.

EIFA - Escola Industrial Federal de Alagoas.

ETFAL - Escola Técnica Federal de Alagoas.

EPT - Educação Profissional e Tecnológica.

FEB - Força Expedicionária Brasileira.

IEHA - Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico.

IFAL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MEC - Ministério da Educação.

PEBE - Programa Especial de Bolsas de Estudos.

PROEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

SEAV - Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

SENETE - Secretaria Nacional de Educação Tecnológica.

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SESG - Secretaria de Ensino de Segundo Grau.

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

SCOP - Sociedade Construtora de Obras Públicas Ltda.

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento.

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento.

UDN - União Democrática Nacional.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - Campi centenário do Ifal em memória: vozes do passado resgatadas do silêncio</b> .....	23
Introdução.....	23
A mitologia como essência da memória.....	24
Memória como retórica.....	25
A Memória como formação omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).....	30
A formação para o trabalho e a dualidade estrutural.....	36
Educação profissional e tecnológica em Alagoas.....	41
Campi Centenário e a relação com o desenvolvimento local.....	100
Referências bibliográficas.....	104
<b>CAPÍTULO 2 - O predomínio da dualidade memória x esquecimento no contexto da pesquisa histórica dos campi centenários do Ifal</b> .....	108
Resumo.....	108
Introdução.....	109
Material e métodos.....	111
Resultados e discussão.....	119
Conclusões.....	127
Referências bibliográficas.....	129
<b>Capítulo 3 - Produto educacional – documentário Campi Centenários do Ifal: lugares de memórias e de identidade</b> .....	130
Introdução.....	130
Avaliação do produto educacional.....	131
Considerações finais.....	137
Referências Bibliográficas.....	139
<b>ANEXO A – Roteiro Ilustrado do Produto Educacional</b> .....	140

ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP.....	148
---	-----

## CAPÍTULO 1

### Campi centenário do Ifal em memória: vozes do passado resgatadas do silêncio

#### Introdução

Uma viagem de volta ao tempo com uma retrospectiva sobre a educação profissional em Alagoas é o que caracteriza esta publicação que é produto de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ofertado em rede nacional e que tem como Instituição Associada (IA) em Alagoas, o Campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas (Ifal). A investigação que resultou nesta produção bibliográfica percorre todo o trajeto da memória como alusão ao passado e como sentimento de afetividade pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A pesquisa teve como objetivo geral, produzir, como material educativo, um documentário sobre os campi centenários do Instituto Federal de Alagoas como lugares de memória e de identidade. Instituições centenárias já trazem, em seu bojo, como característica, um sentimento de história, de passado, de afetividade, principalmente quando se trata de ambientes escolares por onde passaram e vão passar várias gerações. E, os campi com mais de 100 anos de existência do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) trazem esta sintonia entre suas reminiscências, o presente e o futuro, estabelecendo-se um jogo nunca acabado entre o instituído e o instituinte, ou seja, entre a memória institucional e os seus salvaguardados. Portanto, esta publicação consegue invadir as fronteiras do tempo para construir uma ponte entre o vivido ao que ainda não se viveu, como cita Costa (1997, p.8).

Como amparo teórico, o produto bibliográfico recorre a renomados escritores, pesquisadores, bem como a segmentos de educadores (as) (docentes e técnicos administrativos), ex-alunos (as) que vivenciaram uma trajetória de vida profissional e funcional nas duas instituições centenárias do Ifal. Desta forma, apurou-se os primórdios do ensino técnico-profissional público e gratuito em Alagoas, o perfil dos primeiros alunos no início do século XX, a interferência do positivismo, a partir de um modelo de cívico-militar nas unidades de ensino, instituindo-se a militarização de alunos pobres e a chegada dos primeiros professores e dos maquinários industrial e agrícola. A publicação registra

ainda, a quebra de “tabus” que ditavam o comportamento social nessas instituições como, por exemplo, o acesso feminino ao processo seletivo, o fim das salas de castigos, a gestão democrática que pôs fim ao apadrinhamento político na indicação de gestores e até de alunos, a formação de grêmios estudantis e os avanços pedagógicos que fizeram desses campi, unidades de ensino de excelência na educação pública brasileira.

### **A mitologia como essência da memória**

O homem ainda não conhecia a escrita, mas usava a fala como mecanismo de comunicação, quando a prática de se contar história se estabeleceu em comunidades, por intermédio da oralidade para a transmissão de crenças, valores e tradição que ficaram gravadas e que foram vinculadas a fatos reais. Segundo Le Goff (1990), “a memória, propriedade de conservar certas informações que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas ou reinterpretadas, é construída de forma inconsciente ou não é retransmitida às novas gerações, através de diferentes suportes empíricos (voz, música, tela, imagem, texto, etc)”.

A origem da palavra memória vem da mitologia grega. *Mnemósine* era uma deusa que personificava a memória, sendo a responsável por preservar as almas do esquecimento. As musas são frutos da união de *Mnemósine* e Zeus. Elas foram chamadas de Calíope (eloquência e poesia), Clio (história), Érato (poesia lírica e erótica), Euterpe (música), Melpômene (tragédia), Polímnia (poesia sagrada), Tália (comédia e festividade), Terpsícore (dança) e Urânia (astronomia). O templo das musas era o *Museion*, termo que originou a palavra museu. Portanto, a palavra memória e esquecimento estão separadas por uma linha tênue. Para Candau (2011), a divindade da memória vai permitir que se una aquilo que fomos ao que somos e ainda seremos.

Na Grécia antiga dos séculos XII o IX a.C, a palavra poeta significava o Mestre da Verdade. Inspirado pelas musas, seu canto tem valor de *Alétheia* (Verdade). Detienne (1988,p.15) afirma que “a palavra poeta é solidária a duas noções complementares; a Musa e a Memória, potências religiosas que definem a configuração geral que confere à Aletheia poética sua significação real e profunda.

A constituição da pólis significa a desterritorialização da experiência mítica. Neste aspecto, a figura do sábio é desautorizada como forma de conhecimento. O tempo cíclico é substituído pelo tempo oportunidade e a repetição do mundo dos deuses se transforma em sucessão de fatos e, conseqüentemente, nasce a História.

A lei jurídica substitui a lei do clã, da terra e do sangue, legitimada pelo mundo dos homens. Entra em cena o mundo racional, onde não pode haver ambiguidades, assim prevalece a lógica ou ação com ou sem intenção, bem ou mal, verdade e mentira memória e esquecimento. Com a pólis, a memória deixa de ser um dom que permite conhecer o presente eterno e se torna uma técnica, uma faculdade que todos possuem e podem exercitar por meios de regras mnemotécnicas. O pensamento sofista rompe com a tradição mítica, sem instaurar uma nova moral. Palavra, memória e verdade são os instrumentos das relações sociais e variam de acordo com o contexto. Sem a presença do sábio, a pólis ficou sem uma figura que possuísse conhecimento e, então, entra em cena Platão, influenciando no mundo racional. Platão retira o mito de seu enigma fundamental e domestica, dando-lhe uma função bem definida. O pensamento filosófico de Platão tem como base o mundo das essências e o mundo sensível, sendo o primeiro o mundo divino onde se encontram a Eternidade, a Verdade, a Pureza, a Justiça, a Beleza, a Harmonia e a Sabedoria, enquanto o mundo sensível é uma cópia degradada do mundo das essências e desgastado pelo esquecimento no plano do não-ser.

Neste ponto surge o dualismo entre memória e esquecimento que, segundo Platão constituirá os pilares da moral grega.

### **A memória como retórica**

A evolução da memória está vinculada ao surgimento da escrita, conforme afirma Leroi-Gourhan e, a partir daí, surge uma dependência da evolução social e do desenvolvimento urbano. As dedicatórias, as genealogias, o calendário, os atos financeiros e religiosos são mecanismos utilizados na Antiguidade como itens de fixação da memória dos cidadãos. Segundo Le Goff (2013), “as grandes civilizações, na Mesopotâmia, no Egito, na China e na América pré-colombiana civilizaram em primeiro lugar a memória escrita no calendário e nas distâncias”.

As instituições-memórias são criadas pelos reis e englobam arquivos, bibliotecas e museus. Zimri Lim (entre 1782-59 a.C) instituiu a memória-real.

Somente na Idade Média, Alberto, o Grande, com *Memória e Reminiscência* e Tomás de Aquino, com *Rhetorica ad Herennium* contribuem para a criação de novas técnicas de memória, chamada de Mnemotecnia, como fruto da laicização da memória em combinação com a invenção da escrita, saindo de cena a dádiva de *Mnemosine*, atribuída a memória platônica que perdeu seu aspecto mítico. A dessacralização da memória, por intermédio de Simônides aperfeiçoa o alfabeto [cf.Vemant, 1965, pp. 78 e 981] e assim, a memória adentra, de vez, no grande sistema da retórica que dominaria a cultura antiga,

renasce na Idade Média, por volta dos séculos XII e XIII e se encaixa entre as cinco operações da retórica, depois da invenção, disposição, elocução e o discurso. Conforme Le Goff, surge daí, variantes de memórias, entre elas a memória funerária, a artificial e a memória dos santos numa articulação entre o oral e o escrito.

É Santo Agostinho que deixa em herança ao cristianismo medieval um aprofundamento e adaptação cristã da teoria antiga sobre a memória. Ele é considerado o fundador da memória medieval entre 354-430. Para Agostinho, a memória vive em um palácio e é como ventre da alma, espécie de luz dos espaços temporais (Confissões X 9; De Música, VI, 8, 21).

Como responsável pela revolução da memória, a imprensa, segundo Leroi-Gourhan, faz distinção entre a transmissão oral e a escrita. Também no campo semântico, os termos *mneme* e memória ganharam variações, principalmente na língua francesa, da Idade Média aos dias atuais. É neste período, segundo Le Goff, que a opinião pública, por intermédio dos jornais, se manifesta como produtora de sua própria memória. Portanto, a partir da análise de Le Goff sobre as variações da palavra memória conclui-se que no sentido semântico, a palavra tem a conotação de testemunho administrativo, serviço de poder, serviço das artes e da literatura, serviço do indivíduo (memória pessoal retransmitida às gerações), a serviço da opinião pública (memória jornalística), a serviço da ciência médica e do ensino, a serviço do homem, este último por intermédio das máquinas, agregada, atualmente à tecnologia da informação.

#### Memória como ciência

No século XVIII, a memória já não depende da capacidade de recordar e é exteriorizada, a partir das enciclopédias e dos dicionários, impressões que reúnem a memória técnica, científica e intelectual. Editada, em 1751, a Grande *Encyclopédie* reuniu uma série de manuais, entre eles, um dicionário, configurando-se a memória alfabética. No final do século XVII até o fim do século XVIII, a comemoração dos mortos entra em declínio e, como resultado, os túmulos, incluindo os dos reis já não se mostravam suntuosos e são abandonados à natureza e os cemitérios ficam desertos e mal cuidados. As comemorações, por sua vez, ganharam força e, no final do século, a Constituição de 1791 declara: “serão estabelecidas festas nacionais para conservar a recordação da Revolução Francesa”. Nos Estados Unidos da América, em seguida à Guerra da Secessão, os estados do norte estabelecem um dia comemorativo, festejando a partir de 30 de maio de 1868. Em 1882, deu-se esse dia o nome de *Memorial Day*. Da comemoração surgem os arquivos nacionais.

Assim como os arquivos, os museus foram abertos ao público no século XVIII, o de Louvre, em Paris em 1750 e 1773, o Museu Público de Cassel, criado em 1779 e edifícios como o *Hermitage*, em São Petersburgo com Catarina II, em 1764 e o Museu Clementino do Vaticano, em 1773. Os alemães abriram o Museu das Antiguidades nacionais, em Berlim, em 1830 e o germânico de Nuremberg (1852).

As bibliotecas têm abertura paralela e, nos Estados Unidos, Benjamin Franklin abriu uma biblioteca de Associações na Filadélfia. No Brasil, a Biblioteca Nacional foi criada com a vinda de D. João VI e da família real portuguesa, em 1807, porém quando o imperador voltou para Lisboa, em 1821, levou a maior parte dos manuscritos que estavam no Brasil.

As manifestações mais significativas da memória coletiva, no final do século XIX e início do século XX, foram as guerras mundiais que proporcionaram a construção de monumentos aos mortos, resgatando-se a comemoração funerária. Vários países adotaram no pós-guerra o túmulo do soldado desconhecido, associado ao anonimato, proclamado sobre um cadáver sem nome, a coesão da nação em torno da memória comum. É a fotografia que democratiza e multiplica a memória, dando-lhe mais precisão e verdades visuais nunca antes registradas.

Apesar dos avanços no reconhecimento da memória vinculada às ciências sociais, uma parcela dos historiadores do século XIX critica a fonte oral como método de pesquisa. Na obra *La Monarchie Franque* de Fustel de Coulange, de 1888, o depoimento ou transcrito não merece credibilidade por ser uma fonte que depende da memória e não representaria a veracidade dos fatos. Contudo, segundo Le Goff, foi a partir da fundação da revista *Annales* em 1929 que ocorreram mudanças no campo da história, entre essas, a inclusão de documentos inscritos, fontes orais como mecanismos metodológicos de reconstrução histórica.

Com a consolidação desses métodos, a população marginalizada e que mantinha no esquecimento suas lembranças passou a ser objeto de pesquisa. Michel Pollak, no artigo *Memória, Esquecimento e Silêncio* (1989) propõe substituir o termo “memória marginalizada” por “memória subterrânea” que, para o autor, vai de encontro à “memória oficial ou organizada” Conforme Pollak “a memória subterrânea está ligada a lembranças traumatizantes e ressentimentos e, ao passar para outras gerações, inconscientemente, cria-se um movimento de resistência”.

Ainda, segundo Pollak, o ato de transmissão e, portanto, da preservação da lembrança não é espontâneo e inconsciente, mas deliberado para servir a um fim determinado por quem o executa. E daí surge o termo “Enquadramento de memória”. Com essa manipulação da memória por indivíduos ou grupos, as lembranças proibidas são silenciadas, os conflitos são escondidos e os segredos guardados de forma confidencial, a fim de que não prejudiquem a imagem que se quer perpetuar para o grupo.

O conceito de memória coletiva passa por várias vertentes e uma dessas é citada por Pierre Nora que a definiu como “o que fica do passado no vivido dos grupos e que os grupos fazem do passado”. Também Nora conceituou os que são lugares de memória que, para o autor, são lugares que vão do material e concreto, ao simbólico e abstrato e cita como exemplos, os museus, as bibliotecas, arquivos, hinos oficiais, personagens, obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma sociedade.

A memória coletiva recebe novos conceitos, a partir dos fatos sociais, estudados por Durkheim. Maurice Halbwachs defendeu a ideia de que a memória, por mais pessoal que pudesse parecer, era construída, a partir de um grupo social como resultado da extração de nossas lembranças. Conforme o autor, “a memória individual existe a partir da memória coletiva, pois nossos laços, ideias, valores e sentimentos são inspirados no grupo social pelo qual o indivíduo faz parte.

#### Memória como história oral

A oralidade que predomina como fonte de memórias em todo processo histórico, desde a antiguidade, enfaticamente nas sociedades sem escrita, sofreu revés com a introdução da imprensa na Idade Média e retornou sua condição como protagonista da história e da memória entre o final do século XIX e início do século XX. A invenção da fotografia e do cinema serviu para agregar fatos aos documentos escritos e, até então, considerados provas cabais de determinados fatos. Uma fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva com novas perspectivas para a historiografia ao explorar temas tanto contemporâneos, quanto referentes ao passado, como afirma Alberti.

[..] a história oral, apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989: 4).

A partir do século XVII, a história, segundo Philippe Joutard, constituiu-se, cientificamente, em oposição à tradição oral. O reaparecimento da história oral volta a ocorrer no século XX nos Estados Unidos, ocasião em que um grupo de historiadores constituiu instituições que realizaram seminários e lançaram revistas. O advento do gravador, nos anos de 1950 ajudou a desenvolver mais ainda esse método de pesquisa. Além dos Estados Unidos, outros países da Europa adotaram a prática da memória oral como fonte de pesquisa.

Para Thompson (1992), “um dos aspectos mais polêmicos das fontes orais diz respeito a sua credibilidade [...] no entanto, a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas”. Para o autor, todas estas preocupações estão presentes sempre no sentido de compreender mais, os significados das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva.

#### Memória institucional

As instituições se reproduzem no seio da sociedade por intermédio da memória e, por isso, é um elemento primordial no funcionamento delas. Para entender o fenômeno da memória, pensado no contexto institucional, faz-se necessário compreender o conceito de instituição como formas fundamentais de saber e poder que emergem das sociedades e que segundo Costa (1997) possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer. É preciso observar como esse processo de racionalização na dualidade lembrar-esquecer opera tanto no comportamento dos indivíduos, quanto no conjunto das instituições que formam a sociedade. Ainda, para a autora, a instituição se atualiza no interior da organização, para que se possa desempenhar a sua principal característica: a de reprodução

A memória institucional é esse jogo nunca acabado entre o instituído e o instituinte. Assim, ainda para Costa (1997, p.45), tal memória pode ser pensada em duas instâncias: uma memória-hábito que deve fixar comportamentos e condutas e uma memória-arquivo já que determinadas regras e informações devem ser constantemente recuperadas para a manutenção de determinada ordem vigente.

A memória institucional parece invadir as fronteiras do quadro temporal, para suscitar do vivido ao que ainda não se viveu. A história vem sendo reescrita ao longo do tempo por força das vozes do passado que insistem em emergir o silêncio (COSTA, 1997, p. 8).

A descontinuidade administrativa, visão de curto prazo, recursos financeiros escassos e o avanço da produção de documentos digitais sem local adequado para o armazenamento e gestão, são as causas de perda de memória institucional no Estado brasileiro.

## **A Memória como formação omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**

A busca pela memória institucional em um ambiente escolar já traz, em seu bojo, algumas hipóteses sobre a ausência de registros históricos que não tenham relação com os documentos oficiais e burocráticos. As lembranças que criaram um sentimento de identidade junto à comunidade escolar, pouco se efetivam na prática em uma unidade de ensino.

No processo histórico mais recente de mudança na legislação da educação profissional e tecnológica, o Decreto 2.208/97 que desvinculou o ensino técnico do ensino médio contribuiu para o apagamento parcial da memória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que não se consolidou em sua totalidade, por força do Decreto 5.154/2004, sancionado pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva que revogou a legislação anterior aplicada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Este Decreto revitalizou a integração entre o ensino médio e técnico, por meio de um modelo de educação que, como afirma Ciavatta, deve dar à população, um ensino de qualidade com os elementos científicos-tecnológicos exigidos pela vida social ou o adestramento e o preparo simples para as atividades funcionais da produção.

O termo formação integrada está, estritamente, ligado ao ideário da educação politécnica e estabelece as ações que possam intervir para a implementação de mudanças necessárias à sua implementação e reafirmação de sua legitimidade perante a opinião pública. Gramsci (1981, p.144) reitera o termo integrar e formação integrada ao seu sentido de completude de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas, mediações históricas que concretizam os processos educativos.

Ainda em relação à memória, Ciavatta afirma que:

Por ser um espaço ocupado pela infância e a juventude, cujo sentimento do passado é quase inexistente, a escola parece ser um lugar de memória ainda mais esmaecido. No entanto, esse sentimento aflora com o passar do tempo e até as vivências com os colegas de infância e de juventude tornam-se, mais tarde, densos “lugares de memórias”, contribuindo para a construção de identidades singulares e, ao mesmo tempo, coletiva, como pertencimento a um espaço-tempo, a um grupo com as marcas desse tempo (CIAVATTA, 2005).

Pacheco (2015), na publicação intitulada *Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais*, considera importante a questão da preservação da memória dos institutos federais, a partir do envolvimento também das organizações comunitárias, além

da comunidade interna (alunos e servidores).

A escola, seja do nível que for, é parte da comunidade e, na maioria dos casos, o único espaço público de integração, organização e lazer disponível. Dessa forma, deve estar, permanentemente, aberta à população e firmar-se como efetivo polo cultural. Para isso, torna-se indispensável um trabalho integrado entre Conselhos e Direções [...] isso só será possível à medida que as organizações comunitárias passem a assumir, também, a tarefa de gerir esses espaços e zelar pelo patrimônio público (PACHECO, 2015 p 9,10).

Com esta afirmação, Pacheco evidencia, por meio desta recomendação, a necessidade de uma ação interdisciplinar nas práticas de ensino dos institutos federais e, no caso de uma política de preservação da memória institucional, essa realidade poderia ser atestada, a partir de uma proposta de educação patrimonial como incentivo à valorização da memória escolar.

A afirmação de Pacheco revela, ainda, a importância de a comunidade acadêmica e dos segmentos sociais externos estarem inseridos no ambiente escolar e no processo de preservação da memória, a partir do zelo pelo patrimônio público e cultural e, deste modo, o ser humano tornar-se cidadão capaz de compreender o processo produtivo e o seu papel dentro do contexto social. Para Ramos (2005), deste modo se estabelece uma formação humana omnilateral que inclui o trabalho, ciência e cultura.

Frigotto, por sua vez, demarca alguns aspectos que as análises não têm enfatizado na abordagem sobre a questão da interdisciplinaridade que seriam, a de aprender a ação interdisciplinar como necessidade, ou seja, como algo imperativo e também como problema, na condição de desafio. Para o autor, "a questão de interdisciplinaridade se impõe como necessidade e como problema, fundamentalmente, no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico.

### **Relação educação e trabalho através dos tempos**

O principal meio de produção da comunidade primitiva foi a fixação da terra que, conforme Saviani (1994), "foi a base condicionante do surgimento da propriedade privada e à apropriação privada da terra e que remonta, historicamente, o surgimento da divisão social do trabalho e das classes sociais, inicialmente na forma do escravismo". Para o autor, nas comunidades primitivas, educação e trabalho se identificavam, porque a sobrevivência humana dependia do desenvolvimento de técnicas de produção, criação de animais, fabricação de armas, utensílios e abrigos. Ao mesmo tempo em que se desempenhava a atividade, essas técnicas eram transmitidas um ao outro. Deste modo, tanto a apropriação dos meios de produção de existência quanto a educação, no sentido

de transmissão de técnicas de aprendizagem, eram coletivas.

Foi a divisão social do trabalho e o surgimento da propriedade privada as causas da separação entre os proprietários dos meios de produção dos não proprietários. Os primeiros eram donos de escravos e de terra que passaram a viver sem trabalhar e da exploração do trabalho alheio, segundo Saviani (1994).

Com o surgimento das classes que vivem do não trabalho, graças ao trabalho do outro, produz-se um tipo de educação destinada exclusivamente à classe proprietária, a aristocracia, a educação escolar, que em grego significa etimologicamente lugar de ócio. (SAVIANI, 1994, 2007).

Nas civilizações egípcias e gregas, a instrução, com base na retórica e na oratória tinha como finalidade instruir as classes dominantes na arte militar e na arte de governar. Já o trabalho manual era dirigido aos escravos. No ambiente da Grécia antiga, a educação dos homens livres estava associada ao ócio e à prática de jogos e de ginástica, denominado de *paidéia*,<sup>1</sup> enquanto que a *duléia*, era o conceito atribuído aos escravos fora da escola e no processo do trabalho.

Ainda conforme Saviani “gênero humano, no caso, é animal, pois indica aquilo que o ser do homem tem em comum com outros seres de espécies diferentes e a diferença específica ou o que torna diferentes seres do mesmo gênero, seria a racionalidade”

### **O Brasil-Império e os primeiros centros de educação profissional**

Com uma perspectiva assistencialista, o ensino das Artes e Ofícios objetivava “amparar os órfãos e demais desvalidos da sorte”, considerados em condições sociais vulneráveis como forma de evitar a delinquência.

Em seguida, um Decreto Real instituiu, em 1861, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, no qual os diplomados gozavam de preferência no preenchimento de cargos públicos das secretarias do Estado. Os Liceus de Artes e Ofícios, criados por ação de várias sociedades civis, tiveram como objetivo o amparo das crianças órfãs e abandonadas. Essas entidades foram criadas no Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884), Ouro Preto (1886) e tinham a garantia financeira do Estado, iniciativa que prevaleceu no regime republicano.

---

<sup>1</sup>é a denominação do sistema de educação e formação ética da Grécia Antiga, que incluía temas como Ginástica, Gramática, Retórica, Música, Matemática, Geografia, História Natural e Filosofia, objetivando a formação de um cidadão perfeito e completo, capaz de liderar e ser liderado e desempenhar um papel positivo na sociedade. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Paideia>. Acesso em 23/09/2021.

Para Santos (2003) destinar verbas públicas para o ensino privado se constitui em uma prática antiga no cenário educacional brasileiro. Manfredi cita que esses liceus deram feição à organização do trabalho no País por se caracterizarem pela finalidade assistencialista e moralizadora, pois os padrões de hierarquia e disciplina do militarismo da época estavam entre os perfis institucionais.

As iniciativas voltadas para o ensino de ofícios do Estado e da iniciativa privada, segundo Cunha (2000b, p.4) eram legitimadas por ideologias que proclamavam ser generalização desse tipo de ensino para trabalhadores livres a condição de imprimir nelas a motivação para o trabalho, evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política que eram contestadas na Europa, propiciar a instalação de fábricas que se beneficiaram da existência de uma força de trabalho qualificada, motivada e ordeira e favorecer os próprios trabalhadores que passariam a receber salários mais elevados. As primeiras instituições públicas de ensino foram voltadas para os níveis superior, primário e secundário como forma de preparar alunos para a universidade.

O ensino secundário, por sua vez, se fazia presente em poucos estabelecimentos de educação, segundo o mesmo autor, entre eles, os Colégios São José e São Joaquim, ambos no Rio de Janeiro. Por intermédio do Colégio São Joaquim originou-se o Colégio Pedro II, em 1837. “Com o tempo o ensino secundário foi sendo desenvolvido por ampliação e diferenciação, mas sempre tendo em vista o ensino superior” (MANFREDI, 2002, p. 75).

### **A educação profissional na primeira República**

Dados do Ministério da Educação (MEC), de 2017, indicam que depois da abolição legal do trabalho escravo, o Brasil possuía 636 fábricas instaladas com um contingente próximo a 54 mil trabalhadores e uma população estimada em 14 milhões de habitantes. A economia era agrária-exportadora e tinha relações de trabalho rural-capitalista. Com esse panorama, o novo regime dos Estados da Federação se organizaram em iniciativas de regulamentação do ensino profissional. “Alguns governos estaduais redesenharam o funcionamento dos antigos liceus ou criaram suas próprias redes de ensino profissional (MANFREDI, 2002, p. 85).

O então governador do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº. 787, de 11 de setembro de 1906, fundou três escolas de ofícios localizadas em Campos, Petrópolis e Niterói e uma escola de aprendizagem agrícola em Paraíba do Sul. Houve um marco histórico para a consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, a partir da realização do “Congresso de Instrução” que deliberou um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial a ser mantido em parceria da União com os Estados. A deliberação foi proposta ao Congresso Nacional para apreciação:

[...]O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis (BRASIL/MEC/SETEC, 2017).

Em 1909, o então presidente da República Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes e Artífices destinadas aos “desvalidos da sorte” e instalou 19 unidades escolares nas unidades da Federação. O surgimento da modalidade de ensino de aprendizes artífices e agrícola foi um passo significativo no redirecionamento da educação profissional no país ao passar a atender as necessidades emergenciais de mão de obra nas áreas da agricultura e da indústria, diante do surgimento da configuração de um novo modelo econômico, a partir das décadas de 1930 e 1940, diferenciando-se do perfil agrário, predominante desde a época colonial.

Figura 1. Inauguração das Escolas de Aprendizes e Artífices.

ESTADOS	Data da instalação	Matricula	Frequencia média	Coefficiente da frequencia
Amazonas.....	1 de Outubro de 1910.....	70	40	57.1 %
Pará.....	1 ª Agosto ª ª .....	95	74	77.8 %
Maranhão.....	16 ª Janeiro ª ª .....	104	67	64.4 %
Piauí.....	1 ª ª ª ª .....	83	46	55.4 %
Ceará.....	24 ª Maio ª ª .....	82	72	87.8 %
Rio Grande do Norte.....	1 ª Janeiro ª ª .....	83	58	69.8 %
Parahyba.....	5 ª ª ª ª .....	134	102	76.1 %
Pernambuco.....	16 ª Fevereiro ª ª .....	125	75	60.0 %
Alagoas.....	21 ª Janeiro ª ª .....	151	94	62.2 %
Sergipe.....	1 ª Maio ª 1911.....	120	75	62.5 %
Bahia.....	2 ª Junho ª 1910.....	68	52	76.4 %
Espirito Santo.....	24 ª Fevereiro ª ª .....	166	95	57.2 %
Rio de Janeiro.....	23 ª Janeiro ª ª .....	273	182	66.6 %
S. Paulo.....	24 ª Junho ª ª .....	120	105	87.5 %
Paraná.....	16 ª Janeiro ª ª .....	293	191	65.1 %
Santa Catharina.....	1 ª Setembro ª ª .....	130	98	75.3 %
Minas Geraes.....	8 ª ª ª ª .....	60	52	86.6 %
Goyaz.....	1 ª Janeiro ª ª .....	68	49	72.0 %
Matto Grosso.....	ª ª ª ª .....	84	58	69.0 %

Fonte: Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Anos 1910/1911, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no ano de 1911. Publicado em 1911.

Segundo Manfredi (2002), nessa ocasião, as escolas ficaram sob a subordinação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e permaneceram até 1930, quando passaram a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e foram transformadas de escolas de aprendizes artífices para liceus industriais.

São essas instituições de ensino que, mais tarde, se consolidam no projeto de educação profissional e tecnológica no âmbito da Rede Federal de Educação. No entanto, apesar da acentuação desse componente social, Kuenzer (2001) alerta para o fato de que naquele momento:

Antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho (KUENZER, 2001, p. 27).

## **A formação para o trabalho e a dualidade estrutural**

Na década de 1930, a educação profissional passa a ser tratada como política pública no Brasil e, sendo um espaço de negociação, é disputada por diversas frações de classes sociais e não mais os chamados “desvalidos da sorte” (SOUZA, 2011, p.69).

Neste contexto, a Educação Profissional foi fortemente marcada pelas constantes reformas, com legislações que interferiram em suas atividades. A primeira delas, por intermédio da Lei nº 378, de 1937, que prevê a mudança na denominação das Escolas de Aprendizes e Artífices para Liceus de Ensino Profissional

Com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem nas áreas industrial, comercial e técnica junto com a publicação do Decreto-Lei nº 4073/42, que contemplava o ensino industrial e do Decreto-Lei nº 9613/46 que tratava do ensino agrícola (MEC, 2019), os chamados liceus passaram a ser denominados, em 1942 de Escolas Industriais e Técnicas. Estas, mais tarde passaram a ser nomeadas de Escolas Técnicas Federais, a partir de 1959, conforme apresenta o documento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC (2019).

A partir da colaboração de agências de financiamento norte-americanas como, a USAID (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional) e a Aliança para o Progresso, o ensino técnico industrial foi organizado pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) em acordo firmado entre os dois países em 1946 com o objetivo de gerar o fornecimento de equipamentos, assistência financeira e orientação técnica às escolas brasileiras. A ação teve um efeito na formulação na dualidade estrutural, mediante a marca do ensino e da preparação para o mundo do trabalho, efetivada pela promulgação da Lei nº 4024/1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. Já em 1971, durante o período da ditadura civil-militar, é sancionada a Lei nº 5.692/71 que torna obrigatório o ensino técnico profissional para todos no âmbito do ensino secundário, hoje denominado, ensino médio (MEC, 2019).

Para Ciavatta (2014):

na ditadura militar há a reforma pela Lei nº 5692/71 que é um retrocesso e uma ilusão a população de que todos serão iguais, pois todos irão cursar o ensino profissional, o que, de fato, não ocorreu, porque a profissionalização, posteriormente, tornou-se opcional pois não houve investimento em infraestrutura. (CIAVATTA, 2014).

Uma nova mudança de configuração no ensino técnico ocorreu em 1978. Por meio da Lei nº 6545/78, algumas escolas técnicas federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), processo que se intensificou em 1994 com a publicação da Lei nº 8.948/94, estabelecendo que as escolas técnicas federais, paulatinamente, tornar-se-iam Cefets.

Em 1996, com a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, um novo debate reacendeu-se a respeito do ensino profissional. Conforme afirma Ciavatta (2014, p. 60), “havia um movimento contra-hegemônico de instalar na educação brasileira a educação politécnica”. No entanto, quando da finalização da LDB, a educação profissional e tecnológica sofreu mais um revés com a publicação do Decreto nº 2208/97 que inviabilizou a formação politécnica, a partir da concepção de ensino médio integrado, separando a formação específica da formação geral. Somente com a revogação desse decreto em 2004, pesquisadores educacionais registraram um passo adiante na trajetória da Educação Profissional e Tecnológica rumo ao ensino integrado, a partir da publicação do Decreto nº 5154/04.

### **Ensino agrícola e a fixação do homem no campo**

O espaço agrário foi se modificando na primeira metade do século XX o que proporcionou a abertura de outras portas, conforme Martins (1997), para a denominada frente pioneira compreendida como aquela que exprime um movimento social, cujo resultado é a incorporação de novas regiões na economia de mercado. A ocupação dos espaços vazios demográficos e despovoados fez surgir a chamada “frente pioneira”, resultante da expansão do capitalismo em formas de relações sociais no espaço rural que passou ao controle de uma economia mercantilista que gerava valor monetário à terra.

A interferência estatal por meio da formação/educação junto à agricultura brasileira teve origem após a abolição da escravidão, período que marcou o processo de construção do capitalismo no Brasil que redefiniu as formas de trabalho ao tempo em que se formou uma aliança entre os grandes proprietários rurais e o Estado. A atuação estatal na modalidade de educação agrícola remonta à Primeira República com a constituição de uma política de ensino agrícola resultante de práticas de escolarização de mão de obra no campo, mediante aos mais variados mecanismos sempre marcados pelo autoritarismo inerente à construção do mercado do trabalho no país. Para Romanelli (2005), desde o Brasil-Colonial, trabalho e educação estiveram, intrinsecamente, a serviço do modelo

econômico agrário-exportador e dependente. A educação prestada ao trabalhador ou nativo tinha características diferentes daquelas ofertadas aos filhos da classe dirigente.

O ensino agrícola no Brasil faz parte de um projeto alternativo das oligarquias influenciadas pelo industrialismo e por ideias agrárias surgidas em meados do século XX. Incluídas no decreto assinado pelo presidente Nilo Peçanha, as escolas, no início, estavam sob o vínculo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Para Carvalho (2001) “a conjuntura econômica na qual foram implementados o Ministério da Agricultura e a rede de escolas profissionais federais a ele subordinadas vivia em um movimento de recuperação dos investimentos na indústria e de crescimento lento, porém seguro, do PIB Nacional”.

A primeira regulamentação oficial sobre o ensino agrícola (Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910) que criou o ensino agropecuário deu forma legal e disciplinada à educação agrícola.

A “intervenção pedagógica” na estrutura fundiária e no ritmo da produção mercantil fixava o homem no campo e evitava sua fuga para o meio urbano. Mendonça (2006) afirma que o homem do campo era definido como marginal à nação, identificado como mulatos, negros derivados da escravidão e que foram transformados em trabalhadores, por intermédio de práticas educacionais “qualificadoras” de mão de obra, fortemente autoritárias e baseadas em iniciativas imobilizadoras do êxodo rural. Essa fixação, imposta pelo Estado, foi materializada por meio das escolas agrícolas, responsáveis pela preparação desses trabalhadores, conforme cita a autora.

A partir da Reforma Capanema surge a Lei do Ensino Agrícola, contudo, em atraso se comparada à lei do ensino industrial. O Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 estabelecia que:

Art. 2º O ensino agrícola deverá atender: I – Aos interesses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural, promovendo sua preparação técnica e sua formação humana. II – Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acordo com suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra .III – Aos interesses da Nação, fazendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.

Art.3º O ensino agrícola, no que respeite, especialmente à preparação profissional do trabalhador agrícola, tem as finalidades seguintes: I. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas. II. Dar aos trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade. III – Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados (BRASIL, 1946).

A expansão do modo de produção capitalista no Brasil resultou em modificações na estrutura agrária no momento em que as propriedades agrícolas passaram a adotar a exploração pecuária, apesar do reduzido número de trabalhadores, inaugurando, deste modo, um novo tipo de atividade.

Para Mendonça (2006, p,9), os estabelecimentos agrícolas deixaram de ser instituições rotuladas de semiprisionais, adquirindo uma dimensão, efetivamente profissionalizante, centrada no tecnicismo “qualificador” da mão de obra. Por outro lado, a propalada preocupação com o fim do analfabetismo não foi contemplada com o destaque necessário.

A Teoria do Capital Humano, por meio da qual um grau de educação e de qualificação é tomada como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas que funcionam como mobilizador da capacidade de trabalho e produção, passou a ser considerada como ideal para promover o desenvolvimento social e econômico. Segundo Frigotto (1995), o modelo já estava presente na escola clássica liberal. Essa teoria influenciou a concepção, a política e as práticas educativas no Brasil, durante a Ditadura Militar com um discurso que apoiava as classes menos favorecidas, principalmente em um momento em que a crise econômica, política e de legitimidade abalava e esgotava o Regime Militar.

Nas décadas de 60 e 70 adota-se no Brasil, o modelo “escola-fazenda”, ainda hoje orientando a prática pedagógica de muitas das Escolas Agrotécnicas. Esse modelo escola-fazenda, baseado no princípio do “aprender a fazer fazendo”, estava voltado para um sistema de produção agrícola baseado na grande produção. A ação das instituições referidas se constituía favorável aos interesses econômicos e financeiros hegemônicos, em escala internacional (SETEC, 2009).

O Decreto nº 83.935/1979 pelo qual as escolas agrícolas se transformaram em Escolas Agrotécnicas Federais, acompanhadas do nome do município onde estavam localizadas tornou latente a ação de formar as classes menos favorecidas para atender ao setor produtivo. Uma outra legislação, o Decreto nº 93613, de 21 de novembro de 1986, extinguiu a Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (Coagri) e, deste modo, o ensino agrotécnico de segundo grau ficou subordinado à então Secretaria de Ensino de Segundo Grau (SESG) que, anos depois, passou a ser denominada de Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec) e, atualmente, chama-se Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Ao ser administrado pela Semtec junto com

outras modalidades de ensino técnico, o ensino agrícola distingue-se dos demais, no documento da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (Senete) denominado “Diretrizes de Funcionamento das Escolas Agrotécnicas e, assim o ensino técnico agrícola despertou a atenção do empresariado com sua proposta liberal, a partir do princípio de que a escola técnica poderia se transformar em agente qualificador de mão de obra.

A sanção da Lei nº 9.394/1996 de 20 de dezembro de 1996 e a edição do Decreto nº 2.208/1997 separam o ensino médio e a educação profissional e tecnológica, criando duas vertentes, sendo uma voltada para o ensino propedêutico e outra para o ensino profissionalizante, por meio dos cursos subsequentes, posteriores ao ensino médio, esses com currículos flexíveis e que objetivavam facilitar a adaptação da formação para o mercado de trabalho, conforme documento (BRASIL, 1997).

Sob essas novas configurações, a Setec constituiu um Grupo de Trabalho do Ensino Agrícola, a partir do documento *Contribuição à Construção de Políticas da Rede Federal de Educação*, vinculada à Setec/MEC que propunha repensar o ensino agrícola. O resultado foi a construção de um documento deliberado no Seminário Nacional sobre a (Re) significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica<sup>2</sup>, de abril de 2009, quando se constatou que a modalidade de ensino técnico agrícola ainda tinha, como base, a metodologia implantada pelo então Coagri.

Foi a partir desses seminários que as escolas agrotécnicas federais começaram a ser aglutinadas na atual Rede Federal de Educação Tecnológica que já incluíam os centros federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II. A proposta de integração, de início, encontrou resistência na comunidade interna do ensino agrícola, notadamente, nos grupos de investigação do campo educação e trabalho, nas escolas técnicas e nos Cefets, por falta de melhor esclarecimento sobre o projeto de lei de formação da rede federal que, para o entendimento dos pesquisadores da educação profissional, perpetuava a divisão da escola profissionalizante para os pobres e a propedêutica para os ricos.

## **Educação profissional e tecnológica em Alagoas**

O ensino industrial e o ensino agrícola trilharam os mesmos caminhos no que tange à configuração da educação profissional em Alagoas. O objetivo das duas unidades escolares, no princípio, era o mesmo: atender, com uma arte ou ofício, os filhos dos desfavorecidos de fortuna ou também chamados de “desvalidos da sorte”. Contudo, enquanto o perfil urbano era destinado à oferta de um preparo técnico e intelectual para atender à elite empresarial e promover um reordenamento social das cidades, o agravamento social, provocada pela falta de atividades econômicas, fragmentou famílias e promoveu a inserção de adolescentes entre 10 a 13 anos nas escolas agrícolas, cujo regime de ensino era visto como semiprisional.

### **Breve histórico do Campus Maceió**

A Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas foi instalada em 10 de janeiro de 1910 e o primeiro diretor foi Miguel Guedes Nogueira, indicado pelo governador Euclides Vieira Malta. As atividades de instalação começaram em dezembro de 1909, porque foi preciso reformar o prédio cedido pelo Governo do Estado e localizado na rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque, hoje rua Boa Vista, no centro da capital alagoana, cujo imóvel, atualmente é ocupado pela Lojas Gaivota.

Segundo Bonan (2010), em Alagoas, a indústria era de fato incipiente. “Na época em que foi instalada, em Maceió, a Escola de Aprendizes Artífices, não havia parque fabril que justificasse a preparação de mão de obra qualificada, contando o estado com indústrias esparsas e, em sua maioria, mais agrárias do que, efetivamente industriais”, afirma a pesquisadora.

O primeiro prédio da Escola de Aprendizes Artífices (Figura -2) era composto por três blocos contínuos, além da parte superior, onde se localizava a Intendência que também foi colocada à disposição do diretor, mas rejeitada, porque o desembolso seria de 22.000\$000 (vinte e dois mil contos de réis) em moeda da época, para colocá-la em uso, segundo relata Bonan (2010, p.37). A escola, conforme mostra a Figura 2, foi inaugurada em 21 de janeiro de 2010, depois de passar por uma série de adaptações na estrutura física para acomodar os alunos.

Figura 2 Primeiro prédio da Escola de Aprendizes e Artífices



Fonte: Coleção Nilo Peçanha - Museu da República (1910)

No entanto, durante visita do governador Euclides Malta ao prédio, meses depois da inauguração, observou-se a necessidade de a escola ter uma estrutura maior, que oferecesse melhores acomodações e abrigasse maior quantidade de alunos. Depois de oito meses funcionando no Centro de Maceió, a nova sede passou a funcionar na praça Sinimbu, no Centro de Maceió, ocupando uma área de 2.054 metros quadrados. No prédio já haviam funcionado o Liceu de Artes e Ofícios, o quartel do Batalhão Policial e da Força de Segurança e o Fórum de Maceió. A transferência ocorreu no final de outubro de 1910. O pátio central era destinado aos recreios, exercícios militares, ginástica e jogos esportivos. A edificação, como mostra a Figura -3, era dividida em quatro seções, sendo duas laterais, uma de frente e outra de fundo, sendo composta das seguintes dependências: salas de estudos, museu escolar, campos de manobras (treinamentos), sala de honra (reuniões de caráter científico e cultural), gabinete de identificação (armazenamento de dados dos alunos), galeria de homens ilustres, sala das armas (arsenal do Batalhão Militar).

Figura - 3. Segundo prédio da Escola de Aprendizes e Artífices – Praça Sinimbú – Centro de Maceió



Fonte: Coleção Nilo Peçanha- Museu da República (1910)

O que se torna perceptível durante a investigação e nas imagens apresentadas neste trabalho é o uso de indumentária e equipamentos militares pelos primeiros alunos da Escola de Aprendizes e Artífices de Maceió, como mostra a Figura 4. Segundo Souza (2000) “a disciplina de Educação Moral e Cívica, além de prescritas para serem ensinadas no curso primário, também eram incorporadas às práticas escolares da instituição o que resultava numa espécie de militarização da infância pobre”.

Figura 4. Primeira Lição de ginástica militar



Fonte: coleção Nilo Peçanha - Museu da República (1910)

Ademais, no segundo prédio da unidade de ensino funcionou um Batalhão Militar, ainda havia um museu de armas no prédio, o que facilitou a identificação do alunado com os preceitos militaristas como forma de estimular o nacionalismo da educação, principalmente no ensino profissional primário, a partir de um modelo dos ideais republicanos em voga, com ênfase para celebração de datas cívicas, um pensamento dos representantes da classe dominante que gerenciava a escola como predomínio da mentalidade liberal e positivista. Vale salientar que esta didática aliada ao militarismo persistiu até o final do Regime Militar, em 1985 com mais conotação no Colégio Agrícola Floriano Peixoto, como pode-se constatar mais adiante nesta dissertação.

De acordo com Bonan (2010, p.18) “segundo dados pesquisados, o diretor relata que os aprendizes apresentavam-se à instituição cheios de piolhos e sarnas”, o que desencadeou uma campanha sobre noções de higiene com cartazes impressos em todas as dependências da escola sobre higiene do corpo. Os professores também foram orientados a fazer referências sobre asseio no decorrer das aulas. Maceió do início do século 20 ainda era uma cidade em formação e, fora os bairros mais distantes como, Bebedouro e Fernão Velho, os demais surgiam em torno do cais do porto, em Jaraguá. Segundo Craveiros Costa (1902) “nada é mais prejudicial à existência da população do que o armazenamento de nossas excreções lançadas a esmo no terreno”. Muitas residências tinham seus poços de água de beber e cozinhar ao lado das fossas. Não havia serviços de esgoto, tampouco de remoção de lixo, situação que resultava em doenças contagiosas, principalmente nas crianças.

Para que a escola fosse adaptada aos padrões do ensino artífice foi empregado um capital em máquinas, ferramentas e mobiliário equivalente a R\$ 25.213\$865 (vinte e cinco contos, duzentos e treze, oitocentos e sessenta e cinco réis). Entre esses equipamentos, estava grande parte das máquinas adquiridas na Inglaterra por intermédio da Casa Leão & Cia, sem custos de importação.

Quadro 1 - Primeiras oficinas da Escola de Aprendizes Artífices

1ª oficina	Sapataria
2ª oficina	Marcenaria
3ª Oficina	Carpintaria
4ª Oficina	Funilaria
5ª Oficina	Ferraria e Serralharia

Elaborado pelo autor. (julho,2022). Fonte: Relatório da escola de 1911

Após a estrutura da escola, veio a formação dos recursos humanos, composto pelos servidores pioneiros, os quais foram os relacionados no Quadro 2.

Quadro 2 - Primeiros servidores da Escola de Aprendizes Artífices em 1909

SERVIDORES	FUNÇÃO	NOMEAÇÃO
Francisco Pedro de Almeida	Escriturário	07/12/1909
José Oscar de Oliveira	Porteiro contínuo	07/12/1909
Manoel C. de Santana	Marceneiro	07/12/1909
José Vicente Tatá	Funileiro	07/12/1909
Luis Benevides D'Arce	Sapateiro	07/12/1909
Antonio da S. Duarte	Carpinteiro	07/12/1909
João Marques da Silva	Ferreiro e Serralheiro	07/12/1909
Alice Calheiros de Melo	Professora primária	16/12/1909

Elaborado pelo autor (julho,2022). Fonte relatório da escola de 1911

Como é exposto no Quadro 2, a primeira professora foi Alice Calheiros de Melo. A composição do quadro de servidores da época, prevista em lei, era padronizada para todas as escolas de aprendizes artífices do país, conforme descreve Bonan (2010, p. 45). Era um diretor, um escriturário, um professor do curso primário, um professor de desenho, um mestre para cada oficina, um porteiro almoxarife e dois serventes, como mostra a Figura 5.

Figura 5 - Remuneração dos primeiros funcionários

**Tabella a que se refere o art. 44 deste regulamento**

Categoria	Ordenado	Gratificação	Total
Director . . . . .	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Escripturario. . . . .	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor primario. . . . .	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professor de desenho. . . . .	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Mestre de officina . . . . .	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Porteiro-almoxarife. . . . .	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Adjunto de professor. . . . .	—	2:400\$000	2:400\$000
Contra mestre de officina . . . . .	—	2:400\$000	2:400\$000
Servente (salario mensal)	100\$000	—	1:200\$000

OBSERVAÇÕES — Pelos serviços dos cursos nocturnos de aperfeiçoamento serão abonadas ao pessoal das escolas de aprendizes artifices as seguintes gratificações annuaes:

Director . . . . .	1:800\$000
Escripturario. . . . .	1:200\$000
Professor. . . . .	1:200\$000
Adjunto de professor. . . . .	960\$000
Porteiro-almoxarife . . . . .	960\$000
Servente . . . . .	600\$000

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1918.— *J. G. Pereira Lima.*

Fonte: Relatório de Miguel Guedes Nogueira (1910)

O quantitativo de alunos matriculados na primeira turma, formada por alagoanos ocorreu de acordo com o Quadro 3.

Quadro 3 – Matrículas da primeira turma por ofício

OFICINAS	ALUNOS
Aprendiz de marceneiro	15
Aprendiz de sapateiro	23
Aprendiz de serralheiro	27
Aprendiz de carpinteiro	12
Aprendiz de funileiro	16
TOTAL	93

Elaborado pelo autor (julho,2022): Fonte: relatório da escola de 1911

O início das aulas ocorreu em maio de 1910 e do total dos 93 alunos matriculados, 60 frequentaram a escola, o que fez com que o diretor prorrogasse as matrículas até 30 de abril daquele ano. Estavam aptos a ingressar na Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, adolescentes na faixa entre 10 a 15 anos, sendo a matrícula feita pelos pais ou responsável de forma verbal. Segundo relatório do diretor Miguel Guedes Nogueira, enviado ao Ministério da Agricultura em 1910, 385 correspondências foram emitidas pela diretora para atingir o público-estudante da Escola de Aprendizes Artífices, além de 2.500 impressos distribuídos entre a população alagoana.

Figura 6 - Lição de pesponto nas aulas do curso de Sapataria



Fonte: Coleção Nilo Peçanha - Museu da República (1910).

Quanto à cor da pele dos alunos classificados, dados do Relatório de 1911 da escola apontam que 25 eram brancos, 22 negros e 46 trigueiros-mestiços<sup>2</sup>. Houve uma baixa frequência nas primeiras aulas e o motivo, segundo dados apresentados em relatório escolar de 1911, era o fato de os pais dos menores não serem alfabetizados, o abandono do trabalho por parte dos adolescentes por causa do horário escolar e ainda a falta de condições dos pais em comprar roupas e calçados para que os filhos frequentassem a escola.

Em regra os menores matriculados na escola, em 1910, eram analfabetos. De acordo com o relatório do diretor no curso primário e de desenho, “alguns que tem princípios de primeiras letras, muito mal sabem assinar o nome; de modo que a maioria frequenta o curso elementar e uma pequena parte o curso complementar. No intuito de facilitar a organização do ensino”(NOGUEIRA, 1910, pg. 7).

---

<sup>2</sup>Trigueiros eram considerados os alunos de cor morena ou mestiços. Porto Editora – *trigueiro* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2023-04-04 13:11:45]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/trigueiro> .

Figura 7 - Primeiras noções de desenho linear



Fonte: Coleção Nilo Peçanha - Museu da República (1910)

A alta evasão fez com que o diretor Miguel Guedes Nogueira autorizasse a compra de 100 uniformes ao estilo militar para a prática de ginástica, exercício militar e para ocasiões especiais. Os exercícios militares eram comandados pelo capitão Antônio Bitencourt Leite, da Companhia Isolada da Guarnição da 6ª Região Militar e a utilização das atividades físicas, como disciplina, visavam mais uma preocupação com segurança pública do que o bem-estar dos alunos. Uma dessas atividades era a ginástica sueca, conforme mostra a Figura 6. Ocorre que o país vivia constantes convulsões sociais por falta de credibilidade da população para com a República. Além disso, os direitos sociais não se faziam valer no país o que gerava fortes reações, principalmente das entidades sindicais, por falta de regulamentação trabalhista. Portanto, o governo aposta na preparação militar desses adolescentes como reação a qualquer tipo de insurreição.

Figura 8 - Aprendizes durante a ginástica sueca



Fonte: Coleção Nilo Peçanha- Museu da República (1910)

Outro motivo de preocupação da primeira diretoria da Escola de Aprendizes e Artífices, além do baixo nível de escolaridade dos alunos, era a falta de conhecimento teórico dos mestres. Para Montojos (1949;15) “a escolha desses profissionais não obedeceu a outro critério, senão o do empenho político, e os cargos de mestres foram preenchidos por esse sistema”.

No livro comemorativo aos cem anos do Campus Maceió, Bonan (2010) menciona que esses mestres vinham das fábricas e oficina sem boa base teórica e cita dizeres de uma ficha funcional desses mestres: “o funcionário a que se prende esta ficha é honesto e trabalhador; tem experiência na prática do ofício, mas sacrifica a técnica racional pela falta de conhecimentos teóricos para bem conduzir o ensino. Não tem nenhuma prática de desenho industrial (...)”.

Ainda conforme o relatório do diretor Miguel Guedes Nogueira, foram contratados, por um ano, para dirigir as oficinas da escola os seguintes mestres citados no Quadro 4.

Quadro 4 – Relação dos mestres contratados

Mestre	Oficina
Manoel Cyrino de Sant' Anna	Marcenaria
João Marques da Silva Barros	Serralharia
Antonio da Silva Duarte	Alfaiataria
José Vicente Tatá	Funilaria
Luiz Benevides d'Arce	Sapataria

Elaborado pelo autor – outubro 2022. Fonte: Relatório do diretor Miguel Nogueira - 1910.

O mestre Antônio da Silva Duarte, por motivo de moléstia foi exonerado, a pedido, em data de 19 de Setembro de 1910, sendo substituído pelo mestre Virgílio Thiago da Silva Barros. O mestre João Marques da Silva, também por motivo de moléstia, acha-se licenciado sendo substituído pelo mestre Manoel Machado, durante seu impedimento.(NOGUEIRA, 1910).

Entre os poucos mestres contratados pela escola e com experiência esteve o pintor alagoano Rosalvo Ribeiro que estudou na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Ao concluir, foi aluno da Escola de Belas Artes de Paris e, é considerado um dos nomes ilustres da pintura alagoana, com quadros expostos no Palácio do Governo de Alagoas.

Não demorou muito, depois da inauguração da Escola de Aprendizes e Artífices, para que houvesse ingerência política na instituição. Em 18 de setembro de 1911, o diretor Miguel Guedes Nogueira foi desligado da instituição, por articulação do governador Euclides Malta, que nomeou para o cargo Joaquim de Andrade, irmão de Aristeu de Andrade, deputado federal por Alagoas. A saída de Nogueira repercutiu mal na imprensa alagoana e Malta, preocupado com a baixa popularidade do governo junto aos alagoanos, decidiu nomeá-lo como diretor do Aprendizado Agrícola de Satuba.

Joaquim Andrade teve também como um dos problemas de gestão, a evasão escolar e chegou a enviar um ofício ao Ministério da Agricultura, órgão a que as escolas de educação profissional estavam vinculadas, relatando o problema. O conturbado clima político contribuiu para a falta de alunos na sala de aula. Em 1912, foram matriculados 194 alunos no primeiro ano e um dos motivos, alegado pela direção, para a baixa adesão fora a agitação social contra o governador Euclides Malta que resultou em protestos pelas ruas de Maceió e culminaram com mortes e pessoas feridas, sendo vítimas fatais quatro pessoas, entre elas, o advogado Bráulio Cavalcante e o tenente Brayner. O fato resultou em ataques da população ao Palácio dos Martírios e teve, como consequência, a fuga do governador da sede palaciana. Registra-se que nesse mesmo ano, foram afastados da escola 36 meninos, dentre os 194 matriculados. Conforme a legislação do período: “Art. 30º – Paragrapho único. Será eliminado o alumno que der 30 faltas não justificadas” (BRASIL, Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911). Vale ressaltar que não apenas, os conflitos políticos provocaram a evasão social na Escola de Aprendizes e Artífices, mas também a condição social dos alunos e a intensa rotina de trabalho dos estudantes na unidade de ensino.

Euclides Vieira Malta nasceu em Mata Grande (AL), município do alto sertão alagoano, no dia 16 de setembro de 1861, filho de Manuel Francisco Malta e de Maria Vieira Malta. Seu irmão Joaquim Paulo Vieira Malta foi presidente da Província de Alagoas, de 1903 a 1905 e senador de 1907 a 1911.

Segundo Rafael (2004), Euclides Malta foi eleito três vezes governador do Estado e, em uma delas rompeu, politicamente com o sogro Manuel Gomes Ribeiro, o Barão de Traipu e indicou o irmão, Joaquim Paulo Vieira Malta como sucessor, fato que, aliado a outros, resultou em uma forte oposição a Euclides Malta que transpôs os limites do Estado e alcançou a Capital Federal, à época o Rio de Janeiro. As oligarquias, aliadas ao coronelismo político, servidores públicos e, principalmente militares, formaram bandos armados. Parte desse batalhão de homens era constituída por detentos que, vez por outra, sobretudo na Semana Santa, o governador do Estado, usando das prerrogativas que o seu cargo lhe conferia, perdoava o resto da pena a que foram condenados. Malta, por sua vez, era cercado por milícias que lhe davam um aparato de segurança suficiente para se manter resistente. E, foi desta forma que o governador mandou empastelar o

jornal *Correio de Alagoas*, veículo de comunicação opositor.

Um dos mais opositores de Euclides Malta era o general Clodoaldo da Fonseca, filho do primeiro governador republicano Pedro Paulino e sobrinho do presidente da República, eleito na ocasião Hermes da Fonseca. Outro opositor ferrenho foi o líder político Fernandes Lima. Por intermédio deste último, a chamada liga oposicionista espalhou o terror em Maceió ao invadir casas de aliados do governo e expulsá-los, ao ponto de o governador fugir para Pernambuco, só retornando depois, com reforço na segurança. Nesse retorno, em 10 de março de 1911, os conflitos se ampliaram. Comerciantes fecharam seus estabelecimentos e as escolas, como a dos Aprendizes e Artífices não funcionaram. À tarde, uma massa popular tentou invadir o Palácio dos Martírios para expulsar, novamente, o governador que dispunha de reforço na segurança com tropa federal. A manifestação resultou da troca de tiros, vários feridos, entre eles, o Tenente Brayner, nomeado por Euclides Malta para o cargo de secretário do Interior e que viria a falecer dias depois. Morreram ainda, o major Jatobá e o auxiliar de comércio João Carlos de Albuquerque que transitava, naquele momento, pela área de conflito. Contudo, causou maior comoção entre os manifestantes, a morte do poeta e orador Bráulio Cavalcante, jovem liderança oposicionista de Alagoas, que dias antes, havia chegado a Maceió após ter concluído o bacharelado em Ciências Sociais e Jurídicas na Faculdade do Recife e cujo funeral foi acompanhado por cerca de 8 mil pessoas, transformando-se num grande ato de protesto. Esses episódios violentos e sangrentos duraram quase uma década, sendo uma das causas da evasão escolar na Escola de Aprendizes e Artífices, conforme avaliou, na ocasião, a gestão do diretor Joaquim Andrade.

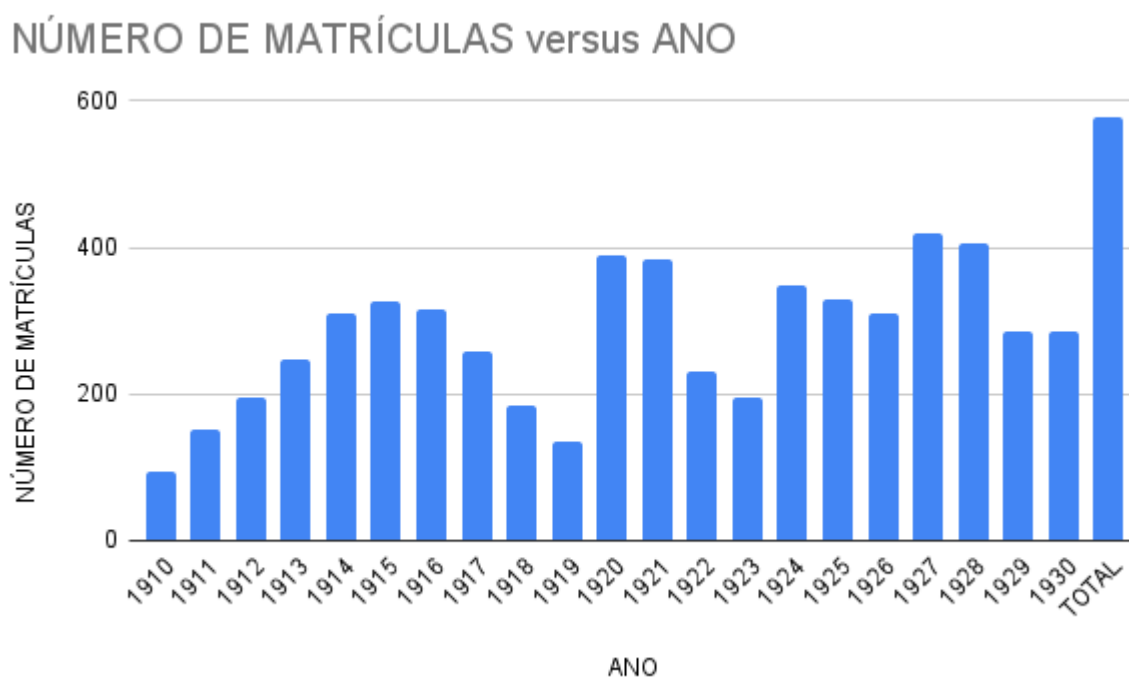
A saída de Euclides Malta do governo do Estado não alterou a influência política na escola e, naquela ocasião, Clodoaldo Fonseca assumiu o Poder Executivo, terminados todos os tumultos e promoveu a substituição de Joaquim Andrade do cargo de diretor, por ser o gestor, irmão de um deputado federal de oposição ao governo do Estado.

De acordo com o Blog História de Alagoas, em 20 de dezembro de 1913, o diretor Joaquim Goulart de Andrade divulgou a relação das oficinas da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (EAA-AL): Alfaiataria; Sapataria; Funilaria, Latoaria e Bombearia; Ferraria e Serralharia e Marcenaria. Nesse período os alunos eram remunerados. Os dos 1º e 2º ano tinham diária de 100 e 200 réis. Os dos 3º e 4º ano, 600 e 800 réis. Os

recursos arrecadados pela instituição eram administrados por uma Sociedade Cooperativa e de Mutualidade dos pequenos artífices.

Números apresentados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio revelavam que durante um certo período foi crescente os números dos matriculados, a exemplo dos que se inscreveram para os cursos primário e de desenho entre 1910 a 1925, conforme representa o Gráfico 1.

Gráfico 1: Número de matrículas nos cursos primário e de desenho de 1910 a 1930



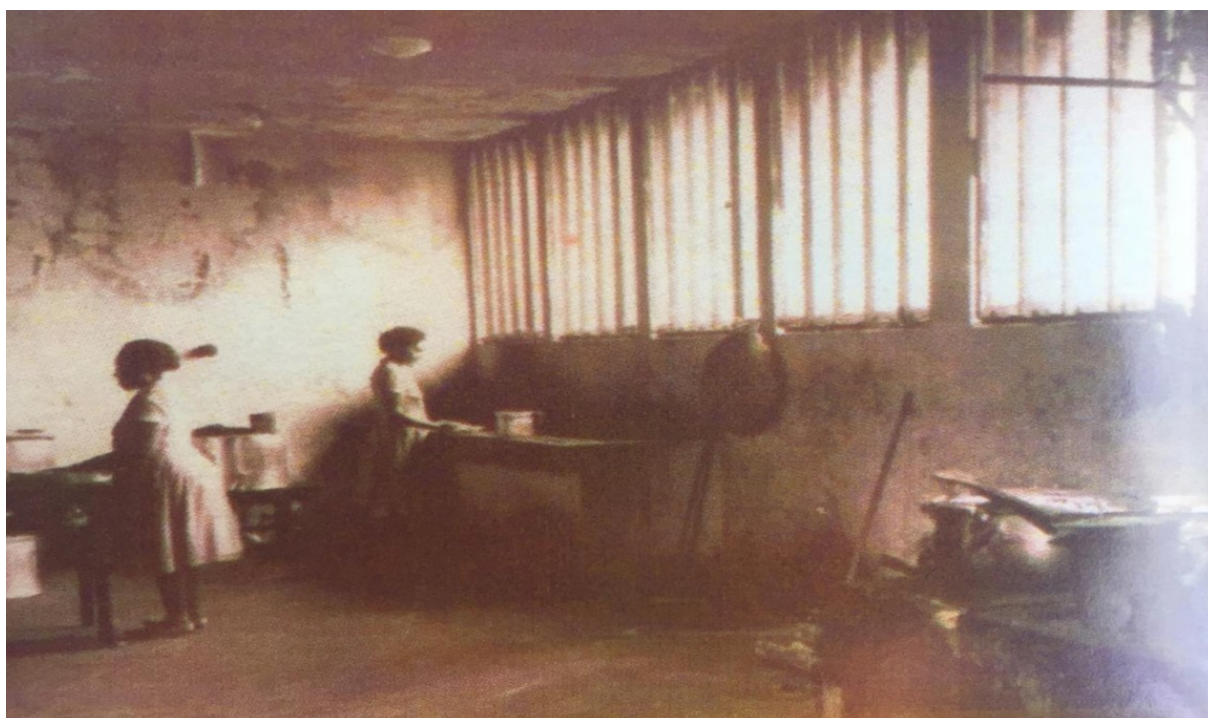
Elaborado pelo autor, 2023

Desde 1914 que o mundo encarava a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que empurrou o Brasil para um processo de industrialização sob o controle do capital estrangeiro. E, as escolas de aprendizes artífices serviram como espaços de formação de mão de obra para atender a essa demanda especializada e conter a massa proletária infante-juvenil ociosa. No entanto, não havia recursos disponíveis para esses espaços formativos da educação profissional, tampouco formação pedagógica para preparar os alunos no atendimento ao mercado de trabalho.

Deste modo, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio formou uma comissão com o objetivo de remodelar o ensino profissional para dotar as escolas de pessoal

técnico habilitado, selecionado por concursos públicos; aparelhar as oficinas com material necessário; construir prédios adequados, instituir a merenda escolar (Figura 7) e atender a Portaria Ministerial de 26 de setembro de 1922, editar livros e manuais e identificar a produção de renda na escola. Este último ponto favoreceu o aluno que passou a receber uma diária para seu sustento e da sua família e diante da experiência com a escola-oficina se adaptou ao ambiente de trabalho ao sair da unidade de ensino.

Figura 9. Espaço de preparação da merenda escolar



Autor: desconhecido. Ano: 1922. Acervo: Ifal

Os estudantes começaram a se projetar em feiras e exposições, sendo uma delas, conforme cita Bonan (2010, p.61) a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, realizada no Rio de Janeiro, em 1922.

Com a finalidade de complementar os conhecimentos técnicos dos operários, o governo federal instituiu o Decreto nº 13.046, de 12 de junho de 1918.

Art. 43º – Haverá em cada escola dois cursos nocturnos de aperfeiçoamento, primário e de desenho, destinados principalmente a ministrar aos operários conhecimentos que concorram para torná-los mais aptos nos seus ofícios (BRASIL, Decreto nº 13.046, de 12 de junho de 1918).

No entanto, a procura era aquém da esperada pela escola, sendo esta uma das dificuldades de os docentes, a maioria do sexo feminino terem de conviver. Ocorre que

desde a sua fundação, a Escola de Aprendizes e Artífices teriam que lidar com a profissionalização da criança como prioridade da elite, mediante o início da industrialização no país. Segundo Almeida (2006, p. 104), “no plano educacional, o século XX ofereceu maiores oportunidades educacionais para meninas e moças”. Porém, Soares afirma que:

{...} tais oportunidades não advirão necessariamente do imaginário social criado pelos liberais que difundiram a crença de que, assim como a escola seria capaz de regenerar a sociedade, também a mulher era vocacionada à guiar a infância e moralizar os seus hábitos indesejáveis (SOARES, 2006).

No âmbito interno, o diretor Joaquim Andrade era criticado por servidores por prática de nepotismo ao nomear o sobrinho Manoel Pinheiro Goulart que já ocupava o cargo de escriturário por indicação do tio, como diretor interino. Houve uma campanha para a volta de Miguel Guedes Nogueira que reassumiu a instituição de ensino. Nogueira ainda se afastou da direção por mais duas vezes; em 1930 para ficar à disposição da Interventoria Federal do Estado de Alagoas, deixando no posto principal da escola, Manoel Goulart e, em 1933 também pelo mesmo motivo. Em 1937, Miguel Guedes foi aposentado compulsoriamente e em seu posto assumiu o engenheiro Manoel Viana Vasconcelos.

#### Liceu industrial de Alagoas

A denominação Liceu Industrial de Alagoas decorreu da publicação da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 pela qual o governo federal desligou as escolas de aprendizes artífices do Ministério da Agricultura e as integrou ao Ministério da Educação e Saúde Pública e, posteriormente, Ministério da Educação e Cultura (MEC), por força da reforma promovida por Gustavo Capanema, o primeiro ministro do MEC. Essas unidades de ensino foram transferidas para a Divisão de Escola Industrial. A transformação foi motivada pela evolução das indústrias no país que, conseqüentemente, exigiam do trabalhador conhecimentos especializados, do primário ao nível superior.

Sobre o ensino industrial em Alagoas, vale destacar que, assim como o aprendizado agrícola, a educação destinada a prover mão de obra para os empreendimentos urbanos também teve denominação modificada, a partir do Estado Novo e, em 1937, as escolas de aprendizes artífices passaram a ser chamadas por Liceus de Artes e Ofícios, abrindo a expansão dos cursos para a fundação de institutos profissionais dos estados e

municípios, bem como para as associações particulares, conforme cita a Constituição promulgada naquela época:

O ensino pré-vocacional e profissional destinados às classes menos favorecidas é uma matéria de educação e primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativas dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos, as associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criarem na esfera de suas especialidades, escolas de aprendizes destinadas aos filhos dos seus associados. (MEC, 2009, p. 4).

Com um perfil de ensino voltado para subsidiar a indústria com mão de obra, os “desvalidos da sorte” ou os “desfavorecidos de fortuna” deixaram de ser o perfil do aprendiz e os filhos da classe média foram inseridos nas instituições de ensino profissional sob os auspícios dos padrinhos políticos.

Um dos remanescentes desta época foi o senhor Abel do Divino Espírito Santo. Em um texto, publicado no portal do Ifal, em 29.09.2015, durante comemorações dos 106 anos do Campus Maceió, em uma retrospectiva da vida, contada naquela ocasião, o senhor Abel, citado na Figura 8, então com 90 anos, lembrou-se dos primeiros momentos de vida, do internato no Liceu de Artes e Ofícios na década de 1930, na praça Sinimbu até ingressar na Marinha do Brasil.

Perdi minha mãe aos seis meses. Meu pai, aos seis anos, aos sete, meu avô. Fiquei órfão e vim para Maceió morar na casa de uma prima, quando um tio me matriculou no Liceu de Artes e Ofícios que também servia como escola da Marinha. Esse espaço foi meu pai, minha mãe, meu avô. Tudo para mim. Só saí de lá para servir como soldado da Marinha, onde fiquei por 30 anos e lá ganhei várias medalhas e saí como suboficial. Também participei da 2ª Guerra Mundial em 1944 fazendo o patrulhamento do litoral brasileiro em navios”, contou Abel do Espírito Santo. (<https://www2.ifal.edu.br/noticias/historia-de-vida-homenagens-musica-e-poesias-marcam-as-comemoracoes-dos-106-do-campus-maceio>).

Figura 10 - Abel do Espírito Santo – um dos primeiros alunos Liceu de Artes e Ofícios



Foto: O autor, 2015

Ainda funcionando na praça Sinimbú, o Liceu de Artes e Ofícios, mudou de diretor, afastando-se Manoel Viana, que passou a dirigir o Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, assumindo o cargo, por indicação de Miguel Guedes Nogueira, aposentado, mas bastante prestigiado junto ao MEC, Augusto Talvanes de Barros, que foi empossado em 19 de maio de 1939, descendente de uma família de educadores que passou a comandar os destinos da escola no momento em que a instituição modifica o seu perfil de formação de mão de obra para economia terciária e para a industrial. Aliada a essa formação, estava o controle disciplinar dos alunos que se associava ao caráter paternalista das famílias brasileiras e bem associada à relação entre opressor e oprimido, conforme Freire (1987).

Como corretivo aplicado aos alunos, havia castigos, a exemplo de ficar ajoelhado ou de pé no corredor com tempo determinado pelo inspetor, enquanto as faltas mais graves resultavam em expulsão, a pedido dos professores. Intrigas, atrasos, ausências na sala de aula, desrespeito aos mestres eram os fatos causadores desses “métodos disciplinares”. O rigor na assiduidade também atingiu os professores que registravam frequência em lista de ponto e os atrasos eram computados. Sob regime integral, os docentes foram submetidos depois ao controle do relógio de ponto. O horário escolar começava às 7 horas da manhã e os bondes eram o transporte coletivo daqueles que moravam mais distante. A caderneta foi implantada em 1940 e, nela, os professores anotavam as atividades dos alunos na oficina, na aprendizagem e nos serviços prestados à comunidade, segundo Bonan (2010, p.65).

O primeiro diretor Miguel Guedes Nogueira faleceu em 19 de abril de 1941, fato que causou comoção entre funcionários e alunos que o conheciam. Neste período, a escola com preparação voltada para o setor industrial, era chamada de Liceu Industrial de Alagoas que, posteriormente devido a mais uma reforma, desta vez, promovida pelo governo de Getúlio Vargas, passou a ter outra denominação: Escola Industrial de Maceió. Na grade curricular desse período foram incluídas disciplinas da cultura geral (Português, Matemática, História, Geografia, Ciências Físicas e Naturais, Desenho, Canto Orfeônico e Cultura Artística), além da formação técnica com os cursos de Mecânica de máquinas, Serralharia, Solda, Fundição, Carpintaria, Sapataria e Alfaiataria.

A influência norte-americana na educação profissional, por meio da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial, plano do governo de Harry S. Truman, 33º presidente dos Estados Unidos, promoveu o primeiro curso de capacitação de quinze semanas para diretores dos liceus industriais, em 1947. Foram relacionados para viajar aos Estados Unidos os professores Oscar Sátyro, atualmente o nome dado ao auditório do Campus Maceió, Irineu José da Silva, Cristovão Souza Leão e o diretor Talvanes Augusto Barros. O plano consistia em uma cooperação de relações profissionais entre os professores do ensino técnico do Brasil e dos Estados Unidos. Essa ação é avaliada por autores marxianos como uma intervenção norte-americana na América Latina, mediante a Guerra Fria entre soviéticos e norte-americanos, por causa da intervenção da União Soviética em Cuba.

No âmbito local, a intervenção de cooperação estrangeira provocou mais organização administrativa na unidade de ensino e melhor preparação dos professores

quanto ao ensino técnico profissional, segundo informa a publicação de Bonan (2010). No entanto, resultou, ao mesmo tempo, em maior controle social sobre os alunos. Tanto que os professores Oscar Sátiro e Antônio Sales fizeram investidas na criação do Grêmio Estudantil Guedes de Nogueira. A adesão ao programa de cooperação internacional rendeu à Escola Industrial de Maceió, em 1949, investimentos na ordem de US\$ 90.000,00 (noventa mil dólares) para compra de máquinas e equipamentos destinados a reforçar as oficinas.

Em 1945, segundo Bonan (2010,p.68) foi criada a Biblioteca Benevides Monte, sendo a primeira bibliotecária, Ana Amélia Machado. O patrono Benevides Monte (Figura 9) foi um ex-aluno, tanto do Liceu Industrial, quanto da Escola Agrícola Floriano Peixoto e tinha um sonho de seguir a carreira militar. Ele era natural de Cacimbinhas-Alagoas, serviu o 20º Batalhão de Caçadores e tomou parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na 2ª Guerra Mundial. Monte embarcou para a Itália em 20 de setembro de 1944 e fez parte do 1º Regimento da Infantaria - Classe 1932- Id G-27 como terceiro sargento. Foi morto pelo exército nazista em 1945, em Monte Castelo - Itália. Seus restos mortais encontram-se no Monumento aos Pracinhas - Rio de Janeiro.

Figura 11- -Retrato de Benevides Monte, exposto na Biblioteca do Campus Maceió.



Fonte: Biblioteca Benevides Monte – Campus Maceió. Reprodução em junho 2022

O reforço internacional na compra de equipamentos industriais provocou redução dos espaços de formação da escola, também motivada pela ampliação dos cursos técnicos, o que proporcionou uma mobilização dos servidores para a obtenção de mais espaço físico para construção de uma escola. Por iniciativa do governador Silvestre Péricles, o terreno composto por coqueiral no bairro Poço, foi desapropriado e doado. A área se estendia desde a atual rua Barão de Atalaia até o espaço ocupado pelo atual

Posto de Saúde do Salgadinho, mas à direção, somente interessou a metade da área. Bonan cita que, em artigo publicado no Jornal de Alagoas, de 23 de setembro de 1949, durante as comemorações dos 40 anos da instituição, o professor Souza Leão faz a seguinte referência:

As desapropriações dos dois terrenos foram feitas, exclusivamente para a nossa escola. Somos testemunhas ao recebê-los em Palácio como diretor-substituto, na época. Palavras do senhor governador Silvestre Pércles - Eu só doarei o terreno ao Sindicato dos Ferroviários se a Escola não necessitar de todo ele. Vamos construir dentro daquele terreno. Para a Escola só ele interessa. Para o INPS<sup>3</sup> interessa outro em qualquer parte (LEÃO, 1949).

A desapropriação, por utilidade pública, foi estabelecida pelo Decreto número 44/47, a partir de um lote de terreno pertencente ao dr. Antônio Aguiar Júnior, situado na rua Barão de Atalaia, desta capital Segundo o blog *História de Alagoas*, a reivindicação teve como porta-voz o deputado federal Freitas Cavalcanti do partido União Democrática Nacional (UDN), que havia tomado posse em 11 de fevereiro de 1946 e conseguiu que constasse no Orçamento da União de 1947, uma dotação de 3 milhões de cruzeiros para “Início da construção do edifício principal” da Escola Industrial de Maceió. No entanto, de acordo com o periódico eletrônico, os recursos financeiros não foram liberados de imediato, o que levou o parlamentar a fazer uma nova cobrança ao governo federal em 23 de outubro de 1947. Somente em 9 de abril de 1948, foi que o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, aprovou “plantas, edificações e orçamento para a construção do edifício da Escola Industrial de Maceió, Alagoas” (*Correio da Manhã* de 10 de abril de 1948). Os registros contábeis do Ministério da Educação apontam a Sociedade Construtora de Obras Públicas Ltda (SCOP) como a empresa escolhida para edificar o novo prédio da escola no valor de Cr\$ 305.600,00 (trezentos e cinco mil e seiscentos cruzeiros). O início das obras se deu em 1950 e depois de pronto, o prédio previa receber 1000 alunos, sendo 110 internos, possibilitando a matrícula de estudantes do interior do Estado, segundo informa o jornal *Gazeta de Notícias* de 11 de outubro de 1949. O histórico da construção do prédio que hoje abriga o campus Maceió do Ifal revela também que a interferência política não dava trégua em suas intervenções na educação profissional.

---

<sup>3</sup>Instituto Nacional Previdência Social que, atualmente chama-se INSS (Instituto Nacional de Seguro Social)

A SCOP era dirigida em Alagoas pelo seu sócio-gerente engenheiro Lisanel de Mello Motta, irmão do deputado estadual Lourival de Mello Motta (UDN) e tinha sede na Rua Barão de Jaraguá, nº 487, 1º e 2º andar, em Maceió. Anos antes, em 1947, a SCOP tinha dois endereços: Rua dos Carijós, 561 – salas 106 e 107, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e na Rua do Comércio, 495, -1º andar, Maceió, Alagoas. Lisanel de Mello Motta informava nos contratos que era o sócio-gerente da empresa e que residia na Rua Ângelo Neto, 279, Farol, também em Maceió. Esse endereço era o de seus pais Leobino Soares da Motta e Adelaide Afra de Mello, (Blog História de Alagoas, publicado em 21 de fevereiro de 2022. Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-ensino-publico-profissionalizante-em-alagoas.html>).

Embora seja proclamado como de autoria do renomado arquiteto Oscar Niemeyer, o prédio do Campus Maceió está envolvido em um dilema entre pesquisadores quanto ao crédito do projeto arquitetônico. Em um perfil no Facebook denominado *Maceió Antiga*, há uma referência textual e fotográfica à autoria do arquiteto ao projeto de construção da Escola Industrial de Maceió e que afirma o seguinte:

Em 1937, o escritório de Lúcio Costa e Carlos Leão onde trabalhava Niemeyer é chamado pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para projetar o novo edifício do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro. Este projeto estava inserido no contexto político do Estado Novo, quando Getúlio Vargas, presidente do Brasil, usava a arquitetura e o urbanismo como ferramentas para ilustrar os novos rumos da nação em uma fase intermediária, tentando se transformar de potência agrícola exportadora de café em um país industrializado. Deste modelo surgiram os novos prédios das escolas industriais, entre elas a de Alagoas, projetado por Niemeyer. Em tempo - Pesquisei e não encontrei nenhuma outra escola projetada pelo arquiteto que se aproximasse do modelo desta maquete tanto quanto o prédio do antigo Cefet. Como estamos em Alagoas – “Pequenos Estados & Grandes Negócios” -, certamente os traços originais foram modificados para reduzir os custos (ou, quem sabe, por outros motivos obscuros) durante as obras. Bom, é apenas um achismo. (MACEIÓ ANTIGA, 6 de dezembro de 2012. Disponível em <https://pt-br.facebook.com/MaceioAntiga/photos/oscar-niemeyer-observa-poss%C3%ADvel-maquete-do-ifal-antigo-cefet-projetada-nos-anos-468182743227917/>).

Para comprovar tal afirmação, o perfil no Facebook posta a seguinte fotografia:

Figura 12 - Imagem atribuída ao arquiteto Oscar Niemeyer com o suposto projeto da Escola Industrial de Maceió



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-157742/um-ano-sem-oscar-niemeyer>. Acesso em 12/07/2022

Em pesquisa realizada por este autor, conclui-se que, na realidade, a fotografia se refere ao projeto do Colégio Estadual Central, também denominada Escola Estadual Governador Milton Campos, em Belo Horizonte e inaugurada em 1956, conforme ilustra a figura 11.

Figura 13 -: Escola Estadual Central, em Belo Horizonte, projeto de Oscar Niemeyer a que se refere à figura 10.



Fonte: Portal PBH- Flickr (2022) Fonte disponível em:  
<https://www.flickr.com/photos/portalphb/13902364975>: acesso em 05/06/2023

O blog *História de Alagoas*, por intermédio do jornalista Edberto Ticianeli, apurou o fato e constatou que não houve relação dos projetos do arquiteto Oscar Niemeyer com a construção do prédio, onde está localizado o campus Maceió, sob o argumento de que: o projeto foi aprovado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra em 1948 e teve a conclusão da obra em 1956 (é possível que já recebesse alguma ocupação anteriormente a esta data). Juscelino Kubitschek foi eleito presidente em 1955 e tomou posse em 31 de janeiro de 1956 para um mandato até 31 de janeiro de 1961, portanto, o prédio já estava pronto; outro questionamento para se atribuir a Niemeyer a autoria da obra, vem da perseguição sofrida por ele, nesse mesmo período, por ser comunista. Essa situação veio à tona durante a escolha do projeto para a construção do futuro Centro Técnico da Aeronáutica (CTA) em São José dos Campos, São Paulo. O blog detalha esse episódio da seguinte forma:

A Comissão encarregada de analisar as propostas habilitadas para o concurso foi instituída em 12 de outubro de 1946 e agiu com celeridade. Dois meses depois o projeto já tinha sido aprovado e autorizada a execução das obras. O escolhido foi o de Oscar Niemeyer, que chegou a assinar o contrato para a elaboração do projeto definitivo de urbanização e dos edifícios do CTA. Inexplicavelmente o contrato foi cancelado no início de 1947. Niemeyer ainda recorreu, mas sem sucesso. Em outubro de 1947 foi definido que não mais haveria concorrência pública para a obra. O contrato foi para outra firma e em dezembro as obras já tinham sido iniciadas. (BLOG HISTÓRIA DE ALAGOAS. Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-ensino-publico-profissionalizante-em-alagoas.html>).

As causas do rompimento do contrato e a solução encontrada para manter o projeto do Niemeyer sem ele aparecer como autor, foram esclarecidas muitos anos depois pelo arquiteto Rosendo Santos Mourão. De acordo com o blog, os militares da Aeronáutica não aceitaram que o autor do projeto fosse um comunista. Como solução para manter o mesmo projeto, foi utilizado um artifício: contratou-se a obra com uma firma onde trabalhava o ex-estagiário de Niemeyer, Rosendo Santos Mourão, que somente veio se habilitar para cursar a Faculdade Nacional de Arquitetura em março de 1949.

Eu tinha carta branca para fazer o que eu quisesse, porque os militares confiavam em mim e até preferiam quando eu não pedia ajuda a Niemeyer. Mas, por respeito a ele, segui todo o projeto à risca. Ele era uma pessoa muito boa, Me ensinou muita coisa”, revelou Rosendo ao G1 em 6 de dezembro de 2012, data da morte de Niemeyer.(BLOG HISTÓRIA DE ALAGOAS. Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-ensino-publico-profissionalizante-em-alagoas.html>

Outro fato que coloca em dúvida a autoria do projeto arquitetônico do Campus do Ifal Maceió é a divulgação de uma lista das obras de Oscar Niemeyer expostas no Wikipédia<sup>4</sup> e que não cita o projeto arquitetônico das escolas industriais entre as obras do renomado arquiteto. No campus Maceió, há uma placa de homenagem ao centenário de Oscar Niemeyer, comemorado em 2007, que o cita como autor do projeto da Escola Industrial de Maceió. Este monumento fez com que, durante esta pesquisa, alguns egressos fizessem referência a Niemeyer como autor da obra arquitetônica do Campus Maceió, embora não haja registros comprobatórios.

Ainda segundo Bonan (2010, p.71) a transferência da praça Sinimbu para a atual sede ocorreu em 1956 e a mudança foi realizada por funcionários e alunos. “Os móveis mais leves e documentos foram trazidos a pé, enquanto que os mais pesados, de caminhão alugado na praça do Pirulito, segundo depoimento de mestre Chiquinho, ex-professor da escola. Ainda, segundo o depoimento, com essa mudança muitos documentos importantes foram perdidos”, afirma a escritora no livro. No ano da transferência para o prédio próprio, a Escola Industrial de Maceió passou a ser denominada de Escola Industrial Deodoro da Fonseca, por meio da Lei 2972/56 de autoria do deputado federal alagoano Luís Medeiros Neto.

---

<sup>4</sup>Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_obras\\_de\\_Oscar\\_Niemeyer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_obras_de_Oscar_Niemeyer). Acesso em 28/06/2022.

Figura 14 - Escola Industrial de Maceió na década de 1960



Fonte: <https://www.facebook.com/MaceioAntiga>. Acesso em 26/06/2022

Na década de 1960, a Escola Industrial Deodoro da Fonseca, nova denominação dada à unidade de ensino técnico, começou a ganhar feições mais nítidas do ensino para formação de mão de obra para atender à indústria, a partir da criação dos primeiros cursos em nível de segundo grau de técnico em Construção de Máquinas e Motores, técnico em Edificações e técnico em Estradas. Em 1964, o engenheiro Augusto Talvanes de Barros se aposentou e o ex-aluno Juvenal Santana foi nomeado para o cargo que dividiu com o Conselho de Representantes, as tarefas de administrar a escola, sendo uma delas, a criação do Setor de Assistência Social que teve como primeira coordenadora, Maria José Cavalcante.

#### Intervenção da Ditadura Militar na educação profissional

O golpe civil-militar praticado em 31 de março de 1964 no Brasil acentuou um modelo econômico com base na dependência do capitalismo, principalmente com intervenções de organismos internacionais na educação pública. Isso refletiu, de forma negativa, no ensino técnico e a Escola Industrial de Alagoas sentiu esses efeitos na dificuldade de contratar técnicos para lecionarem as disciplinas específicas do curso de Estradas, por exemplo, que, segundo Bonan (2010, p.74), passou alguns meses suspensos pela falta de professores, voltando-se a uma situação vivenciada nos primórdios da Escola de Artífices e Ofícios. Esses problemas eram acompanhados pelos alunos por meio de duas agremiações estudantis: o Grêmio Estudantil Guedes Nogueira e o Centro Acadêmico Getúlio Vargas, este último tinha como presidente Álvaro Remígio que, diante das dificuldades de funcionamento da escola, ameaçava incitar greve dos

estudantes.

A aprovação dos currículos dos cursos técnicos pelo Conselho Consultivo, por exemplo, provocou uma dessas greves. Alegavam que o currículo era falho e tornava os cursos deficientes. Diziam que teriam que deixar a escola como legítimos técnicos, com possibilidades de substituir engenheiros nas tarefas que lhe seriam confiadas e, aquele currículo os transformava em "cursinhos de comércio".(BONAN, 2010, p.75).

No ano do golpe, os militares invadiram a escola, fecharam as entidades e os próprios alunos queimaram os documentos para escapar da repressão imposta pela ditadura. Houve interferência militar também na área administrativa e um Aviso Ministério nº 826 de 7 de maio de 1964 determinou que a escola compusesse uma comissão para investigar a existência de servidores que realizassem atividades incompatíveis com o Serviço Público Federal. De acordo com Bonan, a comissão foi composta pelos professores Mário Cardoso Gama, Irineu José da Silva e a oficial de administração Maria José Normandia Pascoal. O grupo entregou um relatório no dia 27 de maio daquele ano, no qual nada constava em relação à desconfiança da Ditadura Militar.

De acordo com a Lei 4.759 de 24 de agosto de 1965, a escola passou a ser denominada de Escola Industrial Federal de Alagoas e, nesta condição, as unidades de ensino técnico ficaram encarregadas de ministrar apenas cursos técnicos, sendo extinto o ginásio industrial.

Sem entrosamento com o Conselho de representantes, o diretor Juvenal Viana deixou o cargo e foi substituído por Amaro Nascimento Mendes, ex-aluno da Escola de Aprendizagem e Artífices de Pernambuco, onde foi contramestre do beneficiamento mecânico e depois se transferiu para Alagoas. Ele assumiu em 1966 e, entre as suas realizações, segundo aponta Bonan (2010, p.77) estão, a ampliação dos corpos docente e discente, a dinamização das atividades esportivas, a implantação do teatro na escola, a aquisição de ônibus para a realização de aulas práticas dos alunos e implantação do Setor de Audiovisual. Além dessas ações houve melhoria na estrutura física da escola como a construção do jardim frontal e do pátio externo do pátio para almoxarifado e garagem, de um sistema completo de iluminação, área do refeitório e cozinha, muro de proteção da escola com portões e gradis produzidos pelos alunos.

## Escola Técnica Federal de Alagoas

Por meio da Portaria número 331 do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Escola Industrial Federal de Alagoas passa a ser denominada de Escola Técnica Federal de Alagoas (Etfal). Essa nova legislação impõe novas diretrizes para a preparação de mão de obra técnica para atender à realidade do mercado de trabalho, impulsionado pelo chamado “milagre econômico” que se constitui de fortes investimentos do governo em áreas essenciais à população como, educação, saúde, moradias e rodovias, a partir de empréstimos internacionais. A educação profissional passou a ser irrestrita, estendendo-se às unidades de ensino propedêutico de segundo grau.

Assim, no intuito de apresentar eficiência e eficácia na sua ação, caracterizou-se como uma das funções primordiais das escolas técnicas federais, atuarem junto aos sistemas estaduais de ensino no desenvolvimento de recursos humanos de nível médio para a indústria (BONAN, 2010, p.78).

Segundo a autora, a pulverização da profissionalização depreciou a imagem das verdadeiras escolas técnicas, colocando-as em condições de igualdade com as demais escolas, uma vez que, a partir de então, todas poderiam profissionalizar os cidadãos.

Responsável pela formação de técnicos também no âmbito externo em convênios com outras instituições formadoras, a Etfal passou a buscar uma organização em sua estrutura interna, a partir da capacitação de recursos humanos, uma vez que a procura por um curso técnico de qualidade aumentou.

Com a visão direcionada para o atendimento industrial, cursos técnicos artesanais, como carpintaria, foram extintos por falta de alunos. A alta procura por cursos técnicos industriais resultou na elitização do aluno da escola com atendimento a uma clientela mais privilegiada e, para não perder seu caráter de unidade de ensino público, foi criado o PEBE (Programa Especial de Bolsas de Estudos) estimulado pelo Ministério do Trabalho para atender como reforço de ensino a trabalhadores sindicalizados e a seus filhos que estivessem concluindo a então oitava série do primeiro grau.

Como imposição da Ditadura Civil-Militar, por meio do Decreto nº 68.065 ressurgiu o Centro Cívico Deodoro da Fonseca, formado por alunos, mas orientado por uma professora, Marilda Barros Alves, cujo objetivo era incentivar o civismo que compreendia as reuniões, às segundas-feiras pelo hasteamento da bandeira nacional e execução do Hino Nacional pela banda de música.

No que tange à sequência de diretores, Amaro Nascimento Mendes deixou a Direção da escola, em 1972, sendo substituído por José Nelson Mendonça, cuja gestão foi marcada por obras físicas como o prédio do Departamento de Educação Física, uma sala para a banda de música, uma quadra poliesportiva, o campo de futebol e a pista de atletismo. Foi criado, ainda, o Serviço de Integração Escola-Empresa, destinado ao encaminhamento dos alunos para estágio. No entanto, em 1974, devido a denúncias contra a sua gestão, Nelson Mendonça deixou o cargo, fato que levou o MEC a indicar o interventor Hélio de Macedo pelo período de seis meses.

Em seguida dirigiu a escola, Breno Lins de Oliveira, um ex-aluno da Escola Industrial de Maceió. Naquele momento, as escolas técnicas tiveram sua estrutura organizacional modificada e como resultado, o Conselho de Representantes foi extinto, sendo criado, por força do Decreto nº 75.079 de 12 de dezembro de 1979, o Conselho Técnico Consultivo composto pelos departamentos subordinados ao diretor e por representantes de entidades representativas da comunidade e da economia alagoana.

A gestão de Breno Lins foi marcada pela ampliação da escola no que se refere às construções de blocos administrativos e de salas de aulas, à construção da piscina semiolímpica, do auditório Oscar Sátyro, do Centro de Multimeios, do bloco de Química e da reforma e à ampliação do Setor de Saúde.

Figura 15 - Posse do diretor Breno Lins de Oliveira



Fonte: Arquivo da Etfal – 1975

Com o clima de redemocratização do país, que instigou a participação da sociedade civil nas decisões políticas, a Etfal realiza em 1986, eleição direta para escolha de seu diretor e, por intermédio da Resolução nº 1 do Conselho Consultivo, os candidatos

Breno Lins de Oliveira, José Buarque Nascimento e Osvaldo Leite concorreram ao cargo, sendo o primeiro reeleito. No segundo mandato, coube a gestão de Breno Lins, atendendo ao Programa de Melhoria do Ensino Técnico, expandir a Etfal aos municípios de Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro, cujas as unidades descentralizadas foram inauguradas pelo sucessor Alberto José Cavalcante, o “Sexta-feira”. Contudo, como em outras ocasiões, a interferência política apresenta reflexos negativos quanto à gestão administrativa da Etfal. Bonan afirma que, em 1985:

[...]apesar do teste de seleção para o ingresso de novos alunos na escola, ocupando assim o número de vagas previstas, ao iniciarem as aulas os professores se deparavam com um contingente elevado de alunos nas salas de aula. Muitos ali estavam, através de pedidos, reeditando, assim, no seu interior, as velhas práticas da política alagoana, ainda em uso nas mais diversas áreas da vida social local (BONAN, 2010, p.85).

A partir do processo de interiorização da Escola Técnica Federal de Alagoas, essa instituição passou a gerir mais duas unidades de ensino, que foram a de Palmeira dos Índios e a de Marechal Deodoro e a denominação antes de diretor passou a se chamar diretor-geral. Esse processo ocorreu na gestão de Alberto Sexta-feira, ocasião em que essas unidades descentralizadas foram inauguradas: Palmeira dos Índios, em 26 de junho de 1993 e Marechal Deodoro, em 17 de novembro de 1996.

Antes, porém, momentos atribulados registrou-se na instituição pioneira da educação profissional pública em Alagoas, desde que a escolha do diretor passou a ser, por intermédio da comunidade interna. E, a causa das frequentes confusões estava na chamada lista tríplice, uma relação de três candidatos mais votados, sendo que um deles seria escolhido pelo ministro da Educação. Na primeira votação ocorrida em 19 de março de 1990, os três primeiros concorrentes mais votados foram: Alberto José Cavalcanti (1582 votos), Ricardo Albuquerque (1245 votos) e Mario Cesar Jucá (823 votos). “A lista tríplice foi mandada para o MEC, entretanto algumas manobras políticas fizeram com que o candidato mais votado, o professor Alberto Cavalcante Sexta-Feira, não conseguisse tomar posse”(BONAN, 2010, p.86).

Mediante a pressão da comunidade interna, por meio de suas entidades classistas, o MEC indicou um interventor, como diretor pró-tempore (provisório), Lúcio Soley Lomônaco, enquanto se resolvia a escolha entre os três da lista tríplice. A intervenção demorou um ano, mas devido a falta de prestígio no âmbito interno, o interventor deixou o cargo e foi substituído por Mário César Jucá.

Em 3 de março de 1991, Alberto Sexta-feira tomou posse como diretor-geral, prevalecendo o processo de escolha da comunidade e o então ministro da Educação e Cultura, Carlos Chiarelli, ressaltou o respeito do governo federal ao pleito democrático. No entanto, articulações do grupo político vinculado a Sexta-feira foram o real motivo da mudança de postura do MEC. O presidente da República era Fernando Collor de Mello, radicado em Alagoas e foi acionado, por meio de parlamentares como o então senador Guilherme Palmeira, a quem Sexta-feira havia recorrido para alterar o quadro que lhe era desfavorável.

Alberto José Cavalcante Sexta-feira, que faleceu no dia 10 de abril de 2021, vítima da Covid-19, era engenheiro civil, ingressou na Etfal em 1976, sendo eleito coordenador do curso técnico em Edificações, presidente da Associação dos Servidores da Etfal (Assetfal) função que acumulou com a de chefe do Departamento de Ensino. Sua gestão foi marcada por um espírito de liderança tanto em âmbito local, como nacional, pois dois anos depois foi eleito presidente do Conselho dos Diretores das Instituições Federais de Ensino Industrial (Conditec). Uma das lutas encampadas por essa entidade foi a criação de uma frente parlamentar em defesa da escola pública e do ensino tecnológico, diante de um projeto de lei no Congresso Nacional que transferia o ensino técnico para os estados, de autoria do deputado federal Eduardo Mascarenhas (PDT).

Em 1994, houve nova consulta à comunidade interna para escolha do diretor-geral e Alberto Sexta-feira foi reeleito com 1551 votos contra 369 votos para Roland Gonçalves. A lista tríplice, a pedido do candidato mais votado, foi composta por ele próprio, e pelos professores Mário César Jucá e Erisvaldo Ramalho.

#### De Etfal para Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet-AL)

O então presidente da República Itamar Franco sancionou em 11 de dezembro de 1994, o projeto de lei que transformou as escolas técnicas federais em centros federais de educação tecnológica e criou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o que resultou na oferta de cursos de nível superior na área de tecnologia. Deste modo, também os cursos técnicos também foram remodelados passando sua orientação de formação para o mercado de trabalho, por meio de habilidades e competências, conforme preconizava, à época, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96.

Alberto Sexta-feira é eleito vereador por Maceió e deixa o cargo de diretor-geral para o vice Mário César Jucá, cuja gestão passou a seguir as regras impostas pelo neoliberalismo implantadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Uma dessas medidas foi uma parceria público-privada para oferta dos cursos tecnológicos que, embora integrassem a grade curricular da instituição federal passaram a ser controlados pela Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapec), uma entidade sem fins lucrativos que tinha como presidente, o próprio diretor-geral do Cefet-AL. Essa entidade funcionou no prédio público da extinta Delegacia do MEC em Alagoas (Demec-AL) na Avenida da Paz e cobrava mensalidades dos cursos tecnológicos que eram ofertados no Campus Maceió.

O CEFET-AL entrou no ano 2000 com novas perspectivas educacionais. Viveu um momento histórico com a realização de seu primeiro vestibular para a formação de tecnólogos de nível superior. Desta forma nos dias 27 e 28 de fevereiro foi realizado o primeiro vestibular para os cursos de turismo e lazer e informática (BONAN, 2020, p.97).

Como pode ser analisado, a partir do trecho narrado pela autora, não havia distinção entre Cefet-AL e a Fapec, o que pode se deduzir que os cursos tecnológicos com mensalidades pagas pertenciam à primeira instituição citada, porém eram controlados pela segunda.

Em 2001, foram implantados mais 13 cursos: Turismo, Tecnologia da Informação, Sistema de Informação, Publicidade, Comércio Exterior, Gestão Empresarial, Gestão Pública, Gestão Financeira, Gestão Fazendária, Desporto e Lazer, Design de Interiores, Urbanização, Produção Civil, Produção Elétrica e Hotelaria. Houve um maciço investimento em propaganda na mídia, para atrair estudantes para os cursos superiores de tecnologia, mas uma dúvida pairava sobre a mente dos concorrentes quanto à legitimação dos cursos junto ao mercado de trabalho, pois não eram reconhecidos pelo MEC e a modalidade era recusada em concursos públicos, sendo um deles da Petrobras, uma estatal do governo federal. Afora esses aspectos, alguns questionamentos precisavam ser esclarecidos aos candidatos e aos graduandos quanto à certificação dos cursos tecnológicos, já que mensalidades eram cobradas: as graduações faziam parte do Cefet-AL, uma instituição de ensino público e gratuito ou da Fapec, uma entidade de apoio ao ensino e pesquisa e de âmbito privado?

Apesar da polêmica, a gestão de Mario César Jucá prosseguiu com os investimentos na instituição, sendo um deles na qualificação dos docentes. Um convênio foi firmado com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para oferta de mestrado aos servidores e, deste modo, habilitá-los a lecionar nos cursos de ensino tecnológico. Houve avanço em relação à pesquisa, aos projetos de extensão, na área esportiva e realização de eventos de âmbito regional, organizados pelo Cefet-AL, tais como, o Edcenne (Encontro Desportivo Norte/Nordeste) e o 1º Seminário Nordeste de Educação.

Em 2004, acentuaram-se na comunidade escolar denúncias contra o diretor-geral do CEFET-AL, professor Mario César Jucá.[...]As denúncias junto ao MEC e as notícias nos meios de comunicação começaram a desgastar a imagem do diretor que se viu ameaçado de uma intervenção na instituição. Diante desses acontecimentos, o MEC enviou a Maceió, três auditores. Mediante portaria, o professor Mario Cesar foi afastado pelo período de 60 dias, prorrogado por mais 60. Nesse período assumiu a direção, sua vice-diretora Lúcia Coutinho. (BONAN, 2010, p.99).

Mário Cesar detinha um grupo formado por servidores e docentes fiéis às suas formas de atuar como gestor da instituição, sendo uma dessas, o estímulo à parceria público-privada entre o Cefet-AL e a Fapec. Esta entidade, inclusive, possuía uma sala exclusiva dentro da instituição federal de ensino para oferta de serviços gráficos e de realização de matrículas com mensalidades nos cursos superiores de tecnologia. A situação incomodava grupos oposicionistas que defendiam a educação pública e que já haviam denunciado tal comportamento ao governo federal. No entanto, o diretor-geral era filiado ao PSDB, partido que tinha o controle do poder, por meio do presidente Fernando Henrique Cardoso, o mesmo que, ao assumir baixou o Decreto 2.208 de 1997 que separou o ensino médio do técnico e que estabeleceu a pedagogia da competência que flexibilizou o ensino profissional para atender o mercado de trabalho com formação de mão de obra barata. Além disso, a situação privatista do Cefet-AL se repetia em outras instituições da rede federal como no Pará e em Pernambuco e, nesses dois casos, resultando em prisões de gestores por mau gerenciamento da coisa pública.

Com a assunção ao cargo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, esse modelo tucano imposto na EPT foi desfeito e as denúncias contra a gestão do Cefet-AL que foram formalizadas pela oposição junto ao governo federal, começaram a ser apuradas. No entanto, a contenda política prosseguia na instituição. Os alunos eram proibidos de se organizarem em entidade representativa, tal como um grêmio estudantil e servidores que não se alinhasssem ao modo gerencial de Jucá, eram removidos para a unidade descentralizada de Palmeira dos Índios, a mais distante de Maceió naquela

época.

Em entrevista a este pesquisador, o ex-aluno e jornalista, Ésio Melo que restaurou o grêmio estudantil em 2004 declarou que a entidade, antes desta data funcionou, de forma clandestina, na sala de xadrez em frente à piscina, porque o diretor-geral proibia o funcionamento. “Aproveitamos o momento em que Mario Cesar Jucá estava afastado das funções para recriar a entidade que teve ajuda da candidata a diretora-geral ligada ao diretor, Maria Lúcia Coutinho, candidata à sucessão de Jucá e, por isso mantinha uma aproximação com os estudantes, conforme afirmou o ex-líder estudantil.

Entro no Cefet em 2002 com outros colegas que já faziam parte do movimento estudantil. Em 2002, organizamos o congresso da Fetec que era a Federação dos Estudantes do Ensino Técnico e em 2004, a gente organizou as eleições do grêmio. E nesta aproximação com a Lúcia Coutinho, reivindicamos uma sala que era ocupada pela Xerox da Fapec que era a instituição privada do Mario Cesar que era vinculada ao Ifal, inclusive. Muitas coisas do Cefet tinha a placa de patrimônio da Fapec. Então era uma mistura entre o público e privado que ninguém sabia onde acabava um e começa o outro. (MELO, 2022, em entrevista ao pesquisador).

Figura 16 - Ésio Melo (à esquerda) com a diretora do CEFET-AL, Maria Lúcia Coutinho



Fonte: Ésio Melo, 2004

Ao reassumir o cargo, o diretor-geral exonerou parte de sua equipe considerada por ele como “traidores” e acentuou o conflito que respingou no próximo processo de escolha da comissão que organizaria a eleição que escolheria um nome para suceder Mario Cesar Jucá. A troca de acusações envolveu os estudantes por intermédio de sua entidade representativa.

Outro fato a que o ex-presidente do grêmio estudantil fez referência foi a realização do Festival de Artes e Cultura (Ferac) promovido pela entidade. O evento tinha, entre os objetivos discutir questões políticas como democracia e eleições transparentes. Segundo Melo, “o diretor-geral mandou desligar os microfones do auditório e o disjuntor de energia elétrica para inviabilizar a realização do festival”. Naquela ocasião, 2004, o questionamento do grupo, dissidente da gestão, era sobre a comissão eleitoral que para os reclamantes, havia cometido uma série de “aberrações” na constituição do edital de votação, entre essas, a informação de que o processo eleitoral seria das 9 às 16 horas com intervalo das 16 às 18 horas e depois prosseguir até às 21 horas, porém, o grupo responsável por conduzir o processo eleitoral não informava em quais locais estariam as urnas. Segundo Bonan (2010) esse fato resultou em um bloqueio dos acessos para que não houvesse movimentação nas urnas, o que virou caso de polícia.

Nada disso impediu que a comissão tentasse levar às urnas para o auditório. Houve muitos desentendimentos e a PM escolar foi acionada para acalmar os ânimos que estavam alterados dos dois lados. Os alunos pediam mais clareza nas atitudes da comissão e os professores sentiam-se agredidos com tais exigências. (BONAN, 2010, p.100).

Ésio Melo conta que para haver eleição para diretor-geral seria preciso haver a escolha do conselho diretor que, por sua vez, formava a comissão eleitoral que organizaria o processo de escolha do diretor.

Na eleição para professores que aconteceu um dia antes da dos estudantes, houve resultado diferente do que estava nas urnas, por causa desse intervalo que ninguém sabia o que ocorria. No dia das eleições dos estudantes não permitimos alteração de urnas. No dia 28 de agosto de 2004 foi a eleição dos estudantes e fizemos um protesto, quando um dos professores aliados do diretor tentou levar as urnas para o intervalo, houve uma confusão a polícia foi acionada e acompanhamos, em uma corrente humana até o ginásio, fato que os policiais chamados não conseguiam entender. Comprei um cadeado e, quando o grupo entrou no ginásio tranquei o professor e os policiais para que não houvesse alteração das urnas e só liberei porque fui ameaçado de prisão Nosso candidato, representante dos estudantes venceu de lavada, mas tivemos que sair direto para a delegacia para fazer um boletim de ocorrência contra um professor pró-gestão que agrediu com uma cotovelada a vice-presidente do grêmio estudantil. (MELO, 2022, em entrevista para a pesquisa).

Apesar do tumulto, a eleição para a comissão eleitoral transcorreu normalmente. O professor Mario Cesar Jucá concluiu o mandato que foi ocupado pela vice-diretora Maria Lúcia Coutinho, candidata ao cargo com o apoio do ex-diretor-geral. A conturbada gestão chegou ao conhecimento do Ministério da Educação que enviou a professora Ivone Maria Elias Moreyra, como interventora, atendendo às denúncias de irregularidades na gestão, feitas pelo grupo opositor e tendo como base também investigações feitas nos

Cefets do Pará e de Pernambuco, nos quais os gestores também privatizaram os cursos superiores de tecnologia.

Ivone Moreyra é historiadora e mestra em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Exerceu cargo no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e foi diretora-geral do Cefet-GO e diretora das escolas Sesi e Senai em seu estado natal. À época do exercício como diretora pró-tempore do Cefet-AL, a docente pertencia a um grupo técnico de educação no MEC vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente (2022), a professora mora em Anápolis-GO onde mantém uma escola de educação infantil.

A nomeação de Ivone Maria Elias Moreyra encontrou resistência entre os servidores aliados do ex-diretor-geral Mario Cesar Jucá que acionaram o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sediado em Recife, por meio de uma apelação cível sob a justificativa de que a pessoa era estranha aos quadros do Cefet-AL. A ação pedia a anulação das portarias que exoneraram demandantes de cargos na instituição e foi impetrada, logo depois que a interventora foi nomeada pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad, em 2005. Contudo, a ação somente foi julgada pelo TRF-5 em 15 de abril de 2010 e, na sentença, o desembargador federal Vladimir Souza Carvalho alegou que a designação de pessoa estranha aos quadros da instituição não estaria prevista por nenhum decreto, lei ou ato administrativo interno e considero a reclamação atípica. O magistrado explicou ainda na sentença que “na soleira da instabilidade institucional experimentada pelo ente sub examine que não vinha obtendo sucesso na realização de escolha pela comunidade daqueles que exerceriam a Direção-Geral”, conforme é citado no processo 2006.80.00.001362-2.<sup>5</sup>

Uma das primeiras providências da dirigente interina foi articular junto ao Ministério da Educação o reconhecimento dos cursos superiores. Nessa ocasião, os cursos passaram a ser gratuitos e sem vínculo com a fundação, uma reversão na prática da parceria privatista existente nos cursos tecnológicos adotados pela gestão anterior do Cefet-AL. Ressalte-se que, nesse período, o governo brasileiro está sob o comando do presidente Lula.

---

5. O processo pode ser acessado no site. [www.trf5.jus.br](http://www.trf5.jus.br).

A diretora pró-tempore reformulou o estatuto da instituição de ensino com realização de audiências públicas e estimulou a elaboração de um Projeto Político Pedagógico, por meio de audiências públicas. Depois de seis meses, Ivone Moreyra foi substituída por Hércules Procópio, depois que cumpriu sua temporada como diretora pró-tempore. O interventor, durante a realização desta pesquisa (2022) era prefeito do município mineiro de São João Evangelista e assumiu de forma pró-tempore o Cefet-AL com a finalidade de organizar o processo eleitoral para diretor-geral. Procópio tomou posse no dia 27 de junho de 2005 e seguiu o estilo da diretora pró-tempore anterior por meio de uma gestão democrática com a participação da comunidade interna e externa, do então Cefet-AL.

Durante a eleição para diretor-geral apresentaram-se como candidatos, os professores Roland Gonçalves, Sérgio Teixeira e Dácio Camerino. Os três se aglutinaram em torno de um nome e o escolhido foi Roland Gonçalves que recebeu o apoio do grêmio estudantil. Às vésperas da escolha do diretor, a eleição é suspensa por determinação do juiz Frederico Dantas, da 7ª Vara Federal, no dia 16 de agosto de 2005. O motivo seria a falta de divulgação do pleito eleitoral em jornal de grande circulação no estado. A decisão provocou revolta dos estudantes que bloquearam a rua em frente a escola com o apoio dos professores. As aulas foram suspensas por um dia e os alunos foram cobrar providências no Gabinete do diretor pró-tempore, Hércules Procópio.

Figura 17. Protesto dos estudantes do Ifal por eleição para diretor-geral.  
Ocupação do Gabinete do diretor pró-tempore Hércules Procópio



Fonte: Disponível em <https://www.alagoas24horas.com.br/831449/estudantes-protestam-contr-a-cancelamento-de-eleicoes-no-cefet/>.

Acesso em 12/07/2022

Procópio recompôs o conselho superior e organizou o processo eleitoral que, finalmente, ocorreu em 17 de novembro de 2005, sendo eleito Roland Gonçalves 1.355 votos e Lúcia Coutinho com 154. Professor de Educação Física, Roland Gonçalves assumiu como diretor-geral em 13 de janeiro de 2006. O docente ingressou na então Etfal em 2 de fevereiro de 1980, onde ocupou os cargos de coordenador de Educação Física. Roland Gonçalves tomou posse em 13 de janeiro de 2006 em uma solenidade bastante prestigiada por alunos e servidores que ansiavam por mudanças no Cefet-AL. Nos dois primeiros anos, a gestão foi marcada pela transparência e abertura de diálogos com os segmentos internos. No entanto, a partir de 2007, quando começou a discussão sobre a criação dos institutos federais com aglutinação do Cefet-AL e da Escola Agrotécnica de Satuba, as divergências internas se ampliaram pela falta de clareza do Ministério da Educação sobre o significado daquela fusão. A incógnita sobre o verdadeiro papel dos institutos federais provocou uma divisão interna entre os dirigentes que se acentuou com a aproximação das eleições para reitor, em 2010. A mudança de nomenclaturas nas funções de diretor-geral e diretores para reitor e pró-reitores com direito ao uso do pronome de tratamento “magnífico” foi uma atração a mais para a contenda gerada recheada com um certo egocentrismo.

A mudança nas nomenclaturas das funções de diretor-geral para reitor e de diretores para pró-reitores desencadeou um interesse mais agudo por parte dos dirigentes em comandar os destinos da instituição que ganharia status de universidade. Assim, abriu-se uma dissidência na gestão, no momento em que o professor Roland Gonçalves se apresentou como candidato à reeleição, porém desta vez, ao cargo de reitor. O então diretor da unidade de Maceió, Sérgio Teixeira colocou o nome à disposição, sob a alegação de que havia um acordo com o então mandatário que não estaria sendo cumprido. Enquanto havia dissidência nos bastidores da gestão, o Cefet-AL e a Escola Agrotécnica de Satuba teriam que decidir se aceitariam a fusão em prol da constituição do Instituto Federal de Alagoas.

Durante a gestão do professor Roland Gonçalves começaram as discussões sobre a expansão do então Cefet-AL a mais quatro municípios alagoanos que seriam, Piranhas, Penedo, Maragogi e Penedo. Foi neste mandato que houve a aglutinação entre Cefet-AL e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba para a constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, tornando-se o primeiro reitor do Ifal.

O programa de expansão do ensino técnico foi implantado no MEC na gestão do ministro Fernando Haddad no MEC e cabia aos prefeitos e lideranças municipais dialogarem com o dirigente do Ifal, sobre como se daria a inclusão de uma unidade da instituição nas cidades contempladas com um campus. A mudança de nomenclatura mediante a uma série de problemas administrativos fez com que a gestão de Roland Gonçalves extrapolasse o mandato, além do prazo legal e então, o Ministério da Educação, mais uma vez enviou um diretor pró-tempore para realizar as eleições para reitor. A visita de Eliezer Pacheco, secretário de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) ao Ifal, em 23 de março de 2010, traçou os preparativos para a recepção ao professor de História, Irineu Colombo, do Instituto Federal do Paraná.

Colombo organizou as eleições para reitor do Ifal que transcorreram no mês de julho de 2010 com posse do eleito, professor Sérgio Teixeira, no dia 2 de agosto de 2010, em Brasília. A esta altura, a maioria dos institutos federais havia inaugurado um espaço provisório da expansão e construído campus no interior como, por exemplo, o IFPE que ergueu uma unidade em Barreiros-PE e o Ifal, ainda mantinha as características do Cefet-AL, inclusive nas cores azul e amarela da fachada do prédio. Sérgio Costa é engenheiro químico, especialista em saneamento e em engenharia de produção, mestre em engenharia de produção e, naquela ocasião era doutorando em Ciências da Educação.

Em Alagoas, enquanto a instituição passava por ajustes administrativos com o envio, pelo MEC, de sequentes diretorias pró-tempore, o Ministério Público Federal abriu inquéritos para apurar as supostas irregularidades denunciadas por opositores de Mário Cesar Jucá. O MPF apontou, no processo de número 2002.80.00.003488-7, irregularidades nas gestões de Alberto José Mendonça Cavalcante, o Alberto Sexta-feira e Mario César Jucá, acusados de firmarem contratos sem licitação e de realizarem contratações indevidas com a Fundação Alagoana de Amparo à Pesquisa e à Cultura – Fapec. A tramitação da ação judicial que começou em 2002 somente foi concluída em 20 de fevereiro de 2018, quando a Quarta Turma do Tribunal Regional da 5ª Região por unanimidade decidiu pelo desprovimento da denúncia do MPF ao analisar o relato do Juiz Federal Ivan de Lira Carvalho.

## Breve histórico do Campus Satuba

A mais antiga pesquisa sobre a história do campus Satuba do Ifal nunca se transformou em publicação científica. São textos produzidos por um ex-aluno, de nome José Luiz da Silva, filho de agricultores de União dos Palmares e que ingressou na instituição de ensino no final da década de 1950.

[...] quando cheguei na Satuba para ser interno no Aprendizado, minha atenção se voltou inteirinha para um maquinário velho que existia abandonado, por trás da escola, debaixo das mangueiras. Eram peças que já estava acostumado a ver, desde os tempos de criança. Por isso, minha atenção fora despertada, porque ali também existiam as mesmas peças como: moendas, caldeiras, motores a gás pobre, rodas dentadas [...] os quais eram típicos de engenho de açúcar, cachaça ou rapadura.[...] comecei a observar também as construções dos prédios de paredes robustas, portas grossas, salões espaçosos, galpões enormes, etc. Tudo me induziu a adivinhar mais ainda curiosidade, donde mais tarde fui inteirado de que ali, no início do século existia um engenho de cachaça que os antigos chamavam de usina Wanderley, a qual fora desativado e as instalações aproveitadas para dar lugar a criação do Aprendizado.(SILVA, capítulo III. p.195).

O ensino agrícola, no âmbito público e gratuito, foi iniciado com a transformação da Usina Wanderley em Estação Agronômica de Alagoas, no município de Satuba, região metropolitana de Maceió. Considerada à época, um dos maiores produtores de álcool do Estado, o empreendimento agrícola entrou em falência e suas terras foram doadas pelo governo do Estado à Sociedade de Agricultura Alagoana para a construção de uma estação agronômica e um posto zootécnico que funcionaram como escola prática de agricultura em regime interno e semi-interno, conforme é descrito no livro *Nos Trilhos da Memória* (2011), uma coletânea de artigos sobre a história do Campus Satuba organizada pelos docentes Patrícia Salvador Moura Costa, Amanda Christiane Nascimento Marques e Álvaro Queiroz da Silva e lançada, durante a comemoração pelos 100 anos da instituição federal de ensino.

A história da falência da Usina Wanderley e a transferência de todos os bens patrimoniais para o Governo do Estado de Alagoas tem duas versões: a primeira a de que a Usina Wanderley, inaugurada em 31 de maio de 1895 e que produzia álcool e cachaça tomou emprestado do Estado, a quantia de 100 mil conto de réis, concedido ao proprietário José Antônio Wanderley de Mendonça, conforme Decreto número 346, de 7 de outubro de 1905, assinado pelo governador Paulo Vieira Malta. A empresa não realizou a quitação do débito, sendo seu patrimônio entregue pelo Estado à Sociedade da Agricultura Alagoana, uma entidade que reunia produtores rurais, para que fosse criada, no local a Estação Agronômica de Alagoas, uma escola prática de agricultura; uma outra

versão, contada por José Luiz da Silva, o ex-aluno do final da década de 1950 que, em seus textos, afirma que a Usina Wanderley foi doada à Sociedade da Agricultura Alagoana pelo Estado, depois de um golpe aplicado por um dos proprietários Antônio Wanderley de Mendonça que era secretário de Finanças do Governo de Euclides Malta. Segundo José Luiz, uma missão francesa esteve visitando Maceió, acompanhada do cônsul francês no Brasil.

Pois bem, essa missão, vendo o estado de penúria que atravessava o Estado, especialmente, a capital que necessitava urgente de saneamentos, urbanização e melhoramento das vias de acesso para facilitar o escoamento da produção, colocou à disposição do Governo, uma verba de cem mil contos de réis para que, dentro de um projeto bem elaborado, atendessem as reais necessidades. (SILVA, p. 208).

O autor dos textos afirma que o senhor Wanderley, como homem de confiança do governador, foi incumbido da missão de ir a Paris receber tal importância e nunca mais voltou ao Estado, nem o dinheiro emprestado chegou aos cofres públicos. José Luiz da Silva afirma que a história foi contada pelo doutor Marêncio Barros que foi diretor do Colégio Agrícola Floriano Peixoto que, havia ouvido essa história do pai dele doutor Costa Barros, senhor de engenho que conhecia de perto, o senhor Wanderley. José Luiz da Silva afirma que o dr. Tupinambá do Monte, diretor da escola agrícola, havia-lhe confirmado esta versão. E, assim, a área pertencente à Usina Wanderley foi apropriada pelo Estado que a repassou à Sociedade Alagoana de Agricultura, em 6 de junho de 1904 que tinha como presidente Miguel Guedes Nogueira.

A Estação Agronômica foi instalada pelo Decreto nº 346 de 7 de novembro de 1906. Por três anos (1907-1910), o Governo de Alagoas financiou a manutenção da Escola Prática de Agricultura que ofertava cursos primários e secundários com o objetivo de formar mão de obra para o campo. Segundo Sant'ana (1970, p.128) “ficará ressalvado no art. 1º da lei de 13 de junho de 1907 que a subvenção escolar seria entregue quando as condições financeiras do Estado permitissem”. Segundo o historiador, por falta de recursos financeiros no Erário o repasse governamental chegou a atrasar por dois anos o pagamento dos vencimentos dos funcionários. Sem condições de cumprir com o que foi honrado, o Governo do Estado transferiu para o governo federal, a responsabilidade da instituição.

Surgiu então, em 30 de agosto de 1911, o Patronato Agrícola de Alagoas, primeira denominação do atual Campus Satuba, sendo o primeiro diretor Miguel Guedes Nogueira.<sup>6</sup>

A autorização de funcionamento foi dada pelo presidente Hermes da Fonseca, por intermédio do Decreto 8.940 de 1911 e a finalidade da escola foi garantir um “ofício” para os jovens em situação de vulnerabilidade social, através de um ensino em regime de internato com um período de três anos com o primário sendo de um ano e o secundário de dois.

Os patronatos agrícolas surgiram em 1918 e ofereciam ensino profissional primário, elementar, médio e complementar. Segundo Soares (2003, p.44) “eram ensinadas noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária a menores desvalidos” O nome patronato, segundo o professor e historiador, Álvaro Queiroz vem de “pai” e se transformou à época em uma espécie de internato. O Patronato Agrícola de Alagoas tornou-se Aprendizado Agrícola de Alagoas por volta de 1931, tendo como patrono o marechal Floriano Peixoto e ficou sob o controle do governo federal de 30 de agosto de 1911 a 9 de março de 1927, quando passou a ser administrado pelo Estado até 28 de outubro de 1930, tendo como diretor João Castelo Branco.

Os aprendizados agrícolas tinham o objetivo de transformar a massa de jovens, incluídos, perversamente, no sistema, em mão de obra, conforme Martins (1986). Os alunos passavam três anos no internato, sendo o primário de um ano e o secundário de dois com ensino voltado para as técnicas do campo. A educação agrícola prestava serviços às usinas por meio de empréstimos de ferramentas e máquinas.

---

<sup>6</sup>Miguel Guedes Nogueira é natural de São Miguel dos Campos-AL. nasceu em 7 de agosto de 1867. Engenheiro agrônomo formado pela Imperial Escola Agrícola da Bahia, exerceu vários cargos no Estado de Alagoas e foi diretor do Campus Satuba no período de 1911 a 1927. Foi também o primeiro diretor da Escola de Aprendizes e Artífices, em Maceió de 1909 a 1911 e foi exonerado do cargo por disputa política que envolveu o governador Euclides Malta que indicou para o lugar Joaquim Andrade, irmão do deputado federal Aristeu de Andrade que, por sua vez, prometeu apoio político a Malta.

Figura 18 – Prédio do Patronato Agrícola de Satuba



Fonte: site História de Alagoas. Disponível em

<https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-escola-agrotecnica-federal-de-satuba.html>.

Acesso em 14/03/2022.

No início da década de 1930, época do Estado Novo<sup>7</sup>, os aprendizados passam para a responsabilidade do Ministério da Agricultura e a unidade de ensino passa a se chamar Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto, abrindo um novo sistema pedagógico com aulas de campo em salas de aula e de autossustentação, por intermédio da criação de aves, suínos, bovinos, coelhos e do plantio de arroz de várzea, hortas, mandioca e outras culturas agrícolas. Em 1947, o Aprendizado recebeu a denominação de Escola Agrícola Floriano Peixoto com os cursos de Iniciação Agrícola, Mestria Agrícola e Técnico Agrícola, nomenclatura essa que permaneceu até 1957, quando passou a se chamar Escola Agrotécnica Floriano Peixoto com a oferta do curso de Técnico em Agricultura e sua primeira turma foi formada em 1960.

Em 1964, a instituição tornou-se Colégio Agrícola Floriano Peixoto e neste período a instituição escolar estava fechada desde 1963, devido a problemas na estrutura física do prédio principal, além de dificuldades orçamentárias e financeiras. Em 1979, a Escola Agrotécnica Federal de Satuba e, em 2008 foi aglutinada à rede federal de ensino, a partir da criação do Instituto Federal de Alagoas (Ifal).

Segundo o professor Álvaro Queiroz, em seu histórico, o Campus Satuba,, foi uma reivindicação das classes dominantes no início do século XX em busca da formação de mão de obra qualificada para o campo e essa herança cultural predominou durante toda a

<sup>7</sup>O Estado Novo foi a terceira e última fase da Era Vargas. Durou de 1937 a 1945 e sucedeu, portanto, as fases do Governo Provisório (1930 a 1934) e do Governo Constitucional (1934 a 1937). A característica principal do Estado Novo era o fato de ter sido propriamente um regime ditatorial inspirado no modelo nazifascista europeu, então em voga à época. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-estado-novo.htm>. Acesso em 22 de junho de 2022.

trajetória da unidade de ensino, sob o controle do tripé trabalho escravo, latifúndio e a monocultura da cana-de-açúcar.

As primeiras relações entre professores e alunos tinham características do regime escravista imposto no Brasil, a partir da aplicação de um contexto político-conjuntural de dualidade educacional que representa pares opostos, tais como, trabalho manual e trabalho intelectual, dominantes e dominados, privilegiados e necessitados e vitimadores e vitimados. Em entrevista concedida em março de 2011, para a publicação comemorativa dos 100 anos, o professor Ramildo Vieira, ex-aluno do então Colégio Agrícola Floriano Peixoto, contou que nessa época, os alunos tinham que estudar, trabalhar e aprender uma profissão. Para Vieira, os tipos de irregularidades que resultaram em punição eram pegar frutas sem permissão, ser flagrado fora do alojamento depois do horário estabelecido e estar sem fardamento. Há relatos, ainda, sobre uma sala de castigo chamada por “Cafua”.

A “Cafua” ficava por trás das salas de aulas em um ambiente inóspito, perto do manguezal. Tratava-se de um quatinho de 3 x 4 metros e, segundo Ramildo Vieira, o aluno que não cumprisse com o regulamento da escola era colocado naquele espaço, como castigo. Mas na época em que passei por lá não me recordo de ter visto alguém ser punido. Pode ter sido no período do Patronato pelo fato de os alunos virem sem nenhum preparo do interior e praticavam desordens”, (VIEIRA, 2022, servidor aposentado em entrevista para a pesquisa).

Ramildo Vieira é ex-aluno e professor aposentado do campus Satuba e, praticamente, nasceu na instituição, pois o pai Aristides Vieira era funcionário da instituição. Em entrevista dada para esta pesquisa, o ex-discente forneceu informações sobre o histórico da unidade escolar que herdou da Usina Wanderley, todo o patrimônio que, hoje, são vistos como históricos como, a capela, o prédio central, o casarão do diretor, o casario dos funcionários e um açude que foi desativado posteriormente. “Satuba e, especialmente, a área da escola, era privilegiada por ser uma região de várzea e propícia para o plantio da cana caiana”, afirmou Ramildo.

No período do Patronato Agrícola, até o final da década de 1920, a gestão da escola de Satuba coube ao agrônomo José Tupinambá do Monte, conhecido como “doutor Tupi”. Nesta fase, a unidade de ensino agrícola passou a ser denominada Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto. Diretores e funcionários, nessa ocasião, moravam na escola como forma de oferecer melhor assistência aos alunos residentes. Conforme é citada na publicação *Trilhos da Memória* (2011) “na gestão do doutor Tupi, os alunos

vindos do campo tinham prioridade no processo seletivo o que levava aos dirigentes a atender várias cartas de pais encaminhadas à direção, relatando estado de extrema pobreza e, por isso, rogavam por uma vaga para seus filhos concluir os estudos e alcançar uma mudança social”.

Figura 19 - Patronato Agrícola de Alagoas na década de 1920



Fonte: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-escola-agrotecnica-federal-de-satuba.html>. Acesso em 14/03/2022

O uniforme recomendado pela escola agrícola de Satuba, a partir da década de 1940 revelava a influência militarista na educação pública e gratuita. Nesse período, os alunos, todos do sexo masculino, não eram conhecidos por seus nomes de batismo, mas por numerais que representavam a inscrição da seleção.

Os alunos que ingressavam na escola recebiam uma farda azul e botas para realização das atividades de campo, bem como uniforme bege para ser utilizada em ocasiões especiais na escola como comemorações cívicas, festividades e visitas de autoridades.(RAMILDO VIEIRA, em entrevista em 2011 para a publicação *Nos Trilhos da Memória*).

Ramildo lembra que os alunos, praticamente eram aprisionados na escola, mas para isso recebiam todas as condições de ambientação como alimentação, cinema e o teatro Floriano Peixoto que funcionavam como uma integração dos alunos com a população de Satuba.

Em depoimento ao pesquisador, o ex-aluno Wellington Fraga (1976-1980) trouxe mais informações sobre o enxoval militar:

A gente usava boina, o nosso uniforme cáqui. Tínhamos que levar o enxoval. Infelizmente naquele tempo dos militares, se a gente não tivesse condições de levar o enxoval, era uma coisa tão besta, mas nós não estudávamos. Inclusive nós levávamos uma malinha para ser conferida peça por peça. Short e camisa para educação física e farda do colégio. Tudo isso tinha que ter. Se não tivesse, infelizmente tinha que voltar para casa. (FRAGA, 2022, em depoimento para a pesquisa).

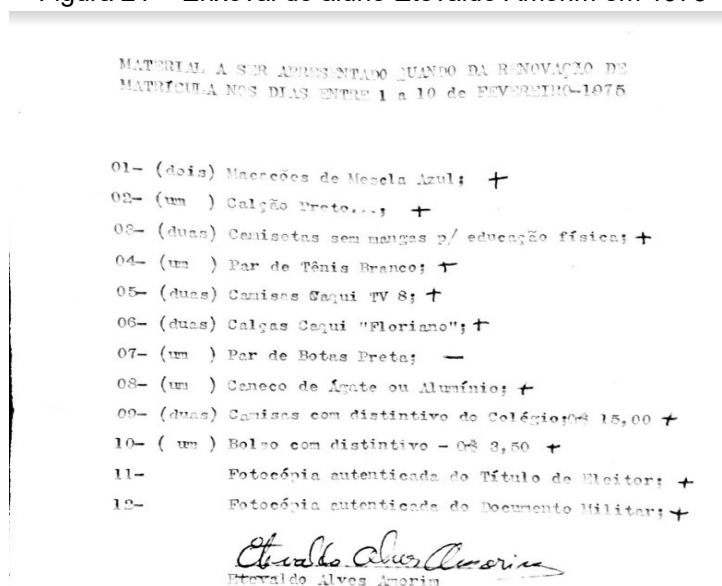
Figura 20 - Uniforme do colégio Agrícola Floriano Peixoto nas décadas de 1970 e 1980



Fonte: Blog de Sílvio Martins. Disponível em <https://sergiolajefotosantigas.blogspot.com/search?q=Col%C3%A9gio+Floriano+Peixoto> Acesso em 05/07/2022

Em depoimento, o egresso Etevaldo Amorim apresentou a lista do enxoval exigido pelo então Colégio Agrícola Floriano Peixoto, em 1973, durante o processo de matrícula.

Figura 21 - Enxoval do aluno Etevaldo Amorim em 1975



Fonte: Etevaldo Alves Amorim, 1975

Outra mudança de nomenclatura ocorreu entre 1946 a 1947, quando a denominação Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto passou a ser chamada de Escola Agrícola Floriano Peixoto. Com mais uma alteração, foram introduzidos os cursos de Iniciação Agrícola, referentes aos 6º e 7º anos e os cursos de Mestría Agrícola para os 8º e 9º anos. Um fato que se agudizou neste período foi a influência política, a partir da

recomendação de nomes para compor o quadro de alunos da instituição de ensino. Empresários e parlamentares encaminhavam correspondências com apresentação do candidato a uma vaga escolar.

A Ditadura civil-militar que teve início em 1964, provocou outra mudança de nome na escola que passou a ser chamada de Colégio Agrícola Floriano Peixoto. Segundo consta no livro *Nos Trilhos da Memória*, o Exército tentou entrar na escola para prender um líder estudantil, mas foi impedido pelo diretor da época. Ainda de acordo com a publicação, algumas práticas militares começaram a ser introduzidas, uma delas no exame de seleção dos estudantes. Nesse período, os alunos eram reconhecidos por número de inscrição de seleção e não pelo nome de batismo, prática adotada nas Forças Armadas. Segundo o professor Ramildo Vieira, um aluno chamado Aristeu Buarque de Gusmão, foi considerado subversivo por ter organizado um grupo de estudantes para reclamar das condições de insalubridade da escola e da qualidade da alimentação.

A escola na época do Regime Militar, a escola recebeu alunos de outros estados, como Pará, Amazonas, da Bahia, de Pernambuco e já existia um movimento da Reforma de Bases no governo de João Goulart. E tinha na escola o Aristeu Buarque de Gusmão, um cara inteligente, fluente e que conhecia todo processo de mobilização. Em 1963, houve um levante na escola pela melhoria da alimentação e pela melhoria das instalações, mais liberdades para os alunos e a escola fechou, alguns alunos foram transferidos para Bananeiras-PB, Tapera-PE e Barreiros-PE. Mas outros alunos sumiram e reapareceram anos depois, entre eles, o Aristeu. A vantagem é que o dr. Tupi era uma liderança e tinha influência política e enfrentou a situação durante o Regime Militar, embora depois tenha sido deposto da escola. (RAMILDO VIEIRA, em depoimento para a pesquisa, agosto 2022.)

O professor aposentado referiu-se, ainda, à preparação física dos estudantes em sua época como aluno e citou uma marcha diária de Satuba para o rio Catolé, uma distância de dois quilômetros, um método militar. Vale destacar que a prática da educação física tinha mais um perfil de segurança pública do que de prática desportiva e de lazer.

O ex-aluno Etevaldo Amorim (1973-1975) em depoimento para esta pesquisa declarou que as informações sobre o Regime Militar eram muito escassas e os estudantes pouco sabiam do que estava ocorrendo no País:

Para você ter uma ideia, eu tinha uma informação que dizia que lá estava havendo uma guerrilha na região do Amapá e que o exército estaria lá. Guerra eu só conhecia a Guerra Mundial. Depois é que vim saber que se tratava da Guerrilha do Araguaia. (AMORIM, em depoimento, 2022).

Wellington Fraga, ex-aluno da década de 1970, disse que, por pouco não foi expulso por ter recebido o então candidato a deputado estadual Renan Calheiros que foi fazer campanha no Colégio Agrícola.

Ele entrou no quarto dos alunos, subiu na minha beliche e deu o discurso dele e ninguém da direção questionou o acesso dele. Quanto ele foi embora, fomos chamados à diretoria para explicar a recepção. Explicamos que o homem era deputado e não cabia a nós expulsá-lo dos dormitórios,. (FRAGA, 2022 em depoimento para a pesquisa).

A respeito da homofobia, Etevaldo Amorim lembrou de colegas que sofreram preconceito.

Existiam três alunos que vieram de Barreiros e Palmares, em Pernambuco e que eram discriminados. Lembro que o chefe de disciplina tirou até uma brincadeira comigo dizendo: “isso é culpa das mães que botam os nomes dos filhos de Florivaldo, Rosivaldo”.E olhou para mim, porque meu nome é Etevaldo. (AMORIM, 2022, em depoimento para a pesquisa).

Sobre esse assunto, Wellington Fraga trouxe mais detalhes sobre a prática homofóbica na escola agrícola. “Quem fosse descoberto que era homossexual perdia a formatura, ia para casa, era expulso do colégio. Infelizmente, existia essa ação por a pessoa ter um comportamento sexual diferente”, contou o ex-aluno.

‘Inclusive tinha um colega nosso que era homossexual, não podia demonstrar e ficou com aquela angústia. E a primeira coisa que ele fez ao assinar o diploma, porque depois da assinatura dificilmente você era expulso, a primeira coisa que ele fez foi dar um abraço na pessoa que estava do lado dele.(WELLINGTON FRAGA, 2022, em depoimento para esta pesquisa).

Ramildo Vieira, em entrevista ao pesquisador, declarou que se naquela época (Décadas de 1960-1970) o diretor descobrisse que existia gay entre os alunos expulsava da escola. “Eu conheci um camarada que foi expulso por causa disso” contou Ramildo. O professor aposentado e ex-aluno não confirmou a existência de exame por parte da direção para saber se o aluno era homossexual. “Vivi ali por oito anos, nunca passei por isso. É conversa furada!”, explicou o ex-docente.

O preconceito se estendia também ao sexo feminino, durante o período da Ditadura Militar. A primeira mulher, somente ingressou como aluna em 1962, ou seja, 50 anos depois da criação da escola agrícola. Tratou-se de Silvana Paes de Lima.

Em depoimento, a ex-aluna, no início dos anos 2000, Tâmara Lúcia, hoje professora e coordenadora Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) disse que naquele período ainda existia o preconceito contra a mulher no campus por meio de piadas que envolviam alunos e alguns professores.

Eu não tinha letramento racial. Eu nem sei nem se me identificava como uma menina negra. Eu sabia que era diferente daquela mais bonita da turma [...] então nós tínhamos professores com esse comportamento. Falando de mulher. Sobre a questão de ser negra, ser preto, sempre tinha piada. E todo mundo ria. Até o oprimido tinha que achar graça (TÂMARA LÚCIA, em depoimento para esta pesquisa, em novembro de 2022)

Na década de 1960, o Colégio Agrícola Floriano Peixoto fechou devido às rachaduras no prédio central, onde havia a residência estudantil e os alunos foram transferidos para as escolas da cidade de Bananeiras, na Paraíba, Vitória de Santo Antão e Barreiros, em Pernambuco. Um desses alunos transferidos foi Manoel Luiz da Silva que ao escrever uma série de livros sobre a cidade paraibana passou a ser chamado de o “guardador de memórias”.

Manoel Luiz Silva, nasceu do Estado de Alagoas, em União dos Palmares, na Fazenda Anhumas, filho de pais assalariados. Na adolescência foi interno da Escola Agrotécnica "Floriano Peixoto", em Satuba, para estudar os Cursos de Iniciação Agrícola e Mestría Agrícola, depois transferido para Escola Agrotécnica "Vidal de Negreiros", em Bananeiras - Paraíba, onde fez o Curso Colegial Agrícola, com formação em Técnico em Zootecnia.(SILVA, 2011, orelha do livro).

Esta citação traz um olhar de si, descrito pelo seu autor na orelha do livro "Satuba, Escolas de muitos Privilégio de Poucos" (2011). Na obra, Silva relata momentos da sua juventude enquanto estudante, especialmente entre os anos de 1958 a 1962 quando foi aluno interno da Escola Agrotécnica de Satuba.

Figura 22 – Capa do livro de Manoel Luiz da Silva



Foto: o autor, 2023

Na publicação citada, Silva resgata a memória do então Colégio Agrícola Floriano Peixoto, desde sua chegada à instituição de ensino, em 1958 até ser enviado, em 1963, para a cidade paraibana de Bananeiras, localizada na mesorregião daquele estado, cuja a distância atual de Satuba é de que 401 quilômetros.

O município de Satuba-AL foi o ponto de partida para uma história de vida de Manoel Luiz na busca do conhecimento. Devido aos problemas financeiros e de estrutura física, enfrentados pela escola e que resultaram no fechamento temporário da instituição de ensino agrícola, Manoel Luiz e mais 18 colegas internos foram transferidos para o Patronato Agrícola Vidal de Negreiros em 1965, permanecendo em Bananeiras desde então. Essa saída de seu lar e do seu estado para vivenciar uma formação profissional em outra cidade, simbolizaria: "[...] a intenção de tirar minha família - minha mãe e meu pai - daquela miséria que a gente vivia, lá na zona rural trabalhando" (SILVA, Entrevista, 2016).

As reminiscências contadas por Manoel Luiz da Silva sobre o período entre 1958 a 1963, com tanta riqueza de detalhes, direcionou a pesquisa a obter mais clareza sobre a relação umbilical entre a educação profissional, o mercado de trabalho, por intermédio da formação de mão de obra e o envolvimento de organismos internacionais com uma

metodologia de ensino-disciplinar com base na prática militarista tão marcante naquela época. Manoel Luiz menciona, no livro, a aplicação de uma codificação numérica aos alunos, identificação que transpunha as cercanias da escola agrícola e era utilizada, até mesmo, pelos pais dos discentes ao contactarem seus filhos na instituição.

A direção achava mais fácil tratar os internos por um código (numeral) de forma que era até difícil chamar os nossos colegas pelo seu nome verdadeiro. Quando não era pelo número, alguns eram chamados pelo apelido, o que sobremaneira não se sentiam satisfeitos em serem cognominados por nomes diferentes (SILVA, 2011,p.87).

O entendimento da codificação numeral era justificado como forma de melhor identificar os materiais didáticos, vestimentas e demais acessórios dos alunos.

A escola agrícola funcionou também como instituição correcional e o disciplinamento era aliado da cronometria, bem assemelhado a uma convivência de caserna, com alvorada ao som de cornetas sob a vigilância do guarda de turno. Depois da higiene corporal, os alunos se dirigiam ao pátio externo da escola para a prática da educação física. “Seu Menezes nos orientava a fazer de tudo de forma militar (era uma ‘meia volta volver, meia volta, volver, alto, descansar’) de forma bem sincronizada como nos campos de batalha”, conta Manoel Luiz da Silva no livro.

A publicação também faz referência à forma militar como o interno era recebido no colégio agrícola. Ao se internar, o estudante passava a receber instruções pré-militares, participando como integrantes do Tiro de Guerra ou grupo de escoteiros na própria escola. A cronometragem pré-militar tinha início por volta das 6 horas da manhã e, somente era concluída à noite quando o grupo ia à capela da escola receber aulas de religião ministrada pelo padre Gusmão ou nos ensaios do canto orfeônico ensinado pelo professor Pedro Nicácio que formou uma banda de jazz do Colégio Agrícola Floriano Peixoto.

A transferência dos 26 alunos do Colégio Agrícola Floriano Peixoto para instituições de ensino de outros estados foi um dos episódios mais comoventes na história da instituição, segundo Manoel Luiz da Silva, um dos alunos transferidos. Muitos estudantes não aceitaram a transferência para outros estados. O primeiro ano colegial não aceitou ir para Quissamã, em Sergipe, devido ao difícil acesso com áreas alagadiças e casos de malária que chegaram a resultar em óbitos de alunos. Decidiu-se então, que os alunos do primeiro e terceiro ano colegial iriam para Bananeiras-PB no início de junho de 1963, período de Inverno.

Naquele ano de 1963 iniciamos a viagem para Bananeiras em um ônibus “Ciferal” fretado pela escola, seguido, ao mesmo tempo por um caminhão lotado de colchões, gêneros alimentícios em quantidade, roupas de cama, peças inteiras de tecidos (Kaquer e mescla) para confecções de nossas fardas, sapatos, além de materiais didáticos (SILVA, 2011, p.80).

O trajeto da viagem seguiu por Recife e João Pessoa com pernoite em hotel no bairro do Varadouro, na capital paraibana, depois de uma tarde de atoleiros, ladeiras e estradas quase intransponíveis, segundo o autor do livro. No outro dia, mais rodovias vicinais com parada na cidade de Manitu-PB, onde já cansados e desesperançosos, os estudantes fizeram um pacto de retornar, no dia seguinte, para as cidades de origens, caso a nova escola não atendesse às suas expectativas. No entanto, a Escola Vidal Negreiros, em Bananeiras-PB cativou os alunos pela estrutura física. A cidade paraibana com tradições culturais e festivas também foi uma atração a mais para os estudantes recém-chegados do Colégio Agrícola Floriano Peixoto. No final daquele ano, 1963, os discentes que conseguiram concluir o terceiro ano colegial foram Lécio Resende, Ebenezer Cansanção, José Guardiano, José Maximiano, Ademar Lopes, George Lins da Cunha (que se tornou diretor da Agrotécnica de Satuba na década de 1980), João Jorge e Rubens Batista.

O professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Aluizio Ferreira da Silva foi entrevistado nesta pesquisa e lembrou que, assim como Manoel Luiz, ele nasceu em União dos Palmares, morava em uma fazenda e, como os pais não tinha condições financeiras para pagar uma escola particular, foi levado para a então Escola Agrotécnica Floriano Peixoto, em 1959. Em 1963, a escola foi fechada por problemas financeiros e 18 estudantes foram levados para Bananeiras, na Paraíba, para o Colégio Agrícola Vidal Negreiros, vinculado à Universidade Federal da Paraíba. O ex-discente e um dos alunos transferidos, contou que chegou a Bananeiras no dia 12 de maio de 1963 e se deparou com um choque de cultura. “O ambiente no colégio (Agrícola de Satuba) era muito militarista [...] a mínima coisa que o aluno fizesse era punido. Em Bananeiras era um outro ambiente, o nível de consideração em relação ao estudante era muitíssimo elevado”, afirmou o egresso.

Manoel Luiz da Silva, egresso do final dos anos de 1950, também faz referência à instalação do período de Regime Militar, em 1964 e cita que os alunos do Colégio Agrícola Floriano Peixoto que foram transferidos para Barreiros, em Pernambuco sofreram perseguições, humilhações pelos militares quando, segundo o autor, “altas horas da noite o próprio exército por ordem do Comando Geral, sediado em Recife, entrou na escola de Barreiros para procurar militantes de esquerda, acordando os alunos com

suas baionetas escaladas, rifles em riste forçando a presumível descoberta de militantes estudantis na própria escola’.

Segundo o historiador, esse fato resultou na fuga de alunos de Barreiros para Alagoas por dentro de canaviais até suas comunidades, sob o temor de serem alcançados e presos pelos soldados. O episódio teve Barreiros como mira dos militares, porque foi em Pernambuco que as ligas camponesas tiveram mais ação. Em 1965, o curso técnico em Agropecuária foi concluído em Bananeiras pelos alunos de Alagoas, os quais foram os relacionados no Quadro – 5.

Quadro 5 – Concluintes do curso técnico em Agropecuária no Colégio Agrícola Vidal Negreiros

ALAGOANOS CONCLUINTES	CURSO
Gilvan Gomes	Técnico em Agropecuária
Jacson Vieira	
Manoel Ferreira	
Juracy Pereira	
Orlando Magalhães	
Gilson de Castro	
Manoel Luiz	
Albérico de Carvalho	
Gilberto Custódio	
Mário Gaia	
Renato Gomes	Técnico em Agropecuária
Aluizio Ferreira	
Arinaldo Crispim	
Petrúcio Nascimento	
Nelson Ferreira dos Reis	

Elaborado pelo autor (agosto, 2022). Fonte: Silva (2011, p.85)

O autor da obra sobre o Colégio Agrícola Floriano Peixoto foi consultado por telefone e, embora não tenha dado depoimento formal, devido a questões como mobilidade e acesso digital, confirmou para a pesquisa todas as informações aqui extraídas de seu livro e indicou nomes que poderiam contribuir para os relatos desta etapa da escola. Vale destacar que esse grupo de alunos (1959 a 1965), cujas fotos

podem ser vistas na Figura 23, se mostra ativo nas redes sociais.

Figura 23 - Alunos da década de 1960 transferidos para Bananeiras-PB



Fotos extraídas do livro de Manoel Luiz (2011)

O minucioso trabalho de memórias de Manoel Luiz da Silva traz importantes lembranças no contexto histórico e institucional do Campus Satuba, porém fatos trágicos, inseridos nas memórias subterrâneas dessas vozes do passado, ocorreram ao longo de mais de cem anos e o pesquisador destaca, nesta dissertação, três episódios considerados emblemáticos pelos relatos dos atores sociais que os vivenciaram.

O primeiro episódio a ser destacado aconteceu em 1960, ocasião em que um servidor da instituição matou um aluno, conhecido por Vilela por suspeitar que ele estivesse em início de namoro com sua filha ao vê-lo conversando em uma barraca de lanches de sua propriedade e que funcionava em frente ao colégio agrícola. O funcionário atirou e o estudante morreu no hospital, o que provocou uma revolta estudantil na instituição de ensino que culminou com um incêndio da barraca de lanches do suspeito da morte. O aluno era presidente da União dos Secundaristas de Alagoas (Uesa) e estava à frente de diversas reivindicações em prol dos discentes e esta condição inflamou, ainda mais, a revolta estudantil contra o autor do crime.

O outro acontecimento trágico foi o choque entre dois trens da Rede Ferroviária do Nordeste (RFFSA)<sup>8</sup> em frente ao Colégio Agrícola Floriano Peixoto. Por um erro humano na condução de partida dos comboios, os veículos pesados traçaram o mesmo trajeto em uma curva, o que provocou a colisão e chamou a atenção dos alunos que jogavam futebol em um campo à margem da linha férrea. Os estudantes acessaram os ferros retorcidos dos trens e salvaram muitas vítimas, levando-as para a enfermaria da escola para os primeiros atendimentos médicos.

Minha casa mesmo ficou cheia. Eu tinha 11 anos de idade e estava jogando bola em frente a linha férrea. Naquele momento eu vi um trem chegando em Satuba e o outro vindo de Maceió. O acidente ferroviário foi fruto de uma desatenção do chefe da Estação de Satuba, que era o seu Marinho, que era o homem de bem e foi acusado de ter provocado o acidente de trens. Ele não atentou para a liberação do trem, já cansado e prestes a se aposentar. Só faleceu o maquinista que se dirigia de Maceió para Recife. Então o pessoal que ia para Recife passava a noite nas casas da gente, conversando, cantando e brincando, depois de ser medicado na farmácia do colégio. (RAMILDO VIEIRA, em depoimento para a pesquisa, agosto, 2022).

A dissertação desta pesquisa abre espaço para inserir entre os acontecimentos trágicos na história dos campi centenários do Ifal, um tiroteio registrado em 2004 em uma boate chamada Arena e que funcionou no bairro Jaraguá, em Maceió. Era uma festa de pré-formatura dos estudantes do Cefet-AL. Três homens tentaram entrar sem ingressos, foram barrados, mas voltaram atirando contra quem estava na festa. A egressa Acássia Deliê (2003-2007) contou que estava na boate, na ocasião, e se escondeu no banheiro por dez minutos. Ela afirma que quando retornou viu alguns estudantes feridos e um sendo levado de maca. Os disparos provocaram a morte de um aluno do terceiro ano e a tragédia provocou comoção na cidade. Os autores foram presos em Minas Gerais e faziam parte de uma quadrilha de assaltantes. Foram julgados em 2010 e presos naquele ano.

Retomando o percurso histórico do campus centenário Ifal -Satuba, ressalte-se que, a partir de 1969 deixam de existir os cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola. O curso de técnico em Agricultura permaneceu, mas mudou para técnico em Agropecuária depois da implantação da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário.

---

<sup>8</sup> A linha Sul, ou Ra Em 1950, o Governo da União encampou a Great Western, transformando-a na Rede Ferroviária do Nordeste (RFN), que passou a ser um das subsidiárias da RFFSA em 1957 e que foi finalmente incorporada em uma de suas superintendências regionais em 1975. Finalmente, em 1997, foi cedida em concessão para a CFN - Cia. Ferroviária do Nordeste. Os trens de passageiros seguiram até os anos 1980. Somente sobram hoje os trens de subúrbio de Maceió e de Recife, que percorrem as duas pontas da linha. Fonte:

Figura 24 - ônibus do Colégio Agrícola Floriano Peixoto usado em visitas técnicas



Fonte: Blog de Sílvia Martin Acesso: em 05/07/2022. <https://sergiolajefotosantigas.blogspot.com/search?q=Col%C3%A9gio+Floriano+Peixoto>. Acesso em 05/07/2022.

Em 1979, ocorreu outra mudança de nome da escola e o que era Colégio Agrícola Floriano Peixoto passou a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Satuba - EAFS. No período entre 1980 a 1985, as atividades de campo eram executadas por projetos realizados pelos alunos e professores. Os primeiros se responsabilizavam pelas hortas, lavouras e criatórios que abasteciam o refeitório. Parte da produção era vendida pelos alunos que ficavam com o lucro como forma de pagamento pelos serviços prestados à escola. A partir da denominação EAFS adotou-se o lema “aprender para fazer e fazer para aprender” que, concomitantemente, instituiu a escola-fazenda que reunia salas de aula, projetos de produção e cooperativa. Para Marques (2011, p.11) “o sistema de Escola-Fazenda é constituído de uma estrutura física, composta de salas de aula, internato, cooperativa, agroindústria e laboratórios de produção”.

Figura 25 - Turma 1973-1975



Fonte: Etevaldo Amorim, um dos participantes da pesquisa, 2022.

A primeira eleição direta no Campus Satuba, ocorreu ainda na condição de Escola Agrotécnica de Satuba, em 1991 e sob polêmica, devido à composição de lista tríplice que não havia sido regulamentada pelo Ministério da Educação. Francisco de Assis Verçosa Amorim foi o escolhido pelo MEC e dirigiu a escola entre 1992-2003.

Nesse período de Escola Agrotécnica Federal de Satuba, os eventos institucionais começaram a receber mais notoriedade pela sociedade civil e segmentos econômicos do estado. Portanto atividades como, a Semana Ruralista, pioneira na realização de feiras agropecuárias, os eventos cívicos como a tradicional festa da Emancipação Política de Satuba e Emancipação Política de Alagoas, as feiras de ciências, a Semana Cultural e as gincanas pedagógicas, tornaram-se atrativos e transpunham os muros da instituição de ensino.

### **A polêmica aglutinação da EAFS ao Instituto Federal de Alagoas**

A transição da denominação Escola Agrotécnica Federal de Satuba (EAFS) para o Campus Satuba do Instituto Federal de Alagoas não foi tão tranquila quanto se pensa. O motivo da desconfiança da comunidade, tanto do Cefet-AL (Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas) como da EAFS estava na edição do Decreto nº 6.095 publicado no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2007 que estabeleceu diretrizes para um processo de integração dos Cefets, escolas agrotécnicas e escolas vinculadas, como o

Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Para que ocorresse essa junção, o Ministério da Educação (MEC) prescreveu procedimentos a serem cumpridos pelas instituições interessadas em aderir à junção: 1) assinatura da proposta de adesão entre as instituições federais de educação em cada unidade da Federação; 2) construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e 3) aprovação das propostas nos conselhos superiores de cada uma das instituições.

Como fora citado, anteriormente, a palavra “Instituto” soava nos ouvidos desses segmentos como um início do processo de privatização da educação pública, porque dava a entender que, com a aglutinação, essas instituições deixariam de ser mantidas por financiamento público para angariar seus próprios recursos.

Na EAFS, o comportamento da comunidade acadêmica (alunos, docentes, técnicos administrativos) era de reação à proposta, pois havia o temor de que houvesse uma perda de identidade institucional com essa junção ao Cefet-AL.

A discussão sobre a aglutinação entre EAFS e o Cefet-AL ocorreu em uma audiência pública realizada no auditório do Senai, no bairro Poço, em Maceió, na tarde do dia 3 de março de 2008 e que reuniu servidores dessas unidades de ensino, a apenas nove meses da publicação do Decreto que criou os institutos federal. A presença do diretor de Desenvolvimento da Rede Federal e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (Setec-MEC), Getúlio Marques Moreira trouxe alguns esclarecimentos às categorias, entre os quais: a adesão ao modelo não seria obrigatória e deveria ser tomada por cada comunidade acadêmica; as escolas que não aderissem ao projeto poderiam ter dificuldades em ter acessos a recursos financeiros, porque os recursos do novo modelo já estavam previstos no Orçamento da União e haveria promessa da contratação de docentes e técnicos administrativos.

Assim, a comunidade da EAFS decidiu aderir à proposta de criação do Instituto Federal de Alagoas, porém teve que, ao longo do processo, reverter a interpretação de que o Cefet-AL absorveria a Escola Agrotécnica Federal de Satuba, ou seja, o entendimento dos servidores era de que a instituição de ensino agrícola estava sendo colocada em segundo plano na proposta.

Do preconceito ínsito nas mentes de alguns poucos, restou, por fim, salvo algumas exceções, a compreensão de que não estávamos lá para fazer de conta que existíamos. Existíamos mesmo e a ninguém seria dado o direito de pensar ou agir de modo diverso. (ALVES;SANTOS e ROCHA, 2011, p. 222).

A reação da comunidade da EAFS em marcar presença na aglutinação gerou efeito positivo na constituição do Instituto Federal de Alagoas, tanto que, na composição do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifal, três professores da escola agrotécnica, participaram da comissão formuladora do plano que foi composta por Paulo Felisberto da Rocha (EAFS), Anselmo Lúcio Aroucha e José Carlos de Souza Lima (EAFS), Álvaro José de Oliveira (Cefet-AL) e Jarbas Alves Cavalcante (Cefet-AL).

A adesão da EAFS ao Ifal estabeleceu um marco na educação profissional na área da agroindústria e da agropecuária ao ser estabelecido o tripé ensino, pesquisa e extensão, a partir de integração do ensino médio ao técnico o que proporcionou a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Figura 26 - Nomenclaturas dos campi centenários



Elaborado pelo autor. Fontes: Bonan (2010) e Costa (2011)

## Institutos federais e a relação com o desenvolvimento local

A Lei nº 11.892/08 que criou os institutos federais expressa no artigo 6º a necessidade de orientar a oferta formativa à base territorial das unidades para:

I- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Os institutos federais têm como uma das ações em sua missão, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Mediante este pressuposto, é evidente a importância dada ao território no processo de expansão dos institutos federais no desenvolvimento local e regional, o que significa possibilitar aos diferentes municípios e regiões, instrumentos para a consolidação do desenvolvimento socioeconômico para estabelecer a geração de inovações tecnológicas.

“A escola, seja no nível que for, é parte da comunidade e, na maioria dos casos, o único espaço público de integração, organização e lazer disponível. Dessa forma, deve estar permanentemente, aberta à população e firmar-se como um efetivo polo cultural.[..] Isso só será possível, à medida que as organizações comunitárias passem a assumir também, a tarefa de gerir esses espaços e zelar pelo patrimônio público.(PACHECO,2011).

A vinculação dos campi Maceió e Satuba com a sua comunidade externa ultrapassou a um século, estabelecendo-se uma política de boa vizinhança que propiciou uma identidade com os municípios onde estão localizados. Surgido entre os bairros Centro e Poço, o Campus Maceió, ao longo da história, tornou-se uma unidade de ensino, estimuladora do desenvolvimento socioeconômico e cultural do entorno onde está localizado. Bonan (2010) faz referência, por exemplo a um desses movimentos culturais ao se referir à banda de música da Escola Técnica Federal de Alagoas (ETFAL) regida pelo maestro Manuca:

A banda de música foi durante muitos anos, o cartão postal da escola. Seus inúmeros desfiles pelo nosso Estado e fora dele, marcaram uma época de apogeu em que os aplausos eram a forma da mais alta expressão de carinho e respeito. (BONAN, 2010).

Entre o final da década de 1970 e toda a década de 1980, a banda de música do maestro Manuca<sup>9</sup> e grupos artísticos como, o coral da maestrina Maria Augusta Menezes eram conhecidos como cartões postais da escola pelo prestígio que conquistaram na sociedade alagoana. O maestro Manuca também se destacou como autor de hinos e canções militares conhecidas como dobrado.

Das composições musicais de sua lavra, destacam-se o Hino da Padroeira de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Coqueiro Seco, o Hino da Polícia Militar de Alagoas, a Marcha Tenente Ribeiro e o Dobrado Major Pantaleão. (COMPOSAL.Acesso em 16/11/2022. Disponível em [https://www.composal.zebrandao.com/compositor/96/manoel-leandro-simplicio/sobre\\_](https://www.composal.zebrandao.com/compositor/96/manoel-leandro-simplicio/sobre_)

Figura 27 - Banda de música regida pelo mestre Manuca



Fonte: arquivo Etfal (1975)

Outro nome que valorizou a cultura da Escola Técnica Federal de Alagoas e expandiu essa valorização para todo o Estado de Alagoas foi o da maestrina Maria Augusta Monteiro<sup>10</sup> que criou o Coretfal em 1975. Durante sua carreira, foi responsável

<sup>9</sup>Manoel Leandro Simplicio, mais conhecido como “Manuca” nasceu em 2 de março de 1904 e se destacou como músico da Polícia Militar de Alagoas. Foi mestre da Banda de Música Francisco Pedrosa, de Coqueiro Seco-AL, professor do Orfanato São Domingos, em Maceió, Regente da Banda de Música da Escola Industrial de Maceió, posteriormente EIFA - Escola Industrial Federal de Alagoas, poucos anos depois, ETFAL - Escola Técnica Federal de Alagoas. Aos 86 anos se aposentou de forma compulsória e com ele, a tradicional banda de música onde Manuca revelou vários talentos, entre eles, o maestro Almir Medeiros.

<sup>10</sup>Nascida em São Luiz do Quitunde, Maria Augusta Monteiro foi responsável por fundar, em 1975, o Coretfal (Coral da Escola Técnica Federal de Alagoas e criar os projetos Encontro de Coros em Maceió (Encorama) e Incentivo e Desenvolvimento do Canto Coral no interior do Estado de Alagoas, patrocinado pela Funarte. A maestrina também criou e regeu o Coral da Universidade Federal de Alagoas (Corufal). Graduada em música pelo Conservatório Brasileiro de Música do Rio de Janeiro, foi professora de Educação Musical do Estado de Alagoas (Premem), do Colégio Normal de Penedo e do Colégio da Imaculada Conceição. A maestrina também percorreu o estado com palestras, reunindo os jovens e fundando grupos como o coral infantil *As Andorinhas*, da Funted, A maestrina também atuou como diretora

por modificar a vida de diversas pessoas por meio da música e por interiorizar a educação musical no estado de Alagoas.

Ao longo da vida, a maestrina recebeu diversos prêmios e homenagens, como a Comenda do Mérito Universitário da Ufal, a comenda Nise da Silveira do Conselho Estadual de Educação, a comenda da Ordem do Mérito dos Palmeares e a medalha Nilo Peçanha, do Ministério da Educação pelos serviços prestados à Educação Profissional e Tecnológica brasileira. (GAZETAWEB, 2018).

Figura 28 - Maestrina Maria Augusta Monteiro com o coral da ETFAL criado em 1975



Fonte arquivo Ifal (1975)

Em referência ao Campus Satuba, ressalta-se a participação efetiva da escola nas datas festivas do município do mesmo nome. Costa, et al,(2011) destaca que “a saudosa Escola Agrotécnica de Satuba foi pioneira na realização de feiras agropecuárias que inseriram, em sua programação, leilões, exposições de animais e máquinas. Tal evento recebeu o nome de “Semana Ruralista”. Os (as) autores (as) ressaltam a implantação de um curso de Educação Doméstica em que as mulheres da comunidade aprendiam o ofício do bordado inserindo os pontos da cruz, aulas sobre espinha de peixe, dobra em “bainha” como também corte e costura.

No final da década de 1950 e início de 1960, a então Escola Agrotécnica Floriano Peixoto possuía um cinema e o Teatro Floriano Peixoto como forma de entrelaçar os alunos com a população de Satuba. Ramildo Vieira afirmou em entrevista que o município era considerado distante para os que moravam em Maceió e era visto como “lugar ruim”

---

de peças teatrais, a exemplo de Terra Natal de Oduvaldo Viana. Sob sua batuta, o Coretfal participou, com destaque, de inúmeros festivais e encontros de canto coral, conquistando prêmios, desde então. Em 1982, foi substituída por sua filha Fátima Menezes, na regência do Coral.

em todos os sentidos. “O que existia de entretenimento era a escola de Satuba e a própria cidade e, por isso havia essa integração”, disse o docente em depoimento para esta pesquisa. Aos sábados e domingos eram exibidos filmes épicos, românticos e de banguê-banguê que também eram as telas exibidas nos cinemas tradicionais de Maceió à época como, o São Luiz, Ideal, Plaza e Lux.

Outra relação do Campus Satuba com o desenvolvimento regional da localidade onde está situada foi no esporte. O estádio de futebol denominado Benigno Acioly pertencia à Escola Agrotécnica de Satuba e foi cedido para o município. Nos anos de 1960, a unidade de ensino agrícola possuía uma banda de Jazz sob o comando do professor José Nicácio que tocava em bailes da cidade, além de uma fanfarra que era a atração do desfile da Emancipação Política de Satuba, evento comemorado em 17 de agosto

## Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. História Oral: a experiência do Cpdoc. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2011.

BONAN, Irene. Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Alagoas, Ciência e Tecnologia de Alagoas (1909/2009): Cem anos de História do Ensino Profissionalizante em Alagoas. Maceió; Edufal,. 2010.

BROWN, Adrian. Digital preservation guidance note 2: selecting storage media for longterm preservation. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2FJa4vG> Acesso em: 3 abr. 2020.

CIAVATTA, Maria. Arquivos da Memória do Trabalho da Educação e Formação Integrada. Texto parte do Projeto "Memórias e temporalidades da formação do cidadão produtivo emancipado". Apoio CNPq e FAPERJ. 2015.

CIAVATTA, Maria. Formação Integrada a Escola e o Trabalho como Lugares de Memória e de Identidade. Revista Trabalho Necessário, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005. <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>.

CIAVATTA, Maria. Memória e Projeto: fotografia como fonte histórica. In: MAGALDI, Ana Maria et al. Educação no Brasil: história, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF.

ROSALBA, Patrícia; CHRISTINNE, Amanda; QUEIROZ, Álvaro (Org.). Nos Trilhos da Memória: cem anos do Instituto Federal de Alagoas - Campus Satuba. Maceió: Ifal, 2011.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997.

DURKHEIM, Émile. O que é um Facto Social? In: DURKHEIM, Émile As Regras do Método Sociológico. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

FONSECA, Celso Suckow. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961. v.1

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo; Vértice, 1990. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod\\_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf), acesso em 15 de agosto de 2021.

HEYMANN, Luciana. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. In: SEMINÁRIO PRONEX “CIDADANIA E DIREITOS”, 3., 2006, Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC –, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/N48GkzwvvcKTVBYC64M6Bcx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 14/07/2022.

HORTA, Maria de Lourdes.;GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf)>, acesso em 18.Jul.2021.

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em 18 julho de 2021.  
LE GOFF, Jacques, 1924 História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEROI-GOURHAN André. (1959). Libération de la main. Problèmes, revue de l'Association des étudiants en médecine de l'Université de Paris, n° 32, 1956 (p. 6-9).  
MANACORDA, Mário Alighiero. Marx e a Pedagogia Moderna. Campinas, Editora Alínea, 2007. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/resenha2015\\_06\\_04\\_10\\_29\\_0029.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha2015_06_04_10_29_0029.pdf). Acesso em 30 ago. 2021.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

MEC.- Um Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica - concepção e diretrizes, 2010. disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em 29 ago 2021.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tes/a/5MKSx3s8rWYnWqfpwgfGz/?lang=pt>, acesso em 15 de agosto de 2021.

138

MEC - Um Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica - concepção e diretrizes”, 2010. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em 14/07/2022.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v.10, 1993. Disponível: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>.

PLATÃO. Timeu – Crítias. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2N, 3, 1989. Disponível em <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>, acesso em 18 de julho de 2021.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 5, nº 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>, acesso em 18.Jul.2021.

RAFAEL, Ulisses Neves. Conflitos políticos e intolerância religiosa em Alagoas na primeira república. Niterói, n. 27, p. 203-223, 2. sem. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42040/23919>. Acessado em 14/08/2022.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional [recurso eletrônico] / Marise Nogueira Ramos. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 585 kilobytes) Curitiba : Instituto Federal do Paraná, 2014 (Coleção formação pedagógica; v. 5).

ROSSI, Paolo. Naufrágios sem espectador . A ideia de progresso. São Paulo: UNESP, 2000. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/article/download> ,acesso em 15 de agosto de 2021.

139

SILVA, Caetana Juracy Rezende (Org.). Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões. Brasília: IFRN, 2009. Disponível em: . Acesso em: 29.ago 2021.

TORRANO, Jaa. O mundo em função das musas. In: HESÍODO. Teogonia. A origem dos deuses. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2015. P. 13-95.  
WATTS, Harris, On Câmera: o curso de produção de filme e vídeo da BBC - São Paulo- Summus -1990

BRASIL Lei Nº 378, de 13 de Janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>, acesso em 18.Jul.2021.

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União.  
BRASIL. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm)>, acesso em 18.Jul.2021.

BRASIL Lei nº 6.545. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6545.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm)>, acesso em 18.Jul.2021.  
BRASIL. Lei nº 11.892 de 23 de dezembro de 2008.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm).  
BRASIL, Decreto Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909 Créa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, Disponível em  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>. Acesso em 30.ago 2021.

## CAPÍTULO 2

### O predomínio da dualidade memória x esquecimento no contexto dos campi centenários do Ifal

#### Resumo

A presente pesquisa, que teve com o objetivo geral a produção de um material educativo em formato de documentário com foco na memória dos campi centenários do Ifal, caracterizou-se como uma abordagem qualitativa do tipo pesquisa ação nos espaços formativos do Instituto Federal de Alagoas, os quais foram representados pelas unidades de ensino de Maceió e Satuba. As principais inquietações que resultaram na realização do trabalho científico foram: como e onde está armazenada a memória institucional dos campi Maceió e Satuba?; como os egressos se identificam com a memória institucional desses campi? e por qual razão, a política de preservação da memória institucional não está contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – versão 2019-2023? O número de participantes da pesquisa diagnóstica foi de 63 entrevistados, sendo 43 deles por meio de questionários digitais e 20 por intermédio de entrevistas orais. Como resultado, a pesquisa concluiu que a maioria dos pesquisados não observa, nas gestões dos campi centenários, iniciativas de preservação da memória institucional dessas unidades de ensino do Ifal com mais de 100 anos de existência e que, por isso, considera importante o estímulo de projetos que resgatem o passado histórico dessas instituições.

Palavras-chave: reminiscências; pertencimento; EPT; ensino técnico

## **Introdução**

Por intermédio de estímulo à memória afetiva, a pesquisa serviu como mecanismo direcionador da preservação e valorização do patrimônio cultural e histórico dos campi centenários de Maceió e Satuba, pertencentes ao Instituto Federal de Alagoas com a finalidade de definí-los como lugares de memórias e de identidade.

Antes da implantação da rede federal de educação, em 28 de dezembro de 2008, por meio da Lei 11.892, as unidades de ensino centenárias da EPT no Brasil eram referências da história e da memória desta modalidade de educação. A aglutinação das escolas técnicas e agrícolas em uma só configuração fez com que a lembrança de um passado distante dessas escolas centenárias se resumisse, apenas, às comemorações e lembranças do dia 23 de setembro, data em que foram criadas, em 1909, as escolas de aprendizes artífices, no caso do Campus Maceió e do 30 de agosto, dia referente às celebrações do aniversário do Campus Satuba, criado em 1911 sob a denominação de Patronato Agrícola de Alagoas.

Isto ocorre porque desde o final da primeira década dos anos 2000, as atenções políticas se voltaram para implantação da rede federal e, conseqüentemente, para a expansão da interiorização dos institutos federais em todo o país, fato este que resultou, não só no acesso prático da população a um ensino médio integrado à educação profissional público, gratuito, mas também permitiu que essa qualidade de educação, ofertada por esse complexo da EPT, alcançasse os mais longínquos quadrantes regionais. A moderna arquitetura das unidades resultante do projeto expansionista reconfigurou uma realidade arquitetônica bem diferente dos edifícios clássicos e coloniais das unidades de ensino centenárias. Além disso, os atuais cursos de educação profissional desses novos campi, em sua maioria, estão aliados às práticas educacionais associadas aos parâmetros curriculares almejados pelo atual sistema político-econômico, nas quais, é latente, a predominância e preferência por cursos com atendimento vocacional destinado às tecnologias digitais e, conseqüentemente, vinculados aos interesses do setor produtivo. Esse moderno projeto político-pedagógico, impulsionado pelo mercado de trabalho, ofuscou o tradicionalismo dos campi centenários e também, o pouco da memória e da história que existem nessas unidades de ensino da EPT em

Alagoas e, por esse trajeto, estabeleceu a dualidade entre memória x esquecimento no âmbito destas instituições com mais de 100 anos de existência. É neste sentido que a referida pesquisa intencionou investigar a relação entre os campi Maceió e Satuba do Instituto Federal de Alagoas com o seu passado e diagnosticar até que ponto suas estruturas são identificadas como ambiente de lembranças na mente da comunidade acadêmica, servidores aposentados e de seus egressos. A investigação resultou em um material educativo em formato de documentário com 35 minutos no qual a barreira imposta pela dualidade memória x esquecimento é vencida e vozes do passado ressurgem do silêncio e reivindicam um espaço na memória institucional dessas unidades de ensino.

### **Objetivo geral**

Produzir, como material educativo, um documentário sobre os campi centenários do Instituto Federal de Alagoas como lugares de memória e de identidade.

Os objetivos específicos foram:

- sugerir atividades de estímulo à memória e à preservação institucional que possam ser agregadas à estrutura de salvaguarda documental e material do Ifal, tais como, a instalação de centros de memórias e de documentação nos campi pesquisados;
- despertar em servidores, alunos (as) e nos demais públicos de interesses, lembranças e sentimento de pertencimento institucional.
- estimular a comunidade acadêmica a transmitir às futuras gerações conhecimento sobre a importância do resgate e preservação da memória institucional.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa recorreu a referenciais teóricos alinhados à temática com ênfase, ao longo de seu percurso, na relação entre memória institucional e a EPT.

Na trajetória do ensino profissional no Brasil, as variadas configurações e nomenclaturas institucionais foram vivenciadas por diferentes gerações de estudantes e servidores. Algumas dessas instituições, componentes da atual rede federal, possuem mais de um século de existência e, no decorrer do tempo, conforme Pollak (1989), torna-se comum a prática de esquecimento dos momentos coletivos por parte de seus grupos

sociais. Ciavatta (2005,p 55) aponta, em sua publicação *Memória do trabalho e da educação*, algumas hipóteses possíveis para entender a pouca exploração do tema e cita como causas da falta de atenção pelos pesquisadores: a ausência de registros históricos; a predominância, quase que absoluta, da cultura oral de seus protagonistas que, na opinião da autora, são os professores; a carência de tempo, de espaço, de recursos financeiros e humanos especializados para o trabalho de arquivo e a tradição colonizadora e autoritária da memória apagada, das gerações sem história.

A pesquisa foi em busca dessas hipóteses, por meio de uma investigação, a partir da metodologia da pesquisa ação que requer uma construção coletiva de uma discussão problematizadora e identificou atores sociais que são testemunhas vivas do processo educativo desses campi da EPT, vinculados ao Ifal. Como afirma Brandão (1981.p.24) “os homens e as mulheres fazem a sociedade da mesma forma e maneira que são feitos por ela. Somos atores e protagonistas de nossa história da mesma maneira que somos definidos e condicionados por ela”.

No intuito de alcançar a mais distante lembrança a ser obtida a partir de entrevistas orais de testemunhas vivas, foram priorizados a coleta de dados e os depoimentos dos atores (servidores, egressos e aposentados) considerados “testemunhas da história” e que vivenciaram as décadas de 1960,1970,1980,1990, 2000, períodos esses, considerados ainda possíveis de se encontrar evidências no que tange à presença da história oral e documental por parte dos atores da pesquisa. Para atender ao tempo do produto educacional, regulamentado pelo programa ProfEPT, alguns dos depoimentos foram excluídos do documentário e se adotou como critério para exclusão a repetição de abordagem da referida temática.

### **Material e métodos**

A presente pesquisa se caracteriza em uma abordagem qualitativa do tipo pesquisa ação nos espaços formais do Instituto Federal de Alagoas que são os campi centenários de Maceió e Satuba. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram por meio de observação, levantamento bibliográfico, consultas documentais, aplicação de questionários semiabertos, entrevistas e rodas de conversas realizadas junto aos participantes da pesquisa e aos integrantes das comunidades acadêmicas, egressos e servidores aposentados dos campi Maceió e Satuba. Esses atores sociais são e/ou foram protagonistas da história e memória dessas instituições da educação profissional e

tecnológica.

A pesquisa recorreu à abordagem qualitativa para atender ao que indica Minayo (2002), o qual considera esse tipo de investigação, privilegiada para a apreensão dos sentidos e significados construídos pelos atores no processo educacional, possibilitando uma percepção do contexto histórico e social da coletividade escolar. A proposta fundamenta-se também ainda em Godoy (1995) ao afirmar que “o pesquisador tenta captar os diferentes olhares que compõem a questão por meio de sujeitos envolvidos, levando em conta, todas as perspectivas relevantes, buscando assimilar a dinâmica do fenômeno”.

A partir deste requisito, a pesquisa compreende a necessidade de se manter viva a tradição histórica dos campi centenários do Ifal para que haja a necessidade de que as ações institucionais conduzam à construção de uma cultura organizacional a partir de uma identificação de pertencimento territorial, como cita a publicação *Diretrizes e Concepções Pedagógicas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*, editada pelo MEC de 2010.

Pensar o local, ou seja, pensar o uso do espaço geossocial, conduz à reflexão sobre territorialidade humana. O território [...] só se torna um conceito a partir do momento em que é pensado, juntamente com os atores que dele fazem uso. (MEC, 2010)

Sob o prisma dessas diretrizes da rede federal de educação profissional e tecnológica, a pesquisa envolve atores sociais em inquietações a respeito da história e memórias dos campi centenários do Ifal, a partir dos questionamentos a seguir:

1. Como e onde está armazenada a memória institucional dos campi Maceió e Satuba?;
2. Por qual razão a política de preservação da memória institucional não está contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – versão 2019-2023?;
3. Há alguma política de educação patrimonial que preserve esse memorial?;
4. Qual o setor responsável pela preservação dos lugares de memórias

dos campi?;

5. Qual a avaliação dos gestores sobre a gestão de memória dos campi?;

6. Qual o impacto da memória da escola para os discentes dos campi centenários?;

7. Há projetos entre o corpo docente ou intersetorial que incorpore a questão da preservação do patrimônio como ação interdisciplinar?

8. Como os egressos se identificam com a memória institucional desses campi?

A pesquisa optou por um nível exploratório para obter melhor aprofundamento em focos bibliográficos, diagnósticos literários e de interação com outros especialistas da área, conforme recomenda Neuman (1997), que observa os estudos exploratórios como o primeiro estágio de um conjunto de etapas da pesquisa.

A investigação adotou os princípios da pesquisa ação que, para Thiollent (1986), representa uma via que encaminha soluções para os problemas coletivos. O mesmo autor (2011) destaca que a pesquisa ação, “não se pretende, portanto, a generalização dos resultados, mas o atendimento, em alguma medida, das demandas emancipatórias e políticas dos sujeitos da pesquisa”.

Ressalte-se que as palavras-chaves contidas no resumo desta dissertação foram selecionadas a partir do Thesaurus Brasileiro da Educação, em conformidade com as regras deste Programa de Pós-Graduação. O Thesaurus é um vocabulário controlado que reúne termos e conceitos, extraídos de documentos analisados no Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec), relacionados entre si a partir de uma estrutura conceitual da área”.

Os caminhos trilhados pela pesquisa foram constituídos pela revisão de literatura, por intermédio de acesso a textos e livros clássicos e contemporâneos com temáticas associadas às propostas da pesquisa, entre essas: a escola como lugares de memórias e de identidades; roteiro de entrevistas orais; a preservação da memória institucional; a importância da memória como fator de identidade institucional; uso questionários na pesquisa científica; projeto de história oral; história da educação profissional no Brasil; fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais; o trabalho e a educação profissional agrícola; manual de história oral; abordagem teórica da memória institucional; legislação de criação das escolas de aprendizes e artífices e Decreto de implantação da rede federal de educação profissional e tecnológica. Outras fontes de coleta de dados foram livros impressos, e-book, artigos acadêmicos, dissertações, infográficos e outras modalidades de assistência bibliográfica. Essas publicações foram recomendadas durante o cumprimento do componente curricular Bases Conceituais e, por consultas feitas em plataformas acadêmicas como o Educapes, Google Acadêmico, Scielo e Academy.edu.

A pesquisa diagnóstica, ao longo da investigação, pretendia incluir 130 atores sociais, sendo 20 servidores ativos, 20 ex-servidores (aposentados), 60 alunos (as) (sendo 30 do Campus Maceió e 30 do Campus Satuba), 10 dirigentes e 20 egressos (as). No entanto, devido à dificuldade de acesso a uma das categorias que foi a de aposentados (as), motivada por limitações impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a totalização de participantes ficou em 63 entrevistados, sendo 43 deles por meio de questionários digitais e 20, por intermédio de entrevistas orais, gravada por câmera fotográfica e aparelho telefônico. A comunicação com esses atores sociais ocorreu por intermédio de mensagens por e-mail, telefonemas e por redes sociais, todos emitidos de forma individualizada para evitar compartilhamento de mensagens entre os participantes. Foram realizadas, ainda, consultas aos participantes da pesquisa que produziram investigação científica ou publicação de obras sobre a história e memória dos campi investigados.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, foram distribuídos, em ambiente virtual, os questionários para os e-mails institucionais dos servidores, docentes e alunos dos campi, modalidade que atende ao que preconiza a Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS de 3 de março de 2021 que estabelece a apresentação do modelo de formulário dos termos de consentimento aos participantes da pesquisa, destacando, inclusive os riscos, os benefícios e as limitações dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e

potencial risco de sua violação.

A formulação dos questionários recebeu conteúdos variados, devido às diferentes formas de vinculação dos segmentos pesquisados com o contexto da preservação da memória institucional. Portanto, os questionamentos foram elaborado por categorização da comunidade acadêmica:

1. Técnicos administrativos - foram aplicadas 11 (onze) questões acerca do conhecimento da categoria sobre a história da instituição, ao comprometimento da gestão em salvaguardar a memória da instituição e ainda quanto à importância da implantação de um projeto de preservação do acervo histórico e patrimonial.

2. Aos egressos foram aplicadas 23 questões, a maior parte delas direcionada à passagem do (a) ex-aluno (a) pela unidade centenária de EPT, o cotidiano escolar e sobre quais os acervos que gostariam de ver preservados.

3. Docentes - a esta categoria, foram expostas questões sobre a relação interdisciplinar com a memória institucional, bem como, o conhecimento sobre a história do campus, quais as ações na unidade de ensino são identificadas como preservação memorial e se o pesquisado tem conhecimento sobre o armazenamento de documentos e acervo histórico na instituição.

4. Discentes - O questionário dispõe de 20 questões, entre fechadas e abertas, que conduziram o (a) aluno (a) a responder sobre seu conhecimento da história do campus centenário, a identificação de preservação da memória no campus e a localização setorial de documentos e acervo histórico armazenados.

5. Servidores Aposentados - O questionário foi composto por 19 questões que tentaram obter, como respostas, lembranças sobre o ambiente de trabalho, legado no cotidiano profissional, o que se mantém preservado no campus e o que gostaria que se mantivesse salvaguardado na memória institucional.

Os questionários das categorias tiveram conteúdos alternados entre perguntas fechadas e abertas. Segundo Gil (1999, p.132), as questões fechadas são aquelas em que as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas. Já as abertas caracterizam-se por perguntas ou afirmações que

levam o entrevistado a responder com frases ou orações. Ao optar por esse método, a pesquisa se interessou em buscar uma maior elaboração de opinião do entrevistado, cujas respostas foram essenciais para a produção deste conteúdo dissertativo.

Paralelo à aplicação dos questionários, procedeu-se a coleta de campo que consistiu de entrevistas orais com participantes da pesquisa, em sua maioria, selecionados por critério de antiguidade nas duas instituições. Para chegar a esses atores da história oral, foram consultados dados no Google, a partir das frases “história da educação profissional em Alagoas, ex-aluno do Ifal, Escola Agrotécnica de Satuba e Colégio Agrícola Floriano Peixoto”. Em uma das publicações postadas no site *História de Alagoas*, identificou-se comentários de ex-alunos do Colégio Agrícola Floriano Peixoto e que incluíam endereço eletrônico e alguns telefones pessoais. Foi então que o pesquisador identificou um dos egressos que mora em Sergipe e que aceitou ser entrevistado. Este primeiro contato, resultou na indicação de novos entrevistados, inclusive fora do estado de Alagoas. Os demais participantes das entrevistas receberam convocação pessoal por e-mail e aplicativos de relacionamento social. A pesquisa descobriu grupos de redes sociais que envolvem ex-alunos e causou surpresa a descoberta de uma rede de contato de egressos do final da década de 1950 e início de 1970 e que ainda se interrelacionam.

As entrevistas orais online e presencial constituíram a modalidade denominada de história oral, um instrumento de coleta de dados estimulado a partir de relatos da trajetória de vida pessoal e profissional das pessoas vinculadas à história dessas instituições pesquisadas, como forma de contribuir com a cultura da memória institucional.

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização da pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar, a memória física e espacial como também descobrir e valorizar a memória do homem. (THOMPSON, 1992,17).

Já a pesquisa documental, de acordo com Gil (2002, p.45), “vale-se de materiais que não recebem ainda tratamento analítico, ou que ainda não podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Nesta etapa, ocorreram observações dos materiais resultantes da coleta de dados como, vídeos, slides fotografias, ofícios, relatórios, atas de reuniões.

No intuito de alcançar a mais distante lembrança a ser obtida a partir de entrevistas de testemunhas vivas, a pesquisa priorizou colher dados e informações a partir dos depoimentos de atores (servidores, egressos e comunidade externa) que vivenciaram as

décadas de 1960,1970,1980,1990 e 2000, períodos esses, considerados possíveis de se encontrar evidências de história oral e outras reminiscências institucionais.

Durante a coleta de depoimentos orais foram utilizados como instrumentos de captação audiovisual, uma câmera fotográfica, modelo Canon, modelo EOS Rebel SL 3 com Lente EF-S 18-55mm e um smartphone, modelo Samsung 4G com a finalidade de captar as imagens dos entrevistados e dos ambientes de pesquisa nas unidades de ensino investigadas. A finalidade da utilização dos equipamentos foi, além da investigação, conservar as falas dos depoentes para posterior transcrição e edição do vídeo educativo. A captação de imagens dos participantes foi feita mediante autorização de uso de imagem e depoimentos e por autorizações de acesso às unidades centenárias dadas pelos gestores dos campi Maceió e Satuba, cujos documentos de autorização estão incluídos nos anexos desta dissertação.

As providências adotadas nos momentos que antecederam o depoimento oral dos atores tiveram como base, manuais de História Oral. Para o francês Chantal de Tourtier Bonazzi (2001,pg.232) “três fatores são essenciais para a produção de um documento oral digno de respeito, sendo estes, a seleção da testemunha, o lugar da entrevista e o roteiro de entrevista”.

Das 20 entrevistas presenciais, quatro ocorreram na residência dos atores, a pedido dos próprios participantes e 16 foram pela plataforma Google Meet, portanto no modo online, utilizada por dificuldade de combinação de agenda ou devido ao entrevistado morar fora do estado de Alagoas.

O período de depoimentos orais ocorreu em momentos de flexibilização das regras sanitárias de combate à Covid-19, porém, em todos os contatos com os entrevistados (as) Equipamento de Proteção Individual (EPI) foi usado, ou seja máscara, além de serem utilizados, nessas ocasiões, frascos contendo álcool em gel 70°. Dos 14 entrevistados (as) de modo presencial, 6 (seis) se dispuseram a usar máscara, por estar em um ambiente coletivo. Os demais pediram autorização ao pesquisador para falar sem o EPI sob a justificativa de ser melhor identificado e haver entendimento um melhor entendimento do diálogo.

No início de cada entrevista, os participantes receberam explicações sobre a pesquisa, os objetivos e problematizações apresentadas. Simultâneo aos depoimentos orais, realizou-se a pesquisa de campo nas unidades centenárias de ensino do Ifal na

busca por elementos que retratassem a memória institucional. Foram visitados as bibliotecas e os arquivos e dependências dos campi centenários e outros locais, onde houvesse resquícios de preservação patrimoniais.

A coleta de dados como, questionários, fotografias, documentos e depoimentos orais em vídeos foi arquivada em drive externo pessoal do pesquisador e serão preservados pelo período de 5 (cinco) anos, conforme determina a legislação sobre ética na pesquisa.

A categorização dos segmentos envolvidos na pesquisa foi definida em cinco sendo: servidores técnicos administrativos, egressos (ex-alunos (as), docentes, alunos e servidores aposentados.

Nesta etapa, foram analisados, como valor documental, elementos iconográficos, documentos fotográficos e cinematográficos, os quais se constituíram na base de observações.

Para que os formulários de questões chegassem, por links eletrônicos, aos pesquisados, a pesquisa contou com o apoio da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPPI) que retransmitiu as informações às coordenações de Pesquisa e Pós-Graduação dos campi Maceió e Satuba. Estas, por sua vez, reforçaram a divulgação junto aos ao corpo docente.

Com relação à categoria servidores administrativos, mensagens por e-mail foram emitidas aos departamentos de Gestão de Pessoas dos campi Maceió e Satuba para que reforçassem a divulgação junto a esse grupo funcional. Contatos com o Grêmio Estudantil Edson Luís, do Campus Maceió, também foram feitos nos quais foram solicitados suporte na divulgação do link do questionário junto ao corpo discente.

Em relação ao público composto por servidores aposentados, a pesquisa se deparou, entre os obstáculos, com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, dispostos em meio físico ou digital, feito por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, englobando um amplo conjunto de operações que podem ocorrer em meios manuais ou digitais. Esse dispositivo legal foi utilizado pela Diretoria de Gestão de Pessoas para não ceder acesso aos e-mails e telefones de cunho pessoal dos aposentados sem que houvesse a autorização dos próprios participantes.

Quanto à pesquisa de campo no que se refere à investigação documental e acervo fotográfico, foram encontrados, sob o domínio do Departamento de Comunicação e Eventos da Reitoria, álbuns fotográficos de várias fases e denominações do Ifal - Campus

Maceió, além de recortes de jornais que são instrumentos de trabalho dos comunicadores que compõem aquele setor. Todo esse material foi transferido em 2012, do Campus Maceió para a Reitoria, por estar em poder da Coordenação de Comunicação e Eventos. O temor de que o material fotográfico e recortes de jornais com informações sobre a instituição fossem descartados, houve a transferência para a Reitoria e, atualmente o acervo está sob o controle do Departamento de Comunicação e Eventos (DCE). Em contato com dirigentes do Campus Maceió, constatou-se um desconhecimento em relação à localização do referido acervo fotográfico e documental.

A pesquisa optou pelo método de análise de conteúdo por ter vinculação direta com a abordagem qualitativa que se centraliza na linguagem e, que segundo Bardin (2004, 2010, 2011) objetiva analisar o que foi dito em meio a uma investigação, construindo e apresentando concepções em torno de um objeto de estudo. Com base na assertiva, houve uma triangulação entre categorias com a finalidade de comparar a conduta dos participantes diante dos formulários.

Os dados coletados junto aos servidores técnicos administrativos dos campi Maceió e Satuba apontam que foram distribuídos por meio da plataforma Google Formulários, 22 questionários e mais 32 e-mails com convite para participar da pesquisa.

Na fase de diagnóstico da pesquisa foram distribuídos por meio da plataforma Google Formulários, questionários aos docentes dos campi Maceió e Satuba por e-mail enviados por este pesquisador e pelos departamentos de Pesquisa das unidades de ensino. Oito docentes responderam.

Dezenove questionários eletrônicos foram respondidos por ex-alunos (as) dos campi Maceió e Satuba. A média de idade dos participantes foi de 37 anos, com ênfase na participação do público com mais de 40 anos.

## **Resultados e discussão**

### **Categoria servidores técnicos administrativos**

Portanto, em análise sobre a emissão de opinião desta categoria mediante o uso do questionário, a pesquisa concluiu que os (as) servidores (as) técnicos administrativos destacam a falta de valorização da gestão quanto às atividades que eles (as) realizam. A categoria também se percebe como um “mera” integrante do quadro de pessoal e reclama da falta de lembrança institucional. Os servidores não evidenciam de que forma ocorre a desvalorização, porém insinuam ser a falta de ocupação em funções de gestão institucional, costumeiramente com característica de um perfil técnico, mas, em sua

maioria, ocupadas por docentes.

Um total de 10 técnicos administrativos responderam ao questionário durante a fase diagnóstica. Os dados quanto ao gênero representam o percentual de 60% formado por mulheres e 40% por homens. A idade entre os pesquisados nesta categoria foi entre 32 a 65 anos. Em referência ao grau de instrução 70% dos entrevistados possuem especialização, 20% mestrado e 10% doutorado. A maioria dos técnicos administrados pesquisados foram do Campus Maceió (80%) e 20% do Campus Satuba. O ano em média de lotação desta categoria nos campi foi a década de 1990 e o tempo de atividade em média foi de 25 anos.

Em análise das respostas aos questionários aplicados aos servidores técnicos administrativos, constatou-se que, a maioria dos respondentes dispõem de pouco conhecimento sobre a história do campus em que é lotada. A maior parte somente é capaz de contar sobre a história da unidade de ensino, a partir da existência da Escola Técnica Federal de Alagoas (Campus Maceió) e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba (Campus Satuba). A categoria observa decadência nos registros históricos dos dois campi e enxerga como, ainda preservados, o prédio central, a capela e o casarão, no Campus Satuba e o prédio do Campus Maceió que a maioria atribui o projeto arquitetônico, ao arquiteto Oscar Niemeyer.

Quanto às ações positivas da gestão no sentido de preservar a memória institucional, os técnicos administrativos destacam: uma ou outra homenagem a servidores aposentados, o acervo fotográfico da instituição e o lançamento de livros que contam a história das unidades pioneiras do Ifal. Como pontos negativos, os entrevistados relacionam, a falta de um arquivo geral, a ausência de conservação dos prédios históricos e a falta de registros dos eventos realizados pelos campi centenários.

Ao ser perguntada se sabe onde ficam armazenados os documentos históricos do campus, a maioria respondeu que não tem conhecimento e aqueles que sabem, apontaram as bibliotecas das unidades escolares. Esta categoria alega guardar recordações das atividades profissionais, principalmente, em fotografias, mas responde que, ao se aposentarem somente levaria como lembrança a amizade feita no ambiente de trabalho. A metade dos entrevistados não percebe intenção na gestão de desenvolver projeto de gestão de memória, 10% ouviu dizer sobre este propósito, 20% não soube responder e 20% percebe na gestão a intenção de elaborar um projeto de memória.

## Categoria docente

Um total de 8 (oito) professores e professoras participou da pesquisa diagnóstica impulsionada por meio de questionários online. Contudo, mais sete docentes participaram das entrevistas orais, o que somou um total de 15 docentes participantes da pesquisa. Quanto ao gênero, 57,1% dos (as) participantes foram formados por homens e 42,9% por mulheres. A maioria do Campus Maceió (85,7%) e 14,3% do Campus Satuba. A média do ano de lotação dos participantes foi 2015 e a maioria possui mestrado (71,4%) e 28,6% doutorado.

A categoria docente avalia que trabalhar em uma instituição de ensino centenária, como os campi Maceió e Satuba do Ifal, significa participar da história da educação técnica com uma “mistura de orgulho e de pertencimento”. A maioria dos participantes da pesquisa enxerga nos prédios históricos, nas árvores, nos arquivos fotográficos como marcos de preservação da memória institucional. Os docentes destacam ainda que, a publicação dos livros *Nos Trilhos da Memória* que conta a história do Campus Satuba e *Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (1909/2009): Cem anos do ensino profissionalizante em Alagoas*, sobre o histórico do campus Maceió, contribuíram para que os professores conhecessem o processo histórico das instituições. Em suas respostas ao questionário, os docentes observam, como uma das ações positivas, a iniciativa isolada e a persistência de poucos servidores, em guardar objetos históricos, mas entendem que o tipo de salvaguarda não tem impacto institucional. O quadro 6 evidencia as respostas dos docentes.

Quadro 6 - Respostas dos docentes

O que te lembra que ensina em um campus centenário?	Quais as ações positivas de preservação da memória no campus	O que acha da implantação de um centro de memória no campus?	Na sua opinião, o que falta ao seu campus para estimular a preservação da memória entre a comunidade acadêmica?
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eu tenho como marco os prédios, árvores, equipamentos, e os arquivos de registros fotográficos e documentais;</li> <li>• Todo legado de quem já passou por aqui</li> <li>• Imaginar a quantidade de pessoas que a escola já formou e o quanto ela deve ter impactado na vida das pessoas e da comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As lutas de alguns servidores de forma isolada para guardar objetos, fotos e arquivos; de servidores e alunos ao repassar memórias de vivências no lugar;</li> <li>• Manutenção da estrutura predial;</li> <li>• Nome do auditório Jorge Batista em homenagem a um dos professores, aposentado (Campus Maceió).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfeito. Já se teve ação nesse sentido, mas faltou a institucionalização, para o trabalho permanecer ativo;</li> <li>• Acho excelente. Gostaria de conhecer a história do campus;</li> <li>• Acho que é bem vindo e super merecido..</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma política de valorização dedicada a resgatar e manter os bens materiais e imateriais presentes na instituição [...].;</li> <li>• Se houvesse editais que pudessem apoiar iniciativas acredito que ajudaria.[...]</li> <li>• [...]incentivar a população local e a comunidade acadêmica a desenvolverem o senso de pertencimento com relação a este local.</li> </ul>

Elaborado pelo autor em maio 2023

Os professores alegam incluir a discussão sobre memória institucional em seus componentes curriculares. Embora, tenham conhecimento sobre parte da história dos campi, os docentes não souberam indicar, onde estão armazenados os documentos e registros históricos dos campi Maceió e Satuba, pois não percebem ações de preservação da memória nessas instituições.

#### Categoria Egressos (as)

Registrou-se quanto à participação dos egressos(as) na pesquisa em relação ao gênero que 64,8% dos 19 participantes foram do sexo feminino e 31,6% do sexo masculino. A idade dos pesquisados nesta categoria foi entre 25 a 68 anos. A maioria (84,2%) cursou o nível técnico, 10, 5% o médio e 5,3% a licenciatura. A maioria dos (as) egressas (as) estudou no Campus Maceió (78,9%) e 21,1% no Campus Satuba. O período em que os (as) egressos (as) estudaram variou entre 1973 a 2014.

Os dados indicam que 65, 5% dos respondentes cursaram cursos técnicos da área industrial, enquanto 37,5% estudaram em cursos técnicos agrícolas e 12,5% em curso de nível superior na área de licenciatura.

O período em que os participantes estudaram nos campi centenários foram: 1 (um) na década de 1970; sete (7) na década de 1980; três (3) na década de 1990 e cinco (5) na década de 2000 e (5) cinco na década de 2010. Dois não responderam. Vale Salientar que os dados são referentes aos questionários diagnósticos. Do produto educacional participaram três egressos que estudaram nessas instituições escolares no final da década de 1950 e das décadas 1960 e 1970.

Este foi o segmento que ofereceu maior suporte à pesquisa quanto ao resgate da memória institucional, por reviverem lembranças enquanto alunos (as) desses espaços formais do Ifal. Os (as) participantes (as) foram bastante enfáticos nos questionários ao recordarem fatos da época estudantil.

No questionário, os egressos destacaram como lembranças dos campi onde estudaram: o alarme sonoro nos intervalos de aulas, do prédio central do Campus Satuba, da banda de fanfarras na festa de Emancipação Política do município de Satuba e até da média 7 para ser aprovado.

Os respondentes, ex-alunos do Campus Satuba, contaram no questionário a forma como funcionava a residência estudantil quanto ao disciplinamento da manutenção dos quartos e horário das refeições:

06:00h - CAFÉ DA MANHÃ: Café + um pão (feito na própria Escola) com manteiga + angu.

- 12:00H - ALMOÇO: bandeja com Feijão + Arroz + Farinha de Mandioca + Macarrão + Carne de Boi ou Galinha ou Peixe (às vezes bacalhau)

- JANTAR: Café + um pão (feito na própria Escola) com manteiga + mugunzá ou sopa.(DEPOIMENTO 1)

Cada dormitório acomodava cerca de cinquenta alunos. Havia armários, mas não em número suficiente, exigindo que os alunos tivessem seus próprios, adquiridos (ou herdados) dos que saíam. Havia camas convencionais, as chamadas "camas patentes", mas também beliches. Os colchões eram de palha.(DEPOIMENTO 2)

Sim, como interno, tínhamos um rodízio de limpeza, três por dia/durante a semana. No final de semana a limpeza era por conta dos que ficavam no quarto. A alimentação era passada pela nutricionista, nos seguintes horários: 6h às 6h34, das 12h às 13h e das 17h30 às 19h. Às vezes tinham um lanche à noite. A maior parte das proteínas era produzida na própria escola. Doce de leite e iogurte também.(DEPOIMENTO 3).

Em relação à interferência política nesses espaços formais investigados, os (as) participantes (as), em sua maioria, confirmaram a existência de influência política de variadas formas: desde a formação dos centro cívicos que eram recreativos, segundo depoentes que estudaram na década de 1970, até a transformação em grêmio estudantil com um caráter mais reivindicatório. Os egressos ouvidos não se referiram à interferência política externa, por meio do Regime Militar. Os mais antigos destacam que: "em tempos de regime autoritário, não se tinha acesso à informação. Os alunos tampouco tinham

qualquer tipo de organização” (depoimento de um egresso do período 1975-1977).

Os que estudaram na época do Cefet-AL, a partir de 1999, consideram que aquele momento já era de democracia plena. Uma (a) dos (as) pesquisados (as), ex-aluno(a) do Cefet-AL fez um seguinte relato de um protesto em 2008 contra a transição da instituição para Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal):

*Sim, de certa forma. Pois enquanto alunos acompanhávamos as discussões da época. Enfrentamos uma greve em 2006. Curiosamente, a maioria dos professores da área técnica (Informática) não era a favor e não participava do movimento. Lembro de um dia em que foram todos de preto, como forma de protesto. Em 2008 houve um grande burburinho sobre a transição do Cefet para o Ifal. Na época havia os grupos a favor, principalmente docentes, que teriam uma grande mudança na carreira, que ficaria mais vantajosa para eles. Os grupos contra argumentavam que, com a mudança na legislação, o Instituto Federal ficaria passível de ser privatizado no futuro, o que gerava uma grande preocupação entre os servidores (DEPOIMENTO EGRESSO (A), 2022).*

Sobre como ficou sabendo da história do campus, enquanto era estudante, os participantes responderam:

*Eu não conhecia nada antes de lá chegar. Mas já notava que era bem antiga para os padrões escolares, os prédios de arquitetura antiga eram bonitos. Depois fiquei sabendo que era uma destilaria de Santa Luzia do Norte, depois foi uma escola do estado e somente em 30 de agosto de 1911 foi transferida para a União por Hermes da Fonseca. (DEPOIMENTO 1);  
Que o local era um casarão que possuía plantações e trabalhadores e depois de um tempo virou uma escola técnica. (DEPOIMENTO 2);  
Sabia pouco. Apenas alguns álbuns com imagens antigas, inclusive com a presença do Dr. Tupi (José Tupinambá do Monte), famoso Diretor do antigo Aprendizado Agrícola. (DEPOIMENTO 3);  
Sabia que era uma escola de aprendizes, depois foi a escola técnica, depois CEFET e por fim, IFAL. Soube pela minha avó. (DEPOIMENTO)*

Sobre a visita aos campi, depois de formados, 55,6% nunca mais visitaram desde a conclusão do curso, enquanto 44,4%, visitam anualmente. Estes últimos, ao visitarem as unidades centenárias do Ifal identificaram como locais, ainda preservados, a piscina (Campus Maceió) e as placas de bronze de colação de grau (Campus Maceió), o casarão, a capela e o prédio central (Campus Satuba).

Outro dado coletado junto aos egressos foi se eles tinham conhecimento sobre onde estavam armazenados materiais e documentos históricos na época como estudantes. Como resultado, 55,6% disseram que não e 44,4% que sim. A biblioteca foi o local mais apontado como espaço para salvaguarda de documentos históricos, seguida da parte administrativa da escola, do casarão em relação ao Campus Satuba e na Secretaria.

Por fim, os ex-alunos foram questionados, sobre o que gostaria que fosse mantido como lembrança de sua época no campus? Os prédios históricos, como a capela, as árvores, a edificação onde funciona o refeitório e as comemorações do Centenário da

Escola em 2011 foram citados em relação ao Campus Satuba, além das publicações locais dos livros sobre a memória das unidades do Ifal. Os participantes gostariam de ver preservados, a biblioteca, o campo esportivo, as placas dos formandos e as reportagens com fotos da época.

#### Categoria alunos (as)

Na categoria aluno (a), a pesquisa diagnóstica obteve apenas quatro (4) respostas. Durante a investigação, houve convocação de forma presencial para os alunos(as) dos primeiros e segundos anos para participar da pesquisa, porém a maioria se recusou a contribuir por serem, naquela ocasião, recentes nos campi e desconhecerem sobre a preservação da memória. Durante a pesquisa, e-mails institucionais, anexados dos questionários, foram acionados como comunicação entre o pesquisador e os alunos dos dois campi centenários, porém o retorno foi acanhado. Segundo Ciavatta (2008), em artigo sobre memória escolar, o público adolescente, ainda não tem ainda maturidade, nem formação cidadã completa, para lidar com a preservação da memória da escola. Para a autora, a memória do trabalho e da educação é um tema pouco explorado pelos pesquisadores.

Contudo, conforme a escritora marxiana, esse processo de resgate e de salvaguarda da memória institucional não estará completa sem a devida participação histórica dos alunos, professores, gestores, comunidade e egressos, atuando de forma integrada e interdisciplinar para superar o dualismo de classes e romper com a tradicional a redução da formação à simples preparação para o mercado de trabalho. Conforme relata Jenny Rogers (2011, p.19) em experiência própria, “em vez de lembrar-se das aulas extraordinárias, é muito mais provável que você lembre, imediatamente, da sua participação, em uma extraordinária peça de teatro escolar [...] em uma experiência que tenha concluído com sucesso”.

Quanto aos resultados obtidos na categoria discente, os respondentes alegaram saber que o campus, antes se chamava escola técnica, ao serem questionados sobre a história da unidade de ensino em que estuda. Os pesquisados consideram que os campus deveriam ser mais conservados quanto à preservação de sua memória. Os discentes, que responderam o questionário, não sabem onde estão armazenados os documentos históricos em seu campus, bem como, não enxergam, nas gestões dos campi centenários, movimento algum quanto à elaboração de um projeto de preservação da memória institucional. Por unanimidade, os alunos consideram importante a criação de

um centro de memória no campus.

Categoria servidor (a) aposentado(a): não foram registradas respostas aos questionários, apesar dos contatos feitos a esta categoria por e-mails institucionais, o que levanta a hipótese de que esses ex-funcionários acessam com baixa frequência os endereços eletrônicos fornecidos pela instituição. No entanto, na entrevista oral, servidores aposentados deram seus depoimentos, cuja reprodução consta no produto educacional no Anexo A desta dissertação. O contato com esta categoria foi realizado por e-mail e redes sociais pessoais.

#### Memória sobre o olhar da gestão

De posse dos resultados da pesquisa diagnóstica realizada com os segmentos egressos, servidores técnicos, administrativos, docentes, alunos (as) e aposentados (as), as atenções do pesquisador se voltaram para as entrevistas com os dois gestores dos campi centenários Maceió e Satuba com a finalidade de apresentar-lhes os questionamentos apontados pelos entrevistados e colher informações sobre os propósitos das duas direções-gerais quanto à efetivação da memória institucional de cada unidade de ensino com mais de 100 anos do Instituto Federal de Alagoas. O então diretor-geral do Campus Maceió, Damião Augusto dos Santos (gestão 2019-2023), ao ser entrevistado enalteceu a iniciativa da pesquisa, no entanto, admitiu que a instituição ainda não dispõe de um projeto elaborado para preservação da memória e dos registros institucionais.

A gente tem uma dificuldade muito grande de espaço físico aqui no campus. A escola está saturada, mas nós temos nas coordenações muito material [...] mas precisa de um trabalho sistemático de profissionais para configurar isso como história e memória do campus. Mas, nós não conseguimos avançar como projeto institucional do campus (DAMIÃO AUGUSTO, em depoimento para esta pesquisa, setembro 2022).

O então diretor-geral do Campus Satuba (gestão 2019-2023), Valdemir Lino, explicou que a unidade centenária do Ifal na região metropolitana de Maceió, não tem um espaço dedicado à memória, porém destacou que existem documentos que podem ser considerados históricos:

Nós não temos um espaço, unicamente, pensado, dedicado, mantido [...] estudado para esta finalidade. Pode até ter alguns elementos que fazem parte de um acervo histórico, como por exemplo, a galeria no piso térreo com fotografia de diretores.[...] isto pode ser considerado um artefato de memória, mas você não pode dizer que aquilo conta de forma fiel a nossa história (VALDEMIR LINO, em entrevista para a pesquisa, em outubro de 2022).

Nas entrevistas orais, os participantes da pesquisa lamentam o fato de esses campi centenários estarem distanciados de sua própria memória. A nutricionista Quitéria Ataíde declarou que a escola não tem memória:

Eu enquanto funcionária pública fiz minha parte. É que a escola, [...] não tem memória. Ninguém lembra do que você já fez e de teu suor. Do que você faz”, (QUITÉRIA, em depoimento dado para a pesquisa, em dezembro de 2022).

A autora do livro sobre os cem anos do Ifal, a professora aposentada Irene Bonan também questiona a descontinuidade das ações de preservação da memória do Campus Maceió. Para ela:

Seria preciso ter força de vontade. Se você não fizer isso, você não chega a canto nenhum. Vai ficar assim. Eu vou morrer e deixar uma lembrança para vocês, porque ninguém continuou (BONAN, em depoimento em maio de 2022).

Sobre a ausência de ações de preservação da memória institucional no PDI do Ifal, uma das inquietações da pesquisa, ouviu-se o depoimento do responsável pelo planejamento do Ifal, professor Altemir Secco que confirmou que o tema não é incluído no PDI por não ser uma ação estratégica. Secco sugeriu que uma proposta neste sentido fosse estimulada para ser inserida no próximo plano, que terá validade por cinco anos entre 2023-2028.

## **Conclusões**

Os campi centenários do Ifal Maceió (113 anos) e Satuba (111 anos) ao longo de mais de um século não têm se voltado para a preservação de seu passado e, a primeira impressão nítida, conforme relata a pesquisa diagnóstica, é a ausência deste tópico em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Como ficou evidenciado no trabalho científico, todas as inquietações que levaram ao desenvolvimento da investigação e que são expostas neste capítulo, tiveram respostas que comprovam o ofuscamento do passado destas instituições, como por exemplo: os segmentos pesquisados desconhecem onde estão armazenados a memória institucional dos campi do Ifal Maceió e Satuba; a discussão sobre a preservação institucional é ausente do PDI porque a memória institucional, não é considerada um objetivo estratégico, como avalia a gestão; os campi não possuem uma política de educação patrimonial que preserve o seu memorial; registrou-se a ausência de um setor específico para zelar pela memória institucional; servidores e discentes desconhecem a história dos campi em que estudam ou estão onde estão lotados e, os egressos embora se identifiquem com a memória institucional se mostram distanciados dos campi por falta de uma política de reintegração dos ex-alunos (as).

Os próprios gestores alegaram distanciamento da gestão da prática da preservação de memória por falta de espaços, de servidores capacitados, de recursos financeiros e por incapacidade de selecionar artefatos e documentos que possam ser considerados como históricos.

Apesar de as duas instituições centenárias serem, costumeiramente, pautas de publicações científicas quanto ao seu histórico, os campi Maceió e Satuba revelam-se afastados, na prática, de seus passados, fato que compromete todo um legado de memória construído nos mais de 100 anos de existência e, conseqüentemente descarta a formação de multiplicadores da salvaguarda do acervo histórico-patrimonial dessas unidades de ensino nas próximas gerações.

### Referências bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, p. 20-19, Mai./Jun. 1995.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- GOODY, Jack. O mito, o ritual e o oral. Petrópolis: Vozes, 2012.
- NEUMAN, William Lawrence. Social research methods: qualitative and quantitative approaches. Boston: Allyn & Bacon, 1997
- PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Alagoas 2019-2023. Disponível em <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/planejamento-institucional/arquivos-planejamento-institucional/PDI-2019-2023.pdf>. Acesso em 29.ago 2021.
- RIBEIRO, Elisa. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. In: Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais. Número 4, maio de 2008. Araxá. Centro Universitário do Planalto de Araxá.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo : Cortez, Autores Associados, 1986.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. Disponível em :[https://www.academia.edu/31924383/A\\_Voz\\_do\\_Passado\\_Hist%C3%B3ria\\_Oral\\_Paul\\_Thompson\\_pdf](https://www.academia.edu/31924383/A_Voz_do_Passado_Hist%C3%B3ria_Oral_Paul_Thompson_pdf), acesso em 14/08/2021.

## CAPÍTULO 3

### Produto educacional – documentário

#### Campi Centenários do Ifal: lugares de memórias e de identidade

##### Introdução

O Produto Educacional (PE) trata-se de um material educativo em formato de documentário, intitulado *Campi Centenários do Ifal: lugares de memórias e de identidade*, com duração de 35 minutos, cujo conteúdo consiste de relatos memoráveis sobre os campi Maceió e Satuba, por participantes desta pesquisa e que são testemunhas da história desses espaços formais. Um dos objetivos específicos da produção audiovisual é despertar, na comunidade acadêmica dos campi Maceió e Satuba, um sentimento de pertencimento e de identidade institucional, a partir de iniciativas de resgate e de conscientização sobre a importância da preservação da memória dessas instituições do Ifal. Kaplún (2002) compreende que o material educativo potencializa experiências ou mediações de aprendizagem, apontando variadas perspectivas de atuação. O autor destaca a relevância de exprimir o que denominamos de “eixos estruturantes” do material educativo a saber: o conceitual; o pedagógico e o comunicacional.

O produto educacional apresenta-se como uma forma de tornar pública a pesquisa realizada durante o mestrado profissional e se caracteriza como um recurso com estratégias educacionais que favorecem a prática pedagógica. A elaboração do produto pedagógico implica em um processo formativo contínuo, no qual a pesquisa é o alicerce (FREIRE et al., 2017).

O referido PE é aplicado na Educação Profissional e Tecnológica pelas evidências de fragilidades de salvaguarda da memória dessas instituições centenárias. Por mais de um centenário dessas unidades de ensino, ainda é tímido o conhecimento, por parte da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, sobre o processo histórico das escolas públicas pioneiras da educação profissional e tecnológica no país e, em Alagoas, os campi do Ifal Maceió e Satuba não fogem à regra, o que confirma a análise teórica feita por Ciavatta que destaca entre os obstáculos para preservação da memória da escola: “a carência de tempo, de espaço, de recursos financeiros e humanos especializados para o trabalho de arquivo.[...], a tradição colonizadora e autoritária da memória apagada, das gerações sem história” (CIAVATTA, 2005).

## Produto educacional em formato de documentário

Quanto à opção pelo formato documentário, a pesquisa recorreu a Tomain (2016, p. 23) para justificar o uso deste tipo de material educativo como instrumento de conscientização da preservação da memória institucional. O autor afirma que:

antes que os rastros sejam apagados, que as lembranças sejam esquecidas, o documentário revela-se como refúgio de uma memória viva, como um lugar de exercitar a rememoração, enquanto um ato encarregado de ressignificar o mundo em sua dimensão temporal (TOMAIN, 2016).

O documentário como lugar de memória evoca emoções, empatia e é capaz de preservar o campo sentir, segundo Sodré (2010, p.23). Para Tomain (2016, p.98) “diz respeito diretamente   vida, pertencendo   constitui o identitária de grupos ou indivíduos sujeitos às transforma es,   dial tica lembrança/esquecimento”.

Durante a produ o do produto educacional, foram colhidos os depoimentos orais de 13 (treze) ex-alunos (as), sendo 7 (sete) do Campus Satuba e 6 (cinco) Campus Maceió; 6 (seis) aposentados, sendo tr s de Maceió e tr s de Satuba; um professor do Campus Satuba; tr s dirigentes, sendo esses, o coordenador do Plano de Desenvolvimento Institucional, Altemir Secco e o diretor do Campus Maceió, Damião Augusto dos Santos e o diretor do Campus Satuba, Valdemir Lino, oito alunos (as) sendo tr s do campus Maceió e 6 (seis) alunos da unidade de Satuba (as) totalizando 28 atores que relatam lembranças, por meio da história oral, dos dois campi na condi o de egressos, alunos, servidores ativos e aposentados.

A edi o das imagens, sonoriza o, legendas e crédito foram feitos por meio do aplicativo Wondershare Filmora. O produto educacional tem legendas em português e intérprete de Libras. Um Roteiro Ilustrado do PE e pode ser encontrado no Anexo A deste trabalho.

### **Avalia o do produto educacional**

Concluída a edi o do produto educacional, o documentário foi apresentado ao público participante da pesquisa para avalia o. O método Likert foi utilizado para mensurar as atitudes dos atores sociais em rela o ao tema. Por esta escala   possível identificar o sentido e a intensidade da atitude do pesquisado, o que o permite verificar o grau de concordância ou discordância dos participantes da pesquisa.

No processo de avaliação do produto foram utilizados dois questionários, sendo um destinado aos entrevistados, por meio de questionários online e história oral, e outro formulário para os alunos participantes das rodas de conversas realizadas nos campi Maceió e Satuba. Esses encontros com os discentes ocorreram no dia 24 de maio de 2023 com a participação de 25 estudantes do 1º ano, do curso técnico em Agropecuária do Campus Satuba e no dia 31 de maio de 2023 com 16 alunos (as) do 2º ano do curso técnico em Edificações do Campus Maceió. No total, 54 pessoas participaram da fase de avaliação do produto educacional.

No âmbito dos participantes da pesquisa na fase diagnóstica, dos 28 entrevistados, 13 responderam aos questionamentos que visaram a avaliação do produto educacional, cujo resultado está exposto na tabela número 1.

Tabela nº 1 - Dados dos questionários de avaliação dos participantes da pesquisa

QUESTÕES	O documentário contempla o tema proposto?	O material educativo é adequado ao processo de ensino-aprendizagem?	O tempo de duração do vídeo educativo parece adequado para a utilização em sala de aula?	A linguagem do documentário é adequada ao público-alvo?	O conteúdo do documentário consegue fazer um paralelo entre a memória dos campi e as lembranças de sua atuação em uma dessas duas unidades de ensino?
Opções					
Concordo totalmente	91,7%	83,3%	58,3%	91,7%	66,7%
Concordo parcialmente	8,3%	16,7%	25%	8,3%	33,3%
Não concordo nem discordo	-	-	8,3%	-	-
Discordo parcialmente	-	-	-	-	-
Discordo totalmente	-	-	-	-	-

Elaborada pelo autor – junho, 2023

Como resultado da avaliação, os participantes da pesquisa, por unanimidade, concordam que o documentário contempla o tema proposto. Foi perguntado aos pesquisados se o documentário proporciona reflexão sobre o tema. E 100% concordaram totalmente.

Quando perguntados se o tempo de duração (35 min) é suficiente para esclarecer sobre o tema, 41% dos respondentes concordam parcialmente, 33% concordam totalmente e 16,7% discordam parcialmente e 8,3% não concordam nem discordaram.

Diante deste resultado infere-se que alguns pesquisados conhecedores da história dos campi centenários perceberam a ausência de outros temas mais significativos no documentário sobre a memória institucional do Ifal.

Alguns pesquisados apresentaram comentários sobre as respostas dadas em relação ao tempo do documentário (35 min):

Tempo ainda curto (depoente 1);  
 Vídeo poderia ser mais longo para contemplar mais informações; (depoente 2);  
 Para sala de aula, o tempo está perfeito, para não ficar cansativo, mas acredito que para guardar como memória, poderia ser maior. Contudo, está bom para a finalidade proposta.(depoente 3).

Por unanimidade, os respondentes concordam totalmente que o conteúdo do documentário pode ser utilizado como um dos instrumentos de convencimento das gestões dos campi Maceió e Satuba sobre a necessidade de preservação da memória dessas instituições de ensino e concordam totalmente que a linguagem do material educativo é adequada ao público-alvo. Quanto à pergunta sobre, se é possível estabelecer em sala de aula uma ação interdisciplinar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, a partir do conteúdo do documentário, 70% concordam totalmente e 30% concordam parcialmente. Para 80% dos respondentes, o documentário faz um paralelo entre a memória dos campi centenários e as lembranças da atuação em uma das duas unidades de ensino.

Entre as sugestões da categoria participantes da pesquisa durante a avaliação do produto educacional foram as expostas no Quadro nº 7..

**Quadro nº 7 - Opinião dos participantes da pesquisa sobre o documentário**

“Ótimo trabalho. Parabéns!”

“Parabéns pelo trabalho extremamente necessário para a preservação das memórias do IFAL!”.(servidora Campus Maceió)

“A incorporação do Colégio Agrícola Floriano Peixoto ao Instituto Federal de Alagoas-IFAL foi um erro. O Ensino Agropecuário não tem relação alguma com o Ensino Industrial nas suas diversas modalidades (Estradas, Eletrotécnica etc.).Se a decisão foi ampliar os Institutos Federais e respectivas formações tecnológicas, deveriam ter sido criados dois Institutos independentes. Não se pode misturar plantas e animais com eletricidade, construção de estradas e outras habilitações de que a antiga Escola Industrial se ocupava, e que foram transpostas para o atual Instituto Federal.” (Egresso de 1959)

“Viagem no tempo, só faltaram as pilastras azuis” (Egresso de 1983)

“Bem elaborado, bastante didático” (Egresso de 1978)

Elaborado pelo autor, maio 2023

O produto educacional também foi apresentado a duas turmas de discentes dos campi Maceió e Satuba para que avaliassem o material educativo por meio de questionários aplicados em salas de aula. O primeiro encontro ocorreu no dia 24 de maio de 2003 com uma turma do primeiro ano do curso técnico integrado ao ensino médio em

Agropecuária, durante a aula de Artes. Os (as) estudantes assistiram ao documentário no auditório da unidade do Ifal e, em seguida, apontaram sugestões de melhorias na edição das legendas e consideraram o tempo de 35 minutos do vídeo educativo curto para restabelecer a memória do campus. O segundo encontro ocorreu no Campus Maceió em uma turma do 2º ano do curso técnico em Edificações. Portanto, a categoria discente avaliou o produto educacional, conforme discrimina a tabela de número 2.

**Tabela nº 2 - Dados dos questionários de avaliação dos discentes dos campi Maceió e Satuba**

QUESTÕES	O documentário contempla o tema proposto?	O tempo de duração do vídeo educativo parece adequado para a utilização em sala de aula?	No vídeo educativo, você percebeu a segurança dos entrevistados quanto à memória de sua passagem pelos campi centenários?	O documentário é suficiente para convencer as direções dos campi centenários sobre a necessidade da preservação da memória dessas instituições?	O documentário contribui para conscientizar sobre a importância de preservação da memória dos campi Maceió e Satuba?
Opções					
Concordo totalmente	73,2%	58,5%	75,6%	55%	76,9%
Concordo parcialmente	22%	17,1%	14,6%	25%	20,5%
Não concordo nem discordo	2,4%	22%	9,8%	-	-
Discordo parcialmente	2,4%	2,4%		12%	2,6%
Discordo totalmente	-	-		-	-

Elaborada pelo autor – junho, 2023

No Campus Satuba, os alunos do primeiro ano do curso técnico em Agropecuária apresentaram sugestões ao pesquisador após assistirem ao documentário. Os (as) discentes fizeram questionamentos sobre a sequência das cenas consideradas curtas, por alguns deles (as). Outros (as) não conseguiram entender porque os entrevistados se referiam aos campi centenários com denominações diferentes, por exemplo, “Colégio Agrícola Floriano Peixoto”, Escola Agrotécnica Federal de Satuba” ou “Escola Técnica”, “Cefet-AL”. Foi esclarecido aos discentes que essas nomenclaturas foram motivadas por mudanças na política educacional de cada período. Entre as opiniões sobre o produto educacional feitas pelos discentes estão:

Contou muitas histórias, mas faltou ser um pouco mais direto no tema. O tema está claro, porém faltou algo direto (aluno Satuba).

-Sinto que “faltou” alguns complementos, algumas explicações mais específicas. Quarenta minutos seria o suficiente ( Aluno 2 - Satuba)

As impressões dos discentes dizem respeito ao tempo do documentário, por eles considerado pouco, apesar de o material educativo ter contemplado o tema proposto.

Diante dos questionamentos do público discente quanto à avaliação do produto educacional, houve um compromisso de se estender o tempo do documentário, como projeto além do mestrado, incluindo tópicos temáticos que não foram contemplados nesta edição da pesquisa.

Figura nº 29 - Apresentação do documentário no campus Satuba



Foto: o autor, maio, 2023

Figura nº 30 - Apresentação do documentário no campus Maceió



Foto: o autor, maio, 2023.

O produto educacional, após ter sido aplicado e validado pela banca com os ajustes necessários, deverá ser depositado na Plataforma EDUCAPES, sendo que o mesmo será registrado como produto vinculado à dissertação de pesquisa em EPT.

O documentário será encaminhado à Coordenação do ProEPT/Ifal para publicação nas plataformas digitais de vídeo pertencentes ao programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

## Considerações finais

A pesquisa demonstra, por intermédio de processo de investigação, a essencialidade de os campi do Instituto Federal de Alagoas, com mais de 100 anos de existência, voltarem-se para o gerenciamento de sua memória institucional na condição de espaços formadores de várias gerações para o mundo do trabalho. É sabido, como aparentam os resultados da coleta de dados, que essas unidades de ensino estão fixadas como lugares de memórias nas lembranças daqueles que foram discentes, docentes ou técnicos administrativos. No entanto, evidenciou-se um esquecimento de outrora, associado à falta de salvaguarda do acervo documental, audiovisual, além da perceptível acanhada manutenção do patrimônio arquitetônico, item este, de mais recordação por parte dos atores participantes desta pesquisa.

Como citado na dissertação, a busca pelas reminiscências do ambiente escolar já traz, em seu bojo, algumas hipóteses sobre a ausência de registros históricos que não tenham relação com os documentos oficiais e burocráticos, tais como boletins, cadernetas, históricos, etc. No decorrer deste conteúdo textual, em pelo menos, três etapas, há referências autorais sobre o descarte de documentos elementares para a construção da memória dos campi de Maceió e Satuba, principalmente, por ocasião de reformas prediais.

A pesquisa atende ainda aos preceitos contidos na publicação de autoria de Pacheco (2015), intitulada *Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais*, que considera importante a questão da preservação da memória das instituições de ensino da rede federal de educação, a partir do envolvimento, também, das organizações comunitárias, além da comunidade escolar interna.

Todos os instrumentos de pesquisa marcados pela observação, entrevistas, análise de dados e resultados apresentados, vão ao encontro do artigo 26 da Lei 9.304/96 - de Diretrizes e Bases da Educação ao estabelecer que afirma:

Art 6º - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996).

Ainda dentro do contexto analítico da pesquisa, é possível afirmar que todas as problematizações apresentadas na raiz do processo de investigação receberam respostas durante o cumprimento do percurso metodológico quanto à fase de diagnósticos: constatou-se, por exemplo, uma indefinição sobre o local de armazenamento da memória institucional nos campi Maceió e Satuba; confirmou-se a ausência da preservação institucional como objetivo estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifal e se registrou o relaxamento, em ambas as gestões das duas unidades de ensino, quanto à organização e ao controle da salvaguarda da memória institucional.

O produto educacional, em formato de documentário com 35 minutos de duração sobre a memória e preservação dos campi centenários do Ifal é considerado, apenas uma “ponta da lança” que pode reverter o “fossilizado” estado da memória institucional do Ifal, porém, como sugere a maior parte dos participantes desta pesquisa, outras iniciativas científicas podem avivar o sentimento de pertencimento total da comunidade acadêmica dos campi investigados e, deste modo, efetivá-los como lugares de memórias e de identidades, como por exemplo, a digitalização do acervo documental, a implantação de museus escolares ou centros de memória, a publicação de editais de preservação da memória.

Vale salientar, ser necessário o exercício prático das atividades de memória e de preservação institucional, além desta pesquisa e deste produto educacional, tendo em vista que o esquecimento e o desprezo da memória institucional nos campi centenários podem ser uma caixa de ressonância para que o desleixo exposto neste trabalho tenha reflexo nas demais unidades de ensino do Ifal, as quais podem se distanciar de sua própria história por prevalência do esquecimento ou de algo novo que venha a superar a memória dessas instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

### **Referências bibliográficas**

CIAVATTA, Maria Arquivos da Memória do Trabalho da Educação e Formação Integrada. Texto parte do Projeto "Memórias e temporalidades da formação do cidadão produtivo emancipado". Apoio CNPq e FAPERJ. 2015.

FREIRE, Gabriel Gonçalves et al. Produtos Educacionais do Mestrado em Ensino da UTFPR – Londrina: estudo preliminar das contribuições. *Polyphonia*, v. 28, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rp.v28i2.52761>. Acesso em: 5 jul. 2023..

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: a experiência do aprendizado. *Comunicação e Educação*, São Paulo, v. 27, p. 46-60, maio/ago, 2003.

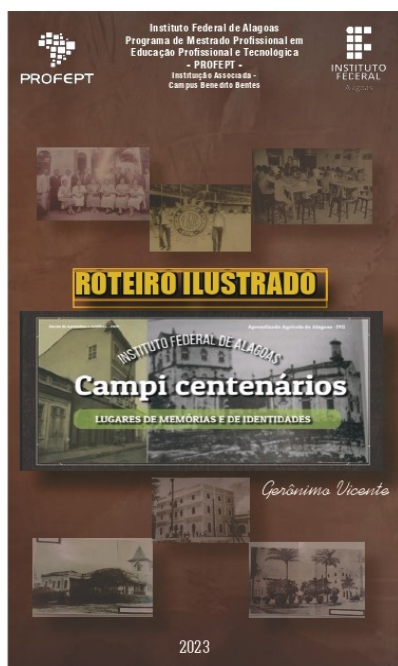
SODRÉ. Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TOMAIM, Cássio dos Santos. O documentário como "mídia de memória": afeto, símbolo e trauma como estabilizadores da recordação. In: *Dossiê A pesquisa em cultura audiovisual: novos desafios e aportes teóricos*. 2016., v. 43, nº 45, p. 96-114.

## ANEXOS

## ANEXO A

## PRODUTO EDUCACIONAL – ROTEIRO ILUSTRADO



Produto educacional do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IFAL)  
Campus Benedito Bentes - Instituto Associada

**Documentário:**

Campi Centenários: lugares de memória e de identidades

Gênero audiovisual: documentário

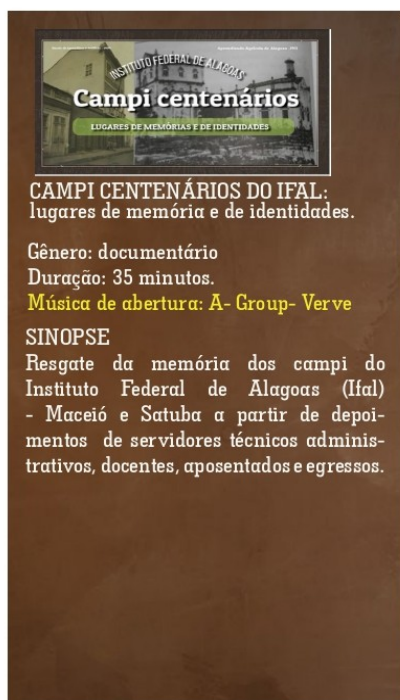
Duração: 35min58

Autoria: Gerônimo Vicente dos Santos

Orientador: professor-doutor Nelson Vieira da Silva Meirelles

Projeto gráfico e diagramação:

Gerônimo Vicente (Mtb 355/AL)



## Campus Maceió

A FORMAÇÃO DOS "DESVALIDOS DA SORTE"

**CAMPI MACEIÓ:** a formação dos "desvalidos da sorte"

Duração: 6min52

Fundos musicais: **Nostalgic Place**

Autoria: Myuu

**Café Regette**

Autoria: Asher Fulero

### SINOPSE:

O passado dos campi Maceió e Satuba do Ifal contado em depoimentos de docentes que testemunharam a história e registraram a memória institucional por meio de publicações.

Atores sociais: Irene Bonan (professora aposentada - Campus Maceió e autora do livro sobre os 100 anos do Campus Maceió); Ramildo Vieira (professor aposentado e ex-aluno do Colégio Agrícola Floriano Peixoto) e Álvaro Queiroz (professor do Campus Satuba e autor do livro sobre os 100 anos desta instituição centenária).

## Campus Maceió

A FORMAÇÃO DOS "DESVALIDOS DA SORTE"



Escola de Aprendizes e Artífices - primeira sede.



Escola de Aprendizes e Artífices - segunda sede -



Estação Agronômica de Alagoas - princípio da escola agrícola de Satuba -



Patronato Agrícola de Alagoas - 1930



Professora Irene Bonan



Professor Álvaro Queiroz



Professor Ramildo Vieira

## Campus Satuba

"CAFUA": Verdade e mitos sobre a sala dos castigos

**CAMPI SATUBA-** "Cafua": verdades e mitos sobre a sala de castigos.

Duração: 1min67.

### SINOPSE:

Publicações e depoimentos de alunos das décadas de 1950 e 1960 fazem referência a uma sala de castigo denominada por "Cafua" que seria um espaço de castigos para alunos desobedientes da escola agrícola de Satuba. Depoimentos de dois professores da unidade de ensino do Ifal revelam as características desse espaço físico que remonta ao período em que no local funcionou uma destilaria de álcool.

## Campus Satuba

"CAFUA": Verdade e mitos sobre a sala dos castigos



A "Cafua" funcionava nos fundos da escola.



Professor Alonzo Pereira



Professor Ramildo Vieira



**MOVIMENTO ESTUDANTIL:** Memória marcada por perseguição e resistência  
Duração: 1min34

#### SINOPSE:

A professora Irene Bonan e o ex-presidente do Grêmio Estudantil, Êsio Melo relatam como eram as relações entre a entidade representativa dos estudantes e as direções do Campus Maceió.



Professora Irene Bonan



Êsio Melo - ex-presidente do Grêmio Edson Luiz - gestão 2004-2005



**MEMÓRIAS AFETIVAS:**  
lembranças do que ficou no passado.  
Duração: 2min69

#### SINOPSE:


Egressos lembram dos momentos e trajetória como alunos e temáticas como, a pouca participação feminina, intercâmbio internacional, cursos técnicos na década de 1970 na Etal e exigência de enxoval na escola agrotécnica são enfocadas nesta etapa do documentário.



Egresso Adalberto Moreira (1990)



Egresso Jorge Batista (1971)



**Memória trágica**  
Casos que ainda ocupam a lembrança de quem testemunhou

**MEMÓRIA TRÁGICA:**  
Casos que ainda ocupam a lembrança de quem testemunhou.  
Duração: 5min31

**SINOPSE**

Três tragédias lembradas por vozes do passado dos campi centenários e que mobilizaram alunos, servidores e a sociedade alagoana no histórico dessas duas unidades de ensino do centenários do Ifal. O documentário apresenta um egresso e uma egressa que foram testemunhas de fatos trágicos ocorridos em épocas diferentes e difíceis de serem esquecidos. São memórias subterrâneas resgatadas do silêncio.




**Memória trágica**  
Casos que ainda ocupam a lembrança de quem testemunhou



**RAMILDO VIEIRA**  
professor de História, Filosofia, Política e Sociologia  
Eu o lino trem, já partir de Saluba e o outro chegado de Maceió.



**ACÁCIA DELIE**  
professora de Física  
Falei na sala predominantemente com estudantes do Cofel.




**Gênero, raça, religião**  
Depoimentos revelam retrocessos e avanços


**GÊNERO, RAÇA, RELIGIÃO:**  
Depoimentos revelam retrocessos e avanços  
Duração: 2min34

**SINOPSE**


A influência política na escolha dos candidatos nos exames de seleção no passado que acarretava discriminação racial e de gênero é o foco deste trecho do documentário que também aborda a participação da religião na vida estudantil. Quatro egressos (as), sendo que três deles(as) se transformaram em professores e uma que é servidora técnica administrativa trazem relatos de retrocessos e avançados nessas instituições de ensino.




**Gênero, raça, religião**  
Depoimentos revelam retrocessos e avanços




**ADALHERON MOREIRA**  
Egresso Adalheron Moreira (1980)



**TÂMARA LÚCIA**  
Egressa Tâmara Lúcia (1999)



**RAMILDO VIEIRA**  
Egresso Ramildo Vieira (1963)



**ACÁCIA DELIE**  
Egressa Acácia Delie (2002)



## Homossexualidade

Como o tema era tratado no ambiente escolar

### HOMOSSEXUALIDADE

Como o tema era tratado no ambiente escolar

Duração: 1min02

### SINOPSE

Nas décadas de 1960 e 1970, os alunos tinham que esconder sua opção sexual sob pena de não participar da formatura ou de ser expulso da escola. Este fato é relatado por três egressos (as) do Colégio Agrícola Floriano Peixoto.

No entanto, os avanços sociais conquistados, desde o final da ditadura militar, mudaram a realidade e garantiram mais liberdades civis aos estudantes.



## Homossexualidade

Como o tema era tratado no ambiente escolar



Egresso Wellington Paço (1973)



Egresso Ramildo Vieira (1965)



Egressa Andréia De Sá (2002)



## Memória da arte e cultura

Lembranças dos protagonistas das atividades artístico-culturais

### MEMÓRIA, ARTE E CULTURA:

Lembranças dos protagonistas das atividades artístico-culturais

Duração: 5min02

### SINOPSE

Renomados profissionais vinculados à cultura e artes em Alagoas tiveram destaques nos campi centenários. Por isso, neste trecho, nomes como o maestro Manuca, da maestrina Maria Augusta Monteiro (ETFAL) e maestro Pedro Nicácio (Colégio Floriano Peixoto) são lembrados por seus alunos e contemporâneos.



## Memória da arte e cultura

Lembranças dos protagonistas das atividades artístico-culturais



Professora aposentada Irene Bonan



Mestre Manuca e a banda de ETFAL



Professor e egresso Almir Medeiros



Cultura



Professor e egresso Ramildo Vieira




Banda do maestro Manuca



Fátima Mesquita-maestrina do Corethi



Maestrina Maria Augusta Monteiro



**Setor de alimentação**  
Lugar de memória que mudou hábito e transformou vidas

**SETOR DE ALIMENTAÇÃO:**  
Lugar de memória que mudou hábito e transformou vidas  
Duração: 3min60

**SINOPSE**

Na história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), educação e alimentação sempre foram associadas, porque esta conjunção mantinha o aluno na escola e, neste trecho do documentário, os participantes contam a importância do Setor de Alimentação nos campi centenários do Ifal, não só como elemento nutricional, mas de transformação social.



**Setor de alimentação**  
Lugar de memória que mudou hábito e transformou vidas



Egresso Aluizio Ferreira (1959)



Egresso Wellington Praga (1976)



Egresso Ezevaldo Amorim (1973)



Egresso José Marin Souza (1986)



Egressa Acássia Delié (2002)



Nutricionista aposentada Quênia Meire



**Memórias retidas**  
Iniciativas individuais de preservação

**MEMÓRIAS RETIDAS:**  
iniciativas individuais de preservação.  
Duração: 1min16

**SINOPSE:**

Este trecho traz depoimentos de ex-alunos (as) que guardam memórias sobre os campi centenários ou promovem encontros entre egressos de seu tempo e atuam de forma isolada e fora do circuito da memória institucional.



**Memórias retidas**  
Iniciativas individuais de preservação



Servidor Ademilson Galvão (Saturba)



Exposição de fotos no Casarão



Egresso Ezevaldo Amorim (1973)



Egressa Andressa Sabino (2004)



Egresso Wellington Praga



## O olhar da gestão

A memória dos campi centenários como política pública

### O OLHAR DA GESTÃO:

A Memória dos campi centenários como política pública.

Duração: 1min80

### SINOPSE:

Diretores-gerais dos campi centenários do Ifal - Maceió e Satuba, durante a pesquisa explicaram qual a realidade dessas unidades do Ifal quanto à preservação da memória institucional. Os gestores apresentam o cenário dos dados históricos e memoriais das duas instituições de ensino e apontam as soluções.



## O olhar da gestão

A memória dos campi centenários como política pública



VALDEIR LINO  
Diretor-Geral do Campus Laje (2019-2023)  
"Esses documentos que podem ser considerados patrimônios"  
Valdeir Lino - diretor Campus Laje (2019-2023)



DAMIÃO AUGUSTO  
"Que estão gerando essas memórias"  
Damião Augusto - diretor Campus Maceió (2019-2023)



## Memória no futuro

Os estudantes como fonte multiplicadora da preservação

### MEMÓRIA NO FUTURO:

Os estudantes como fonte multiplicadora da preservação.

Duração: 1min91

### SINOPSE

Estudantes dos campi centenários- Maceió e Satuba opinam sobre a importância da preservação da memorial institucional e sobre a necessidade de implantação de projeto de resgate histórico e patrimonial dessas instituições de ensino.

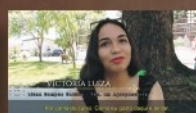


## Memória no futuro

Os estudantes como fonte multiplicadora da preservação



João Vitor - Campus Satuba



Victória Luiza - Campus Satuba



João Vitor - Campus Satuba



Felipe Jonas - Campus Maceió



Felipe Jonas - Campus Maceió



Flávia da Silva Santos - Campus Maceió




**LEGADO COMO MEMÓRIA:**  
Preservação x Esquecimento.  
Duração: 3min28

**SINOPSE**


Professores, técnicos aposentados e ex-alunos avaliam a importância dos campi centenários na vida profissional e na formação acadêmica e destacam o quanto a preservação da memória institucional é importante na trajetória de vida.




	
Professor aposentado Alomso Pereira	Aciana Deise - jornalista - Campus Marechal Deodoro
	
Quênia Araújo - nutricionista - aposentada Campus Maceió	Almir Medeiros - ex-aluno e professor Campus Maceió
	
Irene Bonan - professora aposentada Campus Maceió	Ramildo Vieira - professor aposentado Campus Satuba



Fundo musical: **Big River**  
Autoria: **Telecasted - 2023**

 Imagem aérea Campus Satuba (autor: Bruno Andrade/DCE/Ital)

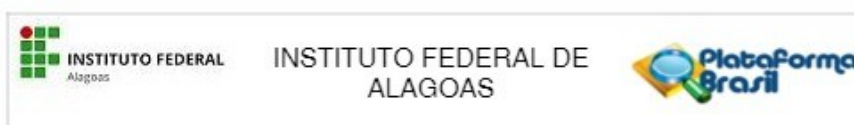
 Imagem aérea Campus Maceió (autor: Edilson Omena - repórter fotográfico)

**PRODUTO EDUCACIONAL**  
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS  
PROFEPT  
CAMPUS CENTENÁRIOS: Lugares de memória e de identidade

Autor: Gerônimo Vicente dos Santos  
Orientador: prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles

**AGRADECIMENTOS**  
A todos que participaram da entrevista oral  
A todos que participaram da entrevista escrita

## ANEXO B



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** CAMPI CENTENÁRIOS DO IFAL COMO LUGARES DE MEMÓRIA E DE

**Pesquisador:** GERONIMO VICENTE DOS SANTOS

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 53190921.0.0000.0195

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.416.544

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de uma investigação não-experimental com estudos exploratórios sobre os campi centenários do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) localizados nos municípios de Maceió (112 anos) e Satuba (110 anos) para identificá-los como lugares de memória e de pertencimento institucional por parte das comunidades interna e externa. A Coleta de Dados ocorrerá por meio de observação, entrevistas (história oral, aplicação de questionários e rodas de conversas com 120 atores sociais que serão estudantes, egressos dos dois campi, professores e servidores aposentados, servidores ativos, dirigentes, ex-dirigentes e sujeitos pertencentes às comunidades do entorno dos campi. A pesquisa se propõe a produzir um videodocumentário como produto educacional, a partir das análises de dados e de conteúdo coletados como mecanismo de incentivo à preservação da memória institucional.

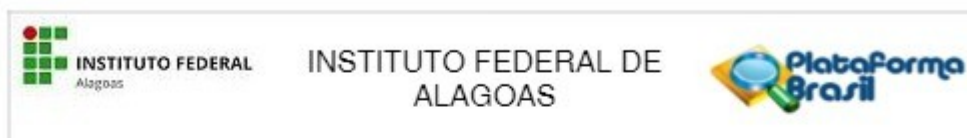
**Objetivo da Pesquisa:**

Documentar por meio de um videodocumentário os campi centenários do Instituto Federal de Alagoas como lugares de memória e de identidade.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

No presente projeto pode-se considerar como riscos para o participante na etapa de aplicação dos instrumentos de pesquisa: • Contaminação pelo COVID-19, em razão do período de realização da pesquisa coincidir com a abertura gradual do Estado às atividades em relação à Pandemia; • Falta

**Endereço:** Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404  
**Bairro:** Jatiuca **CEP:** 57.035-860  
**UF:** AL **Município:** MACEIO  
**Telefone:** (82)3194-1178 **E-mail:** etiosempesquisa@ifal.edu.br



Continuação do Parecer: 5.416.544

**ANÁLISE:** Pendência atendida.

**PENDÊNCIA 5:** Solicita-se ajustar a data de início de coleta, considerando prazo de nova tramitação deste projeto no CEP.

**RESPOSTA:** A data de início da coleta de dados foi ajustada para a primeira quinzena de maio de 2022 e incluída no projeto de pesquisa e na Plataforma Brasil.

**ANÁLISE:** Pendência atendida.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Ilmo. Pesquisador GERONIMO VICENTE DOS SANTOS, de acordo com as diretrizes para pesquisas definidas pelas Res. CNS 466/12, Res. CNS 510/16 e suas complementares, seu protocolo de pesquisa está APROVADO. Dessa forma, o seu protocolo de pesquisa encontra-se totalmente adequado para execução.

Esta aprovação está condicionada a que o projeto de pesquisa seja desenvolvido conforme os Termos e delineamentos apresentados pelo/a(s) pesquisador/a(es) nesse protocolo de pesquisa.

Conforme estabelece a alínea "d" do item XI.2 da Res. CNS 466/2012 e o item V do Art. 28 da Res. CNS 510/2016, cabe ao pesquisador elaborar e apresentar o relatório parcial e final (ver modelos na página do CEP/SH/Ifal em "Modelos de Documentos e Orientações para Submissão" - <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/comite-de-etica-em-pesquisa>) atestando que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Caso sejam necessárias mudanças no desenvolvimento do projeto, essas devem ser comunicadas ao CEP/SH/Ifal na forma de Emendas ou Extensões, conforme definidas no item "H" do tópico 2.1 da Norma Operacional CNS 001/2013.

Cabe destacar que o Comitê de Ética em Pesquisa ao receber denúncias ou perceber situações de infrações éticas, sobretudo as que impliquem em riscos aos participantes de pesquisa, deve comunicar os fatos às instâncias competentes para averiguação e, quando couber, ao Ministério

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404  
 Bairro: Jatiúca CEP: 57.035-660  
 UF: AL Município: MACEIO  
 Telefone: (82)3194-1178 E-mail: [eticaempesquisa@ifal.edu.br](mailto:eticaempesquisa@ifal.edu.br)



Continuação do Parecer: 5.416.544

MACEIO, 18 de Maio de 2022

---

**Assinado por:**  
**GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404  
**Bairro:** Jatiuca **CEP:** 57.035-660  
**UF:** AL **Município:** MACEIO  
**Telefone:** (82)3194-1176 **E-mail:** eticaempesquisa@ifal.edu.br